



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

JOÃO VICTOR DE FARIAS FURTADO E FREIRE

**ENTRE A INCLUSÃO E A DIVERSIDADE:
UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS
NA UFC**

**FORTALEZA
2016**

JOÃO VICTOR DE FARIAS FURTADO E FREIRE

**ENTRE A INCLUSÃO E A DIVERSIDADE:
UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS
NA UFC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação, Currículo e Ensino; Eixo: Tecnologias Digitais na Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi

**FORTALEZA
2016**

JOÃO VICTOR DE FARIAS FURTADO E FREIRE

**ENTRE A INCLUSÃO E A DIVERSIDADE:
UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS
NA UFC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Celecina de Maria Veras Sales
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Carla Susana Alem Abrantes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Dedico este trabalho a todos que acreditam no poder
modificador da educação.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Alcides Gussi, pelo incentivo à conclusão desta dissertação e por todos os ensinamentos que me foram dados em toda a trajetória de meu mestrado.

A todos os professores que participaram desta pesquisa, fornecendo dados de suma importância para o prosseguimento desta dissertação.

A todos os alunos que participaram desta pesquisa, por seus exemplos de vida e por partilharem suas experiências.

Aos meus amigos, que me apoiam em todos os momentos.

À minha namorada, Ana Julia Oliveira, por seu amor e companheirismo nos momentos bons e difíceis da construção desta dissertação.

À minha mãe, Teresa Esther Furtado, e ao meu irmão, João Rafael Furtado, por serem exemplos em que me inspiro.

Compreender a cultura de um povo é expor sua normalidade, sem reduzir sua particularidade.

Clifford Geertz

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a implementação do sistema de cotas na Universidade Federal do Ceará - UFC. Para tanto, partiu-se do debate sobre a própria criação dessa ação afirmativa. A pesquisa se utilizou de dados obtidos das atas de reunião do Grupo de Trabalho de 2005 e do Grupo de Políticas de Ações Afirmativas de 2005/2006, além de entrevistas com personagens-chave desses debates, para a construção da trajetória da implementação do sistema de cotas antes da aprovação da Lei de Cotas em 2012. Também se realizou trabalho de campo através de uma observação participante nas aulas de Antropologia e Políticas Públicas do curso de Gestão em Políticas Públicas. A importância do contato com esses alunos cotistas consistiu no fato de que estes foram alguns dos primeiros alunos a ingressarem após a adoção do percentual de 50% de vagas destinadas aos cotistas da UFC. Em seguida, por meio de entrevistas, construiu-se a trajetória de três alunos cotistas, analisando-se os efeitos dessa política pública em suas vidas e no próprio espaço universitário. Essa dissertação concluiu, por meio de todos os dados obtidos no decorrer da pesquisa e dos relatos dos alunos cotistas, que o sistema de cotas é uma importante ação afirmativa de inclusão de estudantes que dificilmente obteriam vagas no ensino superior público, mas, potencialmente, pode ser uma ferramenta fundamental para a afirmação de uma política da diferença na universidade.

Palavras-chave: Ação Afirmativa. Ensino Superior. Políticas Públicas. UFC.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the implementation of the quota system at the Federal University of Ceará. Therefore, the debate starts on the very creation of this affirmative action. The research used data obtained from the meetings of the Working Group of 2005 and the Affirmative Action Policy Group 2005/2006 and interviews with key characters of these debates, to build the trajectory of the implementation of the quota system before the approval of Quota Law in 2012. It also conducted field work through a participant observation in anthropology classes and Public Policy course in Management in Public Policy. The importance of contact with these quota students, consisted in the fact that they were one of the first students after adopting 50% of vacancies for unitholders of the UFC. Then, through interviews, build trajectories of 3 quota students, which analyzed the effects of public policy in their lives and in their own university space. This dissertation concludes, through all the data and reports obtained during the research and the reports of quota students, that the quota system is an important affirmative action to include students who hardly would obtain places in public higher education, but potentially it can be a key tool for the affirmation of a difference of politics at university.

Keywords: Affirmative Action, Higher Education; Public Policy, UFC.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Fies - Fundo de Financiamento Estudantil
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GT - Grupo de Trabalho
GTPAA - Grupo de Trabalho Políticas de Ações Afirmativas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCE - Instituto Federal do Ceará
Inep - Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LPPcor - Laboratório de Políticas Públicas da Cor
MEC - Ministério da Educação
MST - Movimento dos Sem Terra
PFL - Partido da Frente Liberal
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
Pnud - Programa das Nações em Desenvolvimento
Pronea - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Prouni - Programa Universidade para Todos
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB - Universidade de Brasília
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
Unilab - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O SISTEMA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO: CONTEXTOS POLÍTICOS E DEBATES	19
3 DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE RAÇA, DESIGUALDADE SOCIAL E COTAS	29
4 A TRAJETÓRIA DO SISTEMA DE COTAS NA UFC.....	34
4.1 O pioneirismo do GT de 2005.....	34
4.2 O Grupo de Políticas de Ações Afirmativas- GTPAA.....	47
5 A EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS COTISTAS E SUAS TRAJETÓRIAS	52
5.1 A entrada ao campo	52
5.2 Aproximação Etnográfica com os alunos ingressantes em 2015	57
5.2.1 Patrícia	64
5.2.2 Carla e o movimento negro	65
6 A TRAJETÓRIA DE ALGUNS ALUNOS COTISTAS.....	68
6.1 Benjamin: Aluno cotista de Gestão em Políticas Públicas.....	68
6.2 Thamira: a aluna de Direito	77
6.3 Diego: cotista de Medicina	85
6.4 Sobre as trajetórias e as cotas	97
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICES	111
ANEXOS	160

1 INTRODUÇÃO

Segundo Saviani (1998), a nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB afirma que o ensino superior, bem como os demais setores da educação, devem promover o respeito e a valorização à diferença. Mas como a política de cotas vem promovendo a afirmação da diferença em um contexto de tensões em que a diversidade se apresenta no país e no cenário universitário?

Para problematizar essa pergunta, esta dissertação objetivou analisar como a implementação da política pública gera mudanças na Universidade Federal do Ceará, especificamente como vem modificando e fomentando a afirmação da diversidade nesse lugar institucional.

Antes de ingressar em minha graduação, nunca havia tido contato com os debates relacionados ao sistema de cotas, porém sempre visualizava diversas matérias midiáticas relacionadas à temática. Mesmo não tendo esse maior conhecimento sobre a própria estruturação das cotas nas universidades, tinha a compreensão de que, na contemporaneidade, os diversos debates sobre a política da diferença e as ações de inclusão social se tornavam cada vez mais presentes, seja no âmbito político ou educacional, e dentro dessas ações estava contida a questão das cotas.

Confesso que, antes de frequentar a universidade, tinha o pensamento de que a adoção das cotas no espaço acadêmico era uma ação afirmativa arbitrária e preconceituosa, já que ela privilegiava alguns em detrimento de outros. Questionava-me onde estava o conceito de igualdade para todos se, com a existência dessa política, fomentávamos a não igualdade. Questionava-me como poderíamos determinar se um indivíduo era negro ou não, como uma pessoa poderia determinar a cor da pele de outra pessoa, já que, em meu pensamento utópico, vivíamos em um país onde a miscigenação de nosso povo provocou uma não diferenciação racial.

Ao iniciar minha graduação, percebi que todos esses pensamentos estavam completamente equivocados. Tal conclusão veio a partir de meu maior contato com a realidade de cotas e o próprio conceito de raça.

Venho de uma família de professores universitários da área da saúde, e a temática das cotas sempre foi vista com um olhar negativo. Acredito que tal fato

tenha colaborado, negativamente, com meus primeiros pensamentos a respeito do assunto, já que minha própria família representava o desconhecimento de parte do corpo docente perante esse novo contexto. Por serem oriundos de cursos de saúde, como Medicina e Odontologia, cursos esses considerados os mais caros da Universidade Federal do Ceará, meus pais e tios sempre demonstraram um desconforto com relação a essa política pública.

Durante muito tempo, os grupos de alunos que compunham esses cursos consistiam em estudante vindos de uma classe social semelhante. Com a adoção das cotas, tal realidade mudou, pois agora há a possibilidade de alunos de diferentes classes sociais e étnicas ingressarem na universidade.

Apesar de grande parte de minha família ser vinculada à UFC, nunca tive interesse em participar da seleção de vestibular para essa universidade. Nesse período de escolha de quais universidades iria cursar, conversei com uma diplomata que me indicou os cursos de relações internacionais ou ciências políticas ofertados pela Universidade de Brasília. Ao pesquisar mais sobre esses dois cursos, inicialmente, me identifiquei com ambos; com isso, no ano de 2008, obtive o resultado positivo para o ingresso na UnB no curso de relações internacionais.

Desde 2004, a UnB adota a reserva de 20% de suas vagas para alunos cotistas. Devo confessar meu estranhamento já na leitura do edital de seleção dessa universidade, no qual é informada essa reserva de vagas. O procedimento de identificação do cotista era baseado em uma autodeclaração racial do próprio aluno e também no parecer, positivo para etnia negra, de uma comissão que analisaria as características fenotípicas. Tal método me fez duvidar da própria seriedade da universidade, pois muitos já haviam me dito que vários erros de identificação ocorreram.

Ao iniciarem-se as aulas do primeiro semestre de meu curso escolhido, não visualizei tantas diferenças em relação ao grupo de alunos que havia entrado junto comigo. Porém, ao frequentar a disciplina de Introdução à Antropologia, cuja aula dividíamos com os alunos do curso de Ciências Sociais, percebi a mudança de dois pensamentos que eu anteriormente tinha. Primeiramente, observei que os alunos daquele curso eram bem diversos, pertencendo às mais variadas classes e etnias, como negros e índios. A segunda mudança que obtive nessa disciplina foi o fato de que, naquele momento, percebi que o curso que eu almejava cursar não era Relações Internacionais; minha vontade era de estudar Antropologia e Sociologia.

Com isso, optei por mudar de curso e, já no segundo semestre, estava cursando Ciências Sociais, com graduação dupla em Sociologia e Antropologia.

No início de meu novo curso, comecei a interagir com colegas donos de histórias de vida bem distantes da minha, conhecendo, inclusive, alguns alunos advindos do sistema de cotas. Em conversas com esses estudantes cotistas, perguntava a eles como era feito esse processo de seleção, pois tal método me fazia ter diversas dúvidas. Eles me informaram que participam do processo de vestibular normal e que a grande diferença é que eles têm que se submeter a etapas de análise para serem incorporados aos grupos da concorrência de cotas. Questionei com esses alunos como eram essas etapas, e eles narraram que tiveram que se autodeclarar negros. Ao afirmarem isso, perguntei se eles não estranharam esse fato de definirmos nossa cor, e eles me questionaram como eu identificava minha própria cor; respondi, com grande dúvida, que acreditava ser pardo, ao que os alunos estranharam e me falaram que eu era branco (e, realmente, posteriormente a essa conversa, percebi que era branco, não só pela cor da minha pele, mas por toda a questão cultural em volta). Perguntei aos alunos, ainda, como era a etapa da análise da comissão, e eles me informaram que era marcado um dia para todos os pré-candidatos cotistas irem até a universidade tirarem fotos para analisar suas características físicas. Eles me narraram episódios cômicos, como o fato de diversos alunos brancos passarem maquiagem para ficar com a pele mais escura e, no momento da foto, projetarem para fora seus lábios, a fim de se assemelharem com os negros. Todo esse procedimento desses alunos brancos tinha a finalidade de conseguir a oportunidade de pleitear uma vaga cotista.

No decorrer do meu curso, notei nas salas de aula um número considerável de alunos indígenas. Tais alunos, em sua maioria, não conviviam com os demais alunos e, por isso, só dialogavam entre si. Por ter amigos servidores na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sempre frequentei o espaço desse órgão, e em um desses momentos conheci um indígena pertencente à tribo Funi-ô. Ele me falou um pouco sobre como se dava a educação dos indígenas, que eles tinham direito a uma educação diferenciada que respeitasse os costumes de cada tribo, porém, na prática, tal diferenciação não ocorria. Essa conversa despertou meu interesse em realizar minha monografia pautada no estudo da estrutura da dita educação diferenciada até o ingresso dos indígenas na universidade por meio das cotas.

No decorrer de toda a minha graduação, convivi com os alunos indígenas de meu curso, e muitos me relataram a dificuldade que tinham ao entrar na universidade, já que vinham de um modelo de educação diferenciada. Muitos afirmaram que o grande erro, para eles, das cotas era o fato de não dar o devido preparo adaptativo para os alunos que vinham de realidades bem diferentes da dos demais.

Após finalizar minha graduação, optei por regressar a Fortaleza e tive a informação de que, na Faculdade de Educação, é ofertado o mestrado em Antropologia da Educação. Com isso, participei da seleção, obtendo resultado positivo. Ao ingressar no mestrado, levei uma proposta de projeto que objetivava os estudos não dos alunos, mas da visão do corpo docente perante a realidade das cotas.

No desenvolvimento de meu mestrado, percebi que meu objeto de pesquisa não eram os estudos da visão dos professores, mas, sim, como se deu a implementação do sistema de cotas na UFC, e, para analisar esse objeto, era necessário estudar tanto os professores e gestores, como também os alunos, já que são eles os sujeitos dessa ação afirmativa. Um dos principais fatos que me fizeram perceber a mudança de meu objeto de pesquisa foram os próprios dados do sistema de cotas, já que essa política pública é muito recente dentro da UFC e, por isso, não é possível analisar que futuro terá essa iniciativa, mas é de primordial importância analisar o trajeto dessa política pública até os dias atuais.

Em agosto de 2012, foi sancionada a Lei que obriga as universidades federais a adotarem o sistema de cotas até agosto de 2016. A UFC obteve essa adoção em 2014, passando a destinar 50% de suas vagas para alunos cotistas. Mesmo que o sistema de cotas tenha sido implementado na UFC apenas em 2014, diversos debates ocorreram anos antes. Em 2005, o Ministério Público enviou uma recomendação para a UFC, na qual argumentava a importância da adoção das cotas na universidade. Perante isso, foi criado o primeiro GT, que reuniu representantes de diversos departamentos, objetivando debater a viabilidade da adoção das cotas.

Nesse GT, foram expostas opiniões opostas, pois apenas alguns setores defendiam as cotas como um meio de democratizar o acesso à universidade e promover a diversidade dentro do espaço acadêmico. Os setores que eram contra a adoção argumentaram que a existência das cotas prejudicaria a qualidade do ensino

e acreditavam que não havia sentido em ter cotas raciais, já que não havia uma quantidade de negros expressiva no Ceará.

Após a realização desse GT, foi criado o Grupo de Trabalho Políticas de Ações Afirmativas (GTPAA), que, no decorrer do ano de 2005 e 2006, objetivou realizar diversos seminários, debates e ações com a temática das cotas e da questão racial. Um fato diferenciado que esse grupo proporcionou foi a participação nessas ações não apenas do corpo docente, mas também do corpo discente, a fim de promover e popularizar esse debate para todos os seguimentos da universidade.

Já no ano de 2006, o GTPAA enviou a proposta de cotas para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e, em 09 de agosto de 2006, tal Conselho afirmou ser contra a implantação do sistema de cotas e sugeriu que o melhor seria esperar a decisão do Congresso quanto ao Projeto de Lei nº 3.627/2004, que já tramitava desde 2004. Segundo o Conselho, tal espera ajudaria a UFC a se preparar melhor para a implementação das cotas.

Realizei também minha pesquisa inicial, que almejava descrever uma experiência etnográfica, por meio de uma observação participante, nas aulas de Antropologia e Políticas Públicas do curso de Gestão em Políticas Públicas da UFC. Inicialmente, a pesquisa analisou os alunos cotistas e não cotistas, dentro da sala de aula, com a finalidade de traçar um perfil dos alunos ingressantes de 2015 no curso de Gestão em Políticas Públicas, que frequentaram a disciplina de Antropologia em Políticas Públicas. Para estipular esse perfil, utilizei a ferramenta do questionário, que apliquei nos alunos da sala. Tal questionário visou identificar quem era cotista e que não era, obter informações como local de origem, bem como condição financeira em que esses alunos estão inseridos. Criei gráficos com o objetivo da melhor visualização dos dados obtidos no questionário e no próprio contato com os alunos.

Perante os debates desenvolvidos em sala de aula e tendo minhas impressões sobre os alunos, notei que não seria suficiente estudar apenas os alunos na disciplina, vi que era de vital importância verificar seus comportamentos em outros ambientes, já que nesse período estabeleci vínculos com alguns dos alunos, a fim de melhor identificar a realidade de um aluno cotista.

Porém, no decorrer de meu trabalho, percebi que não poderia entender a implementação do sistema de cotas apenas pela experiência dos alunos cotistas do curso de Gestão em Políticas Públicas, era preciso obter visões de alunos de outros

cursos que vivenciam uma realidade diferente da desse curso já observado. Diante disso, optei por analisar a implementação do sistema de cotas a partir da construção das trajetórias de três alunos cotistas de cursos diferentes: Gestão em Políticas Públicas, Medicina e Direito. A construção dessas trajetórias possibilitou a análise de algumas questões centrais desta pesquisa, como o conceito de raça e a legitimidade das cotas sociais e raciais.

Para entender a trajetória do sistema de cotas na UFC e seus debates iniciais, analisei as atas¹ de reunião e os demais documentos referentes ao GT de 2005 e ao GTPAA de 2005/2006, bem como realizei entrevistas com professores de fundamental importância nos debates realizados nesse período.

Para compreender o tema proposto, esta dissertação põe em questão o debate do conceito de raça e a democracia racial construída no Brasil, tendo como referência autores como Nina Rodrigues (1935) e Gilberto Freyre (1963). O conceito de raça e suas classificações solidificaram as bases para a construção das relações raciais brasileiras. A divisão da raça branca e negra e a miscigenação permearam e ainda permeiam a questão racial no Brasil.

As ações afirmativas de inclusão tornam presente o debate a respeito da teoria da democracia racial. Ainda continua influente a ideia, tanto no cenário nacional como internacional, da dita harmonia racial no Brasil. Compreender em que medida tal ideia influencia como são criadas e implementadas as ações afirmativas de inclusão é um dos objetivos da dissertação no estudo das cotas na UFC.

Outra questão desta dissertação relaciona-se à diferenciação das cotas sociais e das cotas raciais, na medida em que a inspiração do nosso sistema de cotas nas ações afirmativas é norte-americana. Desde Nogueira (1935), no cenário brasileiro, o preconceito se confunde entre raça e classe social, sendo que, com a Lei de Cotas de 2012, a questão racial insere-se na questão social brasileira, sobretudo quanto à desigualdade.

No decorrer da minha pesquisa de campo, percebi que há o debate, em contraposição à ideia de raça, de que as cotas destinadas a alunos de baixa renda teriam um caráter mais legítimo do que as cotas raciais, e que tal legitimidade não se restringe apenas ao cenário universitário, mas a todo o estado do Ceará, pois em diversos momentos, no decorrer da pesquisa, escutei o pensamento de professores

¹ Atrelado à análise das atas, realizei entrevistas com três integrantes de fundamental importância na discussão sobre a política de cotas.

e alunos de que não haveria necessidade de cotas raciais, pois não há negros no estado cearense.

Uma terceira questão que permeou esta dissertação é a própria forma como foi construído o sistema de cotas em relação à contemplação das escolas públicas, pois, obrigatoriamente, os alunos cotistas têm que ter cursado escolas públicas. Segundo conversas com alguns alunos, na construção dessa ação afirmativa, se desconsiderou escolas que são classificadas como públicas, porém são ditas de elite, a exemplo do Colégio Militar de Fortaleza, proporcionando uma vantagem seletiva dos alunos dessas escolas.

Essas questões permitem refletir, nesta dissertação, sobre o estudo de Neusa Gusmão (2011). Mesmo que focada na escola básica, objeto de estudo principal de sua pesquisa, a teoria que elaborou sobre os conceitos de diferença e sua análise das políticas da diferença também podem ser pensadas no cenário universitário e nas políticas públicas implementadas nesse espaço, já que, segundo a própria LDB de 1996, as políticas de cotas têm, dentre seus objetivos, implementar a multiculturalidade no ensino superior. Porém, como podemos perceber, a partir da análise de Gusmão (2011), com a implementação, se dá a multiculturalidade na universidade?

Tendo como base a teoria de Neusa Gusmão (2011), percebi ser de suma importância analisar a implementação da política de cotas na UFC e como, a partir dela, configura-se uma política da diferença dentro do cenário universitário. Já antes de sua implementação, o sistema de cotas era tido como um meio de promover a diversidade dentro da universidade, possibilitando a interação entre os alunos distintos por sua cultura, cor ou classe social. Porém, muitos argumentavam que tal iniciativa iria prejudicar a qualidade do ensino e criar um cenário de discriminação entre cotista e não cotista, mas, como será mostrado na pesquisa, através de dados, tais afirmações de senso comum podem ser questionadas.

Esta dissertação está dividida em três itens: o primeiro aborda a trajetória das ações afirmativas dentro da universidade brasileira e os debates que ocasionaram a criação do sistema de cotas. Nesse item, analiso as experiências das primeiras universidades ao adotarem as cotas e, para dar embasamento às questões desta dissertação, discuto acerca dos estudos de teóricos clássicos, como Gilberto Freyre e Nina Rodrigues, bem como as teorias de autores contemporâneos, como Peter Fry e Kabengele Munanga.

No segundo item, abordo como se estruturaram as cotas dentro da UFC. Utilizei dados fornecidos pela universidade para demonstrar como ocorreu a implementação das cotas na universidade. Usei como base de dados os documentos de registro tanto do GT de 2005 como do GTPAA de 2006. Através de entrevistas realizadas com personagens envolvidos na criação do GT², exponho o debate advindo dos entrevistados a respeito da adoção do sistema de cotas, da existência de preconceito dentro da UFC e da própria origem das ações afirmativas.

No terceiro item, descrevo minha experiência de campo junto aos alunos da disciplina de Antropologia e Políticas Públicas, bem como as minhas primeiras impressões do meu contato com meu campo de estudo com alunos. Exponho, nesse item, a construção das trajetórias de três alunos cotistas selecionados. A partir dos primeiros contatos com os alunos e das trajetórias, foi possível não somente analisar a trajetória da implementação do sistema de cotas na UFC, mas também os primeiros impactos que essa ação afirmativa ocasionou na vida desses alunos cotistas.

Ao final da dissertação, explano minhas considerações finais a respeito de como ocorreu o processo da implementação do sistema de cotas na UFC e o impacto que ela proporciona na universidade, problematizando como as cotas vêm possibilitando estruturar uma política da diferença na universidade.

² As entrevistas realizadas com os três professores estarão incluídas nos anexos dessa dissertação, objetivando fornecer dados de memórias para futuras pesquisas acadêmicas.

2 O SISTEMA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRO: CONTEXTOS POLÍTICOS E DEBATES

Este item aborda o debate anterior à implementação do sistema de cotas na UFC, já que, desde o início dos anos 2000, diversos debates políticos referentes às ações afirmativas permeavam o cenário político brasileiro.

Diversos dados fornecidos tanto pelo IBGE como pelo IPEA serviram de base para justificar a criação e implementação do sistema de cotas, pois, segundo esses institutos, havia uma grande discrepância entre as porcentagens de alunos brancos que frequentavam a universidades e a de alunos das demais etnias.

Este capítulo se utiliza de dados fornecidos pelo portal do MEC e do resgate histórico abordado em artigos, para analisarmos contextos referentes às ações afirmativas desde o governo de FHC e do governo de Lula, até as primeiras universidades a adotarem a política de cotas.

Segundo dados do sistema de cotas fornecido pelo portal do MEC, o pioneirismo da adoção das cotas não veio por meio das universidades federais, mas sim da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que, em 2001, definiu que 20 % das vagas seriam reservadas para negros. Através dessa seleção, foi introduzido, pela primeira vez, o ato de os estudantes declararem se são negros ou pardos. Tal declaração era facultativa, mas consistia em um item que analisaria os candidatos. Essa iniciativa pode ser vista como uma das primeiras iniciativas do poder público em classificar racialmente os cidadãos. (Portal do MEC, 2014)

Tal adoção do sistema de cotas proporcionou diversos debates sobre como deveríamos classificar quem era negro ou não. Fazendo o resgate no site da Agência Estado das palavras, em 2003, do então deputado Reginaldo Germano, do extinto Partido da Frente Liberal (PFL) da Bahia, percebemos tal dúvida quanto a esta definição racial. O deputado afirmou que seria de suma importância a realização de seminários para aprimorarmos o conceito de como poderíamos classificar os negros e não negros, ou seja, essa dificuldade poderia ser resolvida treinando indivíduos para fazer tal classificação. Porém, tal afirmação nos faz questionar como se daria esse treinamento, algo que não foi esclarecido: como treinar alguém para dizer se uma pessoa é negra ou de outras etnias?

Após a adoção do sistema de cotas, alguns acontecimentos polêmicos começaram a ocorrer, como foi o caso noticiado pelo Jornal O Globo, em 2003, de um estudante negro que não marcou a opção onde se declarava negro, mas havia feito 74 pontos, e para entrar no curso de Direito eram necessários 100 pontos. Porém, segundo um aluno, outro estudante que havia feito 58,75 pontos havia entrado, pois tinha se declarado negro. Por isso, o aluno prejudicado entrou com uma ação judicial contra a UERJ.

Seguidamente, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) adotaram o sistema de cotas, porém, além da declaração do estudante afirmando ser negro, foi implantada uma entrevista na qual o aluno tinha que provar que era negro ou pardo baseado nas suas características fenotípicas. Segundo a Folha de São Paulo, no ano de 2005, vários casos de alunos tentando provar que eram negros ocorrem.

Diversos alunos criticaram o corpo avaliador da UFPR, já que a universidade se utilizava desses critérios avaliando as características fenotípicas, bem como os documentos de comprovação de que o estudante era negro. Porém, os estudantes alegavam que tal método avaliativo era discriminatório e constrangedor.

Seguindo a liderança das universidades federais ao adotarem o sistema de cotas, a Universidade de Brasília (UnB) se destacaria como possuidora de um dos processos avaliativos mais polêmicos e controversos. Nessa universidade, foi criada, além dos dois critérios de classificação racial aqui apresentados, uma comissão que daria o veredito se o aluno era negro ou não. Muito desse contexto se deve ao fato de a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ter iniciado e incentivado as políticas de inclusão para o ensino superior, porém sem formalizar padrões para como seriam essas medidas de inclusão. Por isso, as universidades pioneiras na adoção de cotas não seguiam um padrão, motivo este de causa de grande discussão no cenário social. Em entrevista para o jornal Correio Braziliense no dia 03 de janeiro de 2005, o vice-reitor Timothy Mulholland contou como era feita a seleção para cotas na UnB.

A pergunta incessante “Quem pode entrar na disputa pelo sistema de cotas afinal?” é respondida pelo vice-reitor da instituição, Timothy Mulholland. Segundo ele, a reserva de vagas pretende beneficiar os negros. Estes podem se autodeclarar de pele negra ou parda. São os fenótipos que caracterizam as pessoas de raça negra que importam para a universidade. Os candidatos selecionados pelo sistema precisam ter traços que simbolizem raça (cor, cabelo, nariz, boca). A explicação não é novidade: as

cotas foram criadas para aumentar o número de negros (excluídos durante décadas do ensino superior) e, com isso, diminuir o preconceito da sociedade. "é um processo de exclusão social que se faz pela cor. Se você tem descendência negra, mas tem a pele branca não será discriminado" afirma Timothy.

Um determinado episódio recebeu grande destaque no ano de 2007. O caso dos gêmeos univitelinos Alan e Alex, em que um foi aceito no sistema de cotas e o outro foi recusado para as vagas reservadas. Em reportagem recuperada do site do G1 realizada em 29 de maio de 2007, os dois falaram do porquê de escolher o sistema de cotas e do acontecimento de aceitação de um e recusa de outro.

"Resolvemos nos inscrever pelas cotas porque elas existem e têm que ser usadas. Além disso, a nota de corte para os candidatos cotistas é mais baixa que a nota de corte dos candidatos do sistema universal. Já que posso usar esse recurso, resolvi aproveitar", disse Alex, que entrou com um recurso na UnB para que a universidade reavalie a sua condição de negro [...]. Alan é contra o sistema de cotas raciais e diz que o que aconteceu com ele e com o irmão é o melhor exemplo para mostrar que o método não funciona. "Somos gêmeos idênticos e eu fui aceito, ele não. Acho que as cotas deveriam ser para candidatos carentes, que não têm condições de pagar uma boa universidade".

Diante desse caso, o corpo da UnB respondeu, em regaste de reportagem do site do G1 realizada em 06 de junho de 2007, ao ocorrido:

O professor Mauro Rabelo, coordenador do Cespe, afirmou que a universidade vai rever os critérios para a seleção de alunos cotistas. "A nossa política de ação afirmativa estabeleceu que o candidato tem que ser de cor preta ou parda para concorrer pelo sistema de reserva de vagas. Mas não vamos nos furtar de aperfeiçoar o sistema e mudar o que for preciso. A universidade está rediscutindo e revendo essa questão. Mas é importante destacar que esta é a sétima edição do processo seletivo que usa a cor como critério e mais de dois mil alunos já foram beneficiados", disse.

A assessoria de imprensa da UnB nega que a universidade tenha voltado atrás na decisão alegando que a primeira decisão era provisória e cabia recurso para o candidato.

Esse caso só intensificou os debates em torno do sistema de cotas, pois, no caso da UnB, era desconsiderado o fator socioeconômico e era apenas considerada a cor da pele. Tal fato colocou, novamente, em pauta a questão do preconceito de raça e de classe. Para entendermos melhor como ocorria tal seleção na UnB, em regaste de reportagem do site do G1 realizada em 06 de junho de 2007, vemos como era subjetiva e complexa tal análise:

Para concorrer, os candidatos obrigatoriamente se dirigem até um posto de atendimento da universidade e tiram fotos no Cespe/UnB, responsável pela

aplicação da prova. Essas fotos são anexadas na ficha de inscrição e passam pela avaliação de uma banca de professores, que vai decidir quem é e quem não é negro. Caso o vestibulando não seja aceito para concorrer no sistema de cotas do vestibular, ele automaticamente é transferido para a concorrência universal do processo seletivo. []

Segundo o professor Rabelo, é a mesma banca de professores que avalia todas as fotografias dos candidatos inscritos para concorrer pelas cotas. "A análise das fotos é feita pelas mesmas pessoas. Se a maioria concorda que o candidato é negro, ele tem a inscrição deferida. Se há dúvidas, o pedido é indeferido e o candidato precisa apresentar um recurso", disse o professor, que não revelou quantidade de pessoas que são envolvidas nesse processo. "Esta é uma banca que tem caráter sigiloso como qualquer outra. Não podemos passar essas informações."

Ainda na reportagem do site do G1 realizada em 06 de junho de 2007, o professor Rabelo comenta sobre o caso dos gêmeos:

Para Rabelo, a falha na admissão de um irmão e da recusa de outro pode ser explicada pelo excesso de candidatos inscritos. "Ao todo, 3.791 vestibulandos se inscreveram no processo de cotas desse processo seletivo. É um número relativamente grande de fotos para serem analisadas. Os professores da banca observam as fotos e não podem compará-las. Eles desconhecem a identidade dos candidatos e podem ter percebido alguma diferença de cor neles", justificou.

Os acontecimentos referentes à UnB serviram de grande marco para o debate do sistema de cotas, pois a própria definição de pardos e negros constitui um discurso a ser questionado por setores da sociedade.

Para alguns teóricos, como Maggie (2008), a classificação das raças seria o próprio motivo da existência do racismo.

Não foi a existência de "raças" que gerou o racismo, mas o racismo é que fabricou a crença em "raças". A crença em "raças" é credo do racismo. A fabricação de "raças oficiais" e a distribuição seletiva de privilégios segundo rótulos de "raça" nada fazem para eliminar e podem até aumentar o veneno do racismo, que tem como consequência o rancor e o ódio. No Brasil, representam, além disso, uma revisão radical de nossa identidade nacional e a renúncia à utopia possível da universalização da verdadeira cidadania. É preciso pensar sobre as consequências e os perigos dessa opção pela entronização da "raça" nas políticas públicas através de leis. Os exemplos trágicos da divisão da população com o fim de distribuir direitos segundo a "raça" ou a "etnia", palavras que servem para essencializar as diferenças, estão ainda muito presentes na memória e na história recente do mundo para que sejam ignorados. A distribuição de privilégios segundo critérios "étnico-raciais" inculcou a "raça" nas consciências e na vida política, produzindo tensões e conflitos que ainda perduram. (MAGGIE, 2008, p.36)

As próprias ações afirmativas de inclusão, para alguns autores, como Peter Fry (2005), fomentam o pensamento de um Brasil dividido por raças distintas, negando, assim, seu carácter híbrido.

Além disso, Fry argumenta que as AA (Ações Afirmativas) provocam mudanças na forma como os brasileiros se veem a si mesmos e aos outros, e que tais políticas trariam resultados prejudiciais ao conjunto da sociedade, pois “toda política que aumenta e celebra a crença em raças (cotas, por exemplo) contribui a longo prazo para a persistência do racismo e a possibilidade do preconceito e da discriminação”. O investimento na universidade e na qualidade da educação básica, na perspectiva do autor seria a solução para a superação das desigualdades no acesso ao ensino superior. (FRY, 2005, p.344)

Indo contra esse pensamento, autores enaltecem a importância da existência do sistema de cotas e das políticas públicas de inclusão. Para Kabengele Munanga (2004), tais ações afirmativas têm como objetivo recompensar indivíduos marginalizados historicamente, seja por raça ou por classe social.

Superar as desvantagens e desigualdades que atingem os grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira e promover a igualdade entre os diferentes. Isso pode ser feito de maneiras diversas, como, por exemplo, bolsas de estudos; cursos de qualificação para membros de grupos desfavorecidos; reserva de vagas – as chamadas cotas – nas universidades ou em certas áreas do mercado de trabalho que segundo pesquisas e dados estatísticos, confirmam uma porcentagem mínima ou a total ausência de sujeitos pertencentes a grupos sociais e raciais com histórico de discriminação e exclusão; estímulo à construção de projetos sociais e educacionais voltados para uma população que sofre um determinado tipo de exclusão e discriminação; estímulos fiscais a empresas que comprovem políticas internas para a incorporação de negros, mulheres, portadores de necessidades especiais nos cargos de direção e chefia, dentre outros. (MUNANGA; GOMES, 2006, p.187)

Para os defensores do sistema de cotas, como Munanga (2006), no Brasil, para o indivíduo ter acesso ao dito capital cultural, ele deveria ser possuidor, obrigatoriamente, de uma cor de pele socialmente aceita, ou seja, ter nascido branco. Para ele, o papel competitivo desses indivíduos negros no mercado de trabalho, já seria deficitário ou praticamente nulo, pois a vida no mercado de trabalho é determinada pelos capitais culturais adquiridos na fase escolar, e o negro já seria prejudicado ou eliminado por essa restrição racial.

Para os apoiadores das políticas de cotas, a criação de vagas nas universidades públicas vai muito além da qualificação de indivíduos para o mercado de trabalho. Autores como L.C. Silva Junior (2009) e Jacques Velloso (2009) afirmam que tanto o ensino médio como o fundamental são extremamente deficitários na preparação de estudantes negros que almejam ingressar no ensino superior. Com isso, para esses autores, a melhor solução seria criar oportunidades para os grupos socialmente e racialmente marginalizados de ingressarem no ensino superior, para, então, eles terem as mesmas condições que os demais.

O regime de cotas para “negros” nas universidades públicas vem de encontro às necessidades dos grupos sociais que representam as minorias étnicas que lutam para conceder a dignidade e esses sujeitos, buscando através de elevação do nível de escolarização minimizar as perspectivas de acesso ao mundo do trabalho e transformação da realidade existente na sociedade brasileira, em que os níveis de escolarização na educação superior ainda são restritos, impedindo que o “negro” alcance postos de trabalho e posição social mais elevadas. (SILVA JUNIOR, 2009)

Um grande debate em torno do sistema de cotas tem relação com o nível de qualidade na formação dos estudantes cotistas.

Uma das críticas à reserva de vagas baseia-se no argumento de que a eficiência na formação escolar anterior dos cotistas consistiria em ameaça à qualidade do ensino universitário. O argumento tem fundamento lógico: se os cotistas tivessem idênticas chances de competição nos vestibulares, a reserva de vagas careceria de sentido. (VELLOSO, 2009, p.622)

As primeiras ações afirmativas ligadas à questão racial foram ser vistas no governo FHC, onde a figura jurídica do negro e a taxonomia da raça estariam explanadas na constituição de 1988, que definiu o racismo como crime inafiançável e não simplesmente como uma contravenção como era feito na Lei Afonso Arinos. (MAGGIE, 2008, p.15)

Nesse governo, foi criado, em 1995, o grupo de trabalho interministerial que objetivava ações e políticas de valorização da população negra e, posteriormente, foi criado o programa nacional de direitos humanos (PNDH). Tal programa dedicava um capítulo apenas para os negros, no qual poderiam se identificar ações afirmativas para eles, como cursos profissionalizantes, universidades e áreas da tecnologia. O programa também propunha a classificação bipolar da sociedade, propondo, assim, ao IBGE adotar a afirmativa que mulatos, pardos e negros constituíam a população negra. (MAGGIE, 2008)

Em meados dos anos 1990, o ministro da reforma agrária determinou que 20% das vagas no seu Ministério seriam destinadas a negros. Tal iniciativa se popularizou entre os ministérios, fazendo o Presidente da República estender tal iniciativa ao funcionalismo público em geral. No mesmo mês, a Assembleia do Rio de Janeiro aprovou, através de aclamação, a Lei nº 3.908, de 09 de novembro, que reservava 40% das vagas das Universidades do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Norte Fluminense aos negros e pardos. Tal lei sofreu modificações ao longo dos anos, reservando 20% das vagas para negros oriundos de escola pública e com renda mensal inferior a R\$700,00. A partir dessas iniciativas, outras universidades foram adotando tal medida. Com isso, segundo a autora, as cotas e

as outras ações afirmativas formalizadas tornaram-se as únicas ações afirmativas efetivas de políticas públicas contra desigualdades. (MAGGIE, 2008)

Criou-se a ilusão de que os “negros” seriam poucos nas universidades por causa da cor da sua pele e não pela sua relativa pobreza e educação anterior de qualidade duvidosa. Quem criticasse as cotas raciais era logo suspeito de ser racista (MAGGIE, 2008, p.10)

Em 2003, no governo Lula, a engenharia social, por meio da qual o Estado obriga os cidadãos a se classificarem racialmente, foi introduzida permanentemente na sociedade. Nesse governo, houve modificações no sistema de financiamento ao estudante (Fies) e instituiu-se o programa Universidade para Todos (Prouni). Teoricamente, esses programas proporcionariam financiamento, bolsas e vagas específicas para negros e outras minorias. Foi também em 2003 que foi criada a Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Social (Seppir). Vale destacar o alerta que Maggie (2008) faz à contradição que tal Secretaria adota já em seu nome, o que ela já propõe excluir. (MAGGIE, 2008)

A implementação das cotas, tomando como referência Maggie (2008), levou à discussão quanto às contradições entre adotar o pensamento de que não devemos distinguir o indivíduo pela raça e, ao mesmo tempo, instituir políticas públicas baseadas na raça.

Ao ter esse pensamento, a autora questiona a própria criação das políticas de cotas, que consiste em um dos maiores expoentes das ações afirmativas baseadas pela raça.

O racismo contamina as sociedades quando a lei afirma às pessoas que elas pertencem a determinado grupo racial – e que seus direitos são afetados por esse critério de pertinência de “raça”. Nos Estados Unidos, modelo por excelência das políticas raciais, a abolição da escravidão foi seguida pela produção de leis raciais baseadas na regra da “gota de sangue única”. Essa regra propiciou a divisão da sociedade em guetos legais, sociais, culturais e espaciais. De acordo com ela, as pessoas são, irrevogavelmente, “brancas” ou “negras”. Foi de lá que veio a inspiração da lei de cotas racial no Brasil. Mas podemos argumentar que, enquanto as ações afirmativas nos Estados Unidos tiveram o efeito de cristalizar a crença nas “raças” branca e negra, aqui no Brasil podem ter a consequência de fabricar essas crenças, construindo uma profecia que se cumpre por si só. (MAGGIE, 2008, p.15)

Contudo, afirmações como as de Maggie (2008), contrárias à ideia de racialização que sustenta a criação das cotas, associam-se à ideia da desigualdade social, que reforça, por outro lado, sua afirmação.

Os dados de 2007 do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) revelam que o país possui 183.987.291 habitantes, sendo que, destes, 49,5% correspondem a pretos e pardos. Percebemos, assim, que essa população cresce gradativamente no decorrer dos anos, e se firma, assim, um grupo de extrema importância. Segundo os dados oferecidos pela ONU em seu relatório do PNUD³ (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 2005, 65,5% dos pobres são negros; a sua renda per capita corresponde a menos da metade da renda de um branco em 1980; os homens brancos respondem por 50% da renda disponível, e as mulheres brancas por apenas 24%; já os homens negros respondem por 18%, e as mulheres, por 8%. Podemos afirmar, segundo os dados fornecidos pelo PNUD, que em 2005, apesar de os negros representarem 44,7% da população brasileira, eles representam 70% entre os 10% mais pobres, e já entre os 10% mais ricos ele não ultrapassa os 16%, ou seja, representa 70% dos mais pobres e 16% dos mais ricos. Outro dado importante fornecido pelo PNUD é que, dentre os 33 milhões de indivíduos que se encontram abaixo da linha pobreza, cerca de 64.4% são negros, concluindo que, a cada 10 pobres no país, 7 são da etnia negra.

Em dados oferecidos em 2006 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada), apesar de que, ao passar dos anos, se verifica uma diminuição da porcentagem de famílias em situação de miséria, a pobreza dos negros ainda é mais que o dobro⁴ da dos brancos, fazendo menção também à pobreza indígena, que é tão grave quanto a negra. Podemos afirmar que muitos desses fatos de discrepância decorrem das desigualdades sociais. Com isso, podemos perceber a fixação dos negros em trabalhos de menor qualidade, ocasionando, assim, trabalhos de baixa remuneração em relação à população branca. Pode-se afirmar isso perante os dados do IPEA que avaliam que os setores econômicos que possuem menos condições de trabalho são ocupados pela sua maioria pela população negra.⁵

Especificamente, o contexto do acesso à universidade influenciou politicamente a criação do sistema de cotas, como podemos verificar nos dados

³ Os dados estatísticos, que foram utilizados para análise foram retirados do site do PNUD: <www.pnud.org.br>.

⁴ Dados de 2006 indicam que 14,5% da população branca situa-se abaixo da linha de pobreza, enquanto que 33,2% da população negra encontra-se nessa mesma situação de vulnerabilidade social.

⁵ No setor da agricultura, 60,3% são ocupados por negros, na construção civil, 57,9%, e nos serviços domésticos, 59,1%, dados estes obtidos em 2008 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada).

fornecidos no portal do INEPE. Destaca-se o ensino superior nos anos 2000, cujo percentual de negros com mais de 30 anos que possuía diploma era de 2,7%. Os estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEPE) afirmaram que, em 2002, a população negra tinha 5,3 anos de estudos completos, já a branca tinha 7,1 anos de estudos; ou seja, a população branca tinha quase dois anos a mais de estudo. Os dados estatísticos fornecidos pelo INEPE nos mostram, em 2003, a porcentagem de alunos brancos em cursos superiores; os cinco cursos mais procurados pelos estudantes brancos em 2003 foram: Arquitetura e Urbanismo (83,9%), Medicina Veterinária e Odontologia (81,2%), Engenharia Mecânica (80,1%), Farmácia (79,8%), Direito (79,9%). Já os cursos com menor procura foram: História (55,5%), Geografia (56,4%), Letras (61,9%), Matemática (61,8%) e Física (64,4%). Nota-se, com isso, em todos os cursos, sejam eles mais procurados ou menos procurados, que os brancos representam mais de 50%, e nos mais procurados ficou em média nos 80%.

Já os cursos mais procurados pelos estudantes pardos ou mulatos foram: Geografia (33,2%), História (31,4%), Matemática (30,0%), Letras (28,8%) e Pedagogia (26,8%). Os cursos menos procurados foram Arquitetura e Urbanismo (10,2%), Odontologia (11,5%), Medicina Veterinária (11,8%), Farmácia (13,5%) e Psicologia (14,4%). Já os cinco cursos com maior procura dos estudantes negros, foram: História (8,5%), Geografia (6,5%), Letras (5,6%), Pedagogia (5,5%) e Matemática (5,4%). Até 2006, esse quadro não se modificou, segundo a pesquisa. Outro dado interessante é saber que 64,5% do corpo docente das instituições de ensino superior são compostos por brancos. Se pegarmos os dados do IBGE, a população branca do Brasil fica em 50%, a população parda, em 41%, e a população negra fica em torno de 5,9%; porém, segundo dados do INEPE, as matrículas universitárias representam 72,9% para brancos, 20,5% para pardos e 3,6% para negros. Percebemos, então, a presença maçante dos brancos na universidade e a exclusão gritante da população negra.

Diante desses dados estatísticos, percebemos que não apenas quanto ao ingresso dos estudantes nas universidades, mas também quanto à conclusão do curso, os brancos representam 66,4% dos alunos que concluem, os pardos, 17,55%, e os negros, 2,8%. Segundo os dados do IBGE de 2006, no ensino fundamental, percebe-se que a taxa de escolarização líquida, que é a média de matrícula no ensino adequado à idade, representa 95,7% para os brancos e 94,2% para os

negros; no ensino médio, são 58,4% para brancos e 37,8% para negros. Em relação ao analfabetismo por regiões, conta-se que, no Nordeste, as taxas são de 24% de analfabetismo entre os negros com 15 anos ou mais, já no Sul são de 9,2%; em contrapartida, em relação aos brancos, esses dados representam 18,4% e 4,3%. Essa exclusão educacional dos negros pode ser considerada um grande fator da impossibilidade de sua mobilidade social.

Todos esses dados fornecidos por esses institutos demonstram a grande discrepância entre as classes sociais e os indivíduos de etnias distintas. Porém, como foi demonstrado, um dos grandes debates consistia na afirmativa de que não devemos distinguir os indivíduos por sua cor de pele, mas, nesse contexto, foram desenvolvidas as políticas de inclusão baseadas na classe social e na raça. Por isso, o grupo opositor ao sistema de cotas afirmou que estamos vivendo uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que se dizia que não devemos classificar uma pessoa por sua raça, estamos criando políticas públicas baseadas na raça.

Porém, a implementação do sistema de cotas se pautou no fato de que, para combater uma mazela social, é preciso, antes de qualquer ação, admitir que tal mazela existe. Ou seja, ao criar o sistema de cotas, é afirmado que existe uma discrepância entre os indivíduos brancos e com melhores condições financeiras perante os negros e os mais carentes. Com isso, essa ação afirmativa vem como uma ferramenta de reparo dessa lacuna social.

3 DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE RAÇA, DESIGUALDADE SOCIAL E COTAS

Os debates a respeito da questão racial e da desigualdade social permeiam toda a implementação do sistema de cotas. A própria formação dessa ação afirmativa foi pautada no questionamento da diferença do preconceito de raça e preconceito de origem. Este item, a partir de teóricos clássicos e contemporâneos, expõe todo o debate sobre a classificação racial e o preconceito surgido a partir dela. Além desse fato, é exposto neste item o sentido da existência das cotas sociais e das cotas raciais, pois é dito que a política das cotas deveria ser pautada apenas na mazela da desigualdade social, com isso secundarizando a questão racial. Porém, será exposto que essas duas questões são latentes na sociedade brasileira.

Tendo como base as universidades que adotam a avaliação de candidatos ao sistema de cotas por meio de identificação de características raciais, como já foi demonstrado na UnB, Lívio Sansone (2005) afirma que o fenótipo é a característica mais importante para o processo de raças no Brasil, e é a partir dele que o indivíduo irá ser discriminado ou não. O autor indaga que, no caso da identificação racial brasileira, o próprio termo afrodescendente não seria apropriado, já que não se avalia genes, mas sim características físicas. Para Sansone (2005), a definição racial é acima de tudo um discurso político.

Diante disso, algumas ideias não têm importância central no debate sobre as cotas e a própria questão racial. A ideia que permeia o debate de cotas é a diferença entre preconceito de raça e de origem, pois no Brasil a Lei de Cotas foi pautada mais no preconceito de origem, pois toda a estrutura dessa ação afirmativa de inclusão coloca como pré-requisito prioritário a questão social e, seguidamente, são analisados outros fatores, como a questão racial.

A ideia de miscigenação é um dos grandes pontos para o próprio surgimento da discriminação racial e do racismo, fatores esses que ocasionaram a necessidade de ações afirmativas, como o sistema de cotas. Teorias como a de Gilberto Freyre (1963) serão um dos pensamentos que solidificarão as diferenças raciais brasileiras. Freyre, utilizando-se da teoria das três raças puras e do cruzamento dessas raças, ocasionando a dita miscigenação, a partir da teoria do surgimento do mestiço e da ideologia do nascimento de uma nação onde as raças não se diferem, afirma que é

inviável existirem identidades raciais, questionando, assim, o sentido do próprio movimento negro, já que somos classificados como uma nação mestiça.

Apesar de Freyre (1963) nunca ter usado o termo do mito da democracia racial, sua teoria proporcionou pensamentos irrealistas referentes ao contexto racial brasileiro, fato esse que muito colaborou para a intolerância sobre os grupos marginalizados. Em seu pensamento, Freyre afirmava que a população mestiça é vigorosa e dúctil, pois a mistura das raças proporciona uma população mais adaptável ao meio ambiente:

Pelo intercurso com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação - contra o que não o indisponha, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos - foi para a português a vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos (FREYRE, 1963, p.78)

Como exposto anteriormente, as universidades pioneiras na adoção do sistema de cotas utilizavam desde a análise de fotos até a criação de comissões que avaliariam se o aluno era negro ou não. Porém, todo esse processo sempre gerou muita polêmica por se tratar de métodos muito subjetivos, já que a própria classificação de raças é um fator muito complexo. Renato Ortiz (1985), utilizando-se da teoria das três raças puras e da miscigenação, argumenta sobre a dificuldade dos negros de se identificarem como tal, já que foi legitimado que não existe essa diferença racial, e sim uma só “raça brasileira”.

O mito das três raças, ao se difundir na sociedade, permite aos indivíduos, das diferentes classes e dos diversos grupos de cor, interpretar, dentro do padrão proposto as relações raciais que eles próprios vivenciam. Isto coloca um problema interessante para os movimentos negros. Na medida em que a sociedade se apropria das manifestações de cor e as integra no discurso unívoco do nacional, tem-se que elas perdem sua especificidade. Tem-se insistido muito sobre a dificuldade de se definir o que é negro no Brasil. O impasse não é a meu ver simplesmente teórico, ele reflete as ambiguidades da própria sociedade brasileira. A construção de uma identidade nacional mestiça deixa ainda mais difícil o discernimento entre as fronteiras de cor. Ao se promover o samba ao título nacional, o que efetivamente ele é hoje, esvazia-se suas especificidades de origem, que era ser uma música negra. Quando os movimentos negros recuperam o *soul* para afirmar a sua negritude, o que se está fazendo é uma importação de matéria simbólica que é ressignificada no contexto brasileiro. É bem verdade que o *soul* não supera as contradições de classe ou entre países centrais e periféricos, mas eu diria que de certa forma que ele ‘serve’ melhor para exprimir a angústia e a opressão social do que o samba, que se tornou nacional. O problema com que os movimentos negros se deparam é de como retomar as diversas manifestações culturais de cor, que já vem muitas vezes marcada com os signos de brasilidade. Uma vez que os próprios negros também se definem

como brasileiro, tem-se que o processo de ressignificação cultural fica problemático. O mito das três raças é neste sentido exemplar, ele não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos se reconhecerem como nacionais. (ORTIZ, 1985, p.43-44)

Referente à dita classificação racial, Munanga (2006) vai de encontro às teorias de Freyre e de Rodrigues, pois afirma que as definições das três raças puras e a miscigenação não criam identidade nacional, já que tal homogeneidade é inexistente perante toda a diversidade existente no Brasil. É inviável falarmos de democracia racial em um país cuja história é marcada desde a colonização até os dias atuais pelo preconceito racial e pela ampla valorização de teorias de miscigenação elitistas.

Em relação à autodeclaração, por meio da qual o aluno afirmaria ser negro ou não, Munanga (2006) alerta que tal declaração pode distorcer a realidade, pois os indivíduos que possuem características ditas “negras” e que sofrem o preconceito diário podem se sentir constrangidos e receosos em se autodeclararem como tal, como os brancos também poderiam se declarar negros a fim de adquirir algum privilégio.

É perceptivo que, no Brasil, a população ainda negue qualquer problemática relacionada à raça; no contexto brasileiro atos de racismo são vistos como vergonhosos. Os estudos de Florestan Fernandes (1972) já dividiam em dois níveis de percepção a problemática da raça. A primeira consiste no nível manifesto, em que a igualdade racial e a democracia racial estão instaladas na sociedade; a segunda é o nível disfarçado, em que tais preconceitos permeiam silenciosamente dentro da sociedade, fazendo do racismo brasileiro um fenômeno único.

De fato, existem várias formas socioculturais de preconceito racial. O que há de mal, conosco, consiste no fato de que tomamos como paralelo o tipo de preconceito racial explícito, aberto e sistemático posto em prática nos Estados Unidos. Todavia, os especialistas já evidenciaram que existem vários tipos de preconceito e, pelo menos um sociólogo brasileiro, o professor Oracy Nogueira, se preocupou em caracterizar as diferenças existentes entre o preconceito racial sistemático, que ocorre nos Estados Unidos, e o preconceito racial dissimulado e assistemático, do tipo do que se manifesta no Brasil. Já tentei, de minha parte, compreender geneticamente o nosso modo de ser. Segundo penso, o catolicismo criou um drama moral para os antigos senhores e escravos, pois a escravidão colidia com os ‘mores’ cristãos. Surgiu daí, presumivelmente, a tendência a disfarçar a inobservância dos ‘mores’, pela recusa sistemática do reconhecimento da existência de um preconceito que legitimava a própria escravidão. (FERNANDES, 1972, p.60-61)

Pela análise histórica de Fernandes (1972), podemos verificar que as classes sociais que estão melhor localizadas na estrutura social e econômica tendem a monopolizar os benefícios, na verdade essa ordem social competitiva agrava imensamente as desigualdades existentes na sociedade. Fernandes (1972, p.288) afirma que, para amenizar a questão social brasileira, é preciso mudar a estrutura da distribuição de renda e poder, proporcionando, assim, mesmo que minimamente, uma igualdade econômica, social e cultural. Ele afirma que o desenvolvimento de uma ordem social competitiva não assegura uma igualdade entre brancos, negros e mulatos, pois as oportunidades desses indivíduos são efetivamente contrárias. Notamos que os pardos estão situados no mesmo grupo dos pretos, isso se deve ao fato de que estes são mais semelhantes em relação à situação socioeconômica do que pardos e brancos.

Desde os anos de 2004, algumas das universidades, aqui já mencionadas, foram pioneiras na adoção do sistema de cotas, mas, como no projeto pioneiro, as mesas sofreram diversas polêmicas, seja por métodos de avaliação adotados ou pela própria estruturação dessa ação afirmativa.

Porém, mesmo contendo episódios e fatos polêmicos, as iniciativas dessas universidades contribuíram para que, em agosto de 2012, o Senado Federal aprovasse o Projeto de Lei que garante, no mínimo, metade das vagas das universidades federais aos cotistas. Dentro desses 50%, a divisão deve ser feita entre alunos de baixa-renda e por etnias, dadas as proporções de negros, pardos e indígenas em cada estado brasileiro. Vale destacar que se estipulou a meta de que até 30 de agosto de 2016 todas as universidades federais já tenham adotado o sistema de cotas.

Com a criação do sistema de cotas, alguns teóricos afirmaram que se estava criando uma nova classificação racial na sociedade: aqueles que são cotistas e aqueles que não são cotistas.

Para alguns teóricos, a criação do sistema de cotas muda a forma como a classificação racial é vista. Para teóricos como Maggie e Fry (2004), com as cotas, podemos dividir racialmente em duas categorias aqueles que têm direito a cotas e aqueles que não têm.

[...] as “raças” de fato não existem naturalmente, e um sistema de cotas implica logicamente a criação de duas categorias “raciais”: os que têm direito e os que não têm! O sistema de cotas, então, representa de certa

forma, a “vitória” de uma taxonomia bipolar sobre a velha e tradicional taxonomia de muitas categorias. (MAGGIE; FRY, 2004, p.6)

Porém, apesar de esses debates permearem a criação de políticas públicas voltadas para a inclusão, com o estudo das trajetórias das cotas na UFC, percebi a importância dessa ação afirmativa em proporcionar a afirmação da diversidade dentro da universidade, para, assim, termos uma política da diferença. Como se verá, esse é o argumento que sustenta esta dissertação.

A criação das políticas públicas na universidade que fomentem a inclusão e proporcionem o multiculturalismo, cada vez mais se torna algo primordial para conduzir diversas questões latentes na sociedade: a questão racial, a discriminação, e discrepância educacional e social entre os alunos.

4 A TRAJETÓRIA DO SISTEMA DE COTAS NA UFC

Antes da implementação do sistema de cotas em 2014 na UFC, a partir da Lei de Cotas de 2012, debates referentes a essa ação afirmativa já haviam sido abordados. A fim de analisar a própria trajetória do sistema de cotas até sua implementação, serão abordados neste item os debates e questionamentos que permearam essa ação afirmativa na UFC.

Com o intuito de construir a trajetória do sistema de cotas na UFC, foram utilizados os dados extraídos das atas de reunião tanto do GT de 2005 como do GTPAA de 2005/2006. Juntamente com esses dados, foram realizadas entrevistas com três professores centrais no debate dessa ação afirmativa, nesse período, a fim de proporcionar maior entendimento dessa trajetória a partir de suas experiências nos grupos de trabalho.

4.1 O pioneirismo do GT de 2005

Apesar do sistema de cotas ter sido implementado, na UFC, somente em 2014, a discussão sobre essa temática já ocorria anos antes. Em 2005, no dia 17 de junho, um grupo de professores, juntamente com o então reitor, se reuniu para discutir sobre a possibilidade de implementação do sistema de cotas.

Em entrevista com ex-reitor Professor Renê Barreira, este afirma que, na época, a UFC, já há algum tempo, vinha adotando algumas ações afirmativas voltadas para a inclusão social. Ele cita os cursos pré-vestibulares, que até 2005 já beneficiaram cerca de 3 mil jovens vindos de escolas públicas; esses cursos são praticamente gratuitos, tendo o apoio da Universidade Federal do Ceará. Outra ação que o ex-reitor destaca é a isenção, para alunos socialmente desfavorecidos, da taxa de inscrição no vestibular.

Segundo o Professor Renê, diversas universidades, há algum tempo, vinham discutindo as cotas universitárias; com isso, a UFC se viu defasada em relação a essa temática. Por esse motivo, surgiu a ideia de designar uma comissão para tratar desse assunto. Então, no mês de maio de 2005, o Ministério Público Federal recomendou à Universidade Federal do Ceará a adoção do sistema de cotas.

Referente a isso, o professor relembra que foi constituído, em 2005, um GT que tinha como objetivo discutir se deveríamos adotar ou não o sistema de cotas, e,

ao final, foi enviado um relatório para o Conselho Universitário. Porém, na opinião da maioria dos conselheiros, seria melhor a UFC esperar a decisão do Congresso Nacional perante o trâmite da Lei nº 3.627/2004. O professor afirmou que, durante essas discussões, vários setores se manifestavam favoráveis às cotas como uma estratégia de democratização da universidade; em contrapartida, outros setores achavam que as cotas poderiam comprometer a qualidade de ensino das universidades. Renê afirma que sempre compreendeu que a universidade deve se empenhar na democratização dos cursos, mas também deve haver um empenho não apenas do acesso à universidade, mas também na permanência dos alunos na universidade. Renê afirma que um dos focos do GT foi que, além das cotas étnicas, devem existir as cotas sociais. Outra problemática debatida foi em relação ao receio da queda de nível educacional na universidade decorrente da existência de cotas, porém o Professor Renê, juntamente com os outros apoiadores das cotas, argumentaram que diversos estudos mostram que tal afirmativa é irreal e que a adoção de cotas de maneira alguma compromete a qualidade do ensino, e que, além disso, diversas atividades são realizadas com a finalidade de obter o nivelamento dos alunos.

O professor informa que o motivo de as cotas sempre terem sido uma estratégia de democratização na instituição é o fato de que a educação sempre foi seletiva no âmbito econômico e social, haja vista o déficit de matrícula no ensino superior. Essa discussão coincidiu com a expansão do ensino superior, através do aumento de vagas e da criação de novas universidades federais, bem como da criação e implantação de dois programas de inclusão: o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), através dos quais houve um aumento na oferta do ensino superior, não apenas nas instituições federais, mas também nas estaduais e particulares.

No início dos debates realizados no GT, os professores analisaram as experiências das universidades pioneiras na adoção do sistema de cotas, especialmente a experiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a fim de verificar se a adoção das cotas foi positiva. Os setores contra as cotas alegaram que o processo adotado para a seleção dos alunos cotistas tinha várias falhas. Isso porque, no primeiro ano de adoção das cotas na UERJ, ocorreram diversos equívocos, gerando muitos processos administrativos, mas, mesmo com 296 processos contra a universidade, apenas 46 ganharam. Diante desse dado, os

setores apoiadores indagaram que, por se tratar de um contexto inédito, é compreensiva a existência de falhas, e o fato da necessidade de aperfeiçoamento dessa política pública é algo normal a qualquer ação afirmativa.

Um dos questionamentos contrários explanados no ata do GT de 2005 pelos setores contrários foi em relação à meritocracia, pois foi argumentado que os alunos universitários deviam conseguir suas vagas através de seu mérito, e não através de cotas. Quanto a isso, foi argumentado pela Professora Ana Lóro que esse argumento só seria válido se existissem vagas para todos, mas, como a sociedade está inserida em um contexto em que as oportunidades são para poucos, medidas devem ser feitas para sanar essa falha.

Não é que ela não seja importante, mas é que, num cenário onde a vagas ofertadas são menores do que a necessidade, obviamente que vou dizer que o mérito é importante, mas ele é importante apenas para dizer quem está dentro e quem está fora, não necessariamente para dizer que um é superior e o outro é inferior, né? Então é preciso que o professor, e dentre os que entram, né, nós vamos ter outras diferenças, mas também não necessariamente desigualdades. Então há que se pensar também no trabalho com o corpo docente. [sic] (Ata do GT. 2005)

Em entrevista com a Professora Ana Lóro, ela argumenta que o trabalho desenvolvido pelo GT se deu de forma lenta. A cada fórum, era ampliado o número de participantes, mas eles não foram muito numerosos. Apesar de não ter muitos representantes, a professora afirma que a comissão fez um trabalho de grande impacto, já que, dentre as importantes contribuições fornecidas, uma delas foi a criação da futura Secretaria de Acessibilidade. A professora faz o destaque no trabalho com deficientes, pois eles tiveram um efeito mais positivo; já as cotas tinham, sobretudo as cotas raciais, mais dificuldade de aceitação. A cada fórum era chamado alguém de fora da universidade, a fim de proporcionar ao GT maiores informações sobre os temas debatidos. Com isso, o GT obteve a participação de convidados desde o Ministério Público até integrantes das universidades pioneiras na adoção das cotas. Os debates eram formados por mesas redondas que abordavam temáticas inovadoras.

Um dos principais questionamentos mencionados no GT foi que estratégias seriam criadas para que a universidade pudesse fornecer meios para auxiliar financeiramente os alunos cotistas. No GT, o Professor Renê destacou que, perante as reformas do ensino superior, cada universidade deve destinar cerca de 5% do seu orçamento para políticas de assistência ao estudante. No caso da UFC, eram

destinados 12%. O professor, baseado na importância desse auxílio para os cotistas, afirmou: “Não há democratização de acesso sem a democratização da permanência”. Em 2005, cerca de 30% dos alunos vinham de uma origem mais humilde, por isso, além da criação das cotas, deveria haver a existência de bolsas de manutenção desses alunos na universidade, um apoio direto da universidade para com esses estudantes.

A partir dessas informações, foi analisado pelos integrantes do GT que a universidade deveria fornecer bolsas para os alunos cotistas, já que o sistema de cotas não teria sentido se não houvesse um auxílio por parte da universidade para que esses alunos pudessem ter condições de terminar o curso.

Em entrevista com a Professora Ana Lório, ela destacou a importância da existência das bolsas de auxílio para a aplicabilidade das cotas na universidade. A professora destaca que todos no GT tinham consciência de que, se não houvessem ferramentas de suporte para os alunos, como as bolsas, a ação afirmativa das cotas seria inviável.

Pois é, o que a gente percebeu é assim que não basta, quando você tem uma política afirmativa né você não basta só dá um pontapé pra entrar né, eles veem condições de defasagem e não é culpa deles né, é pela própria condição socioeconômica e também pelas condições da própria escola pública né que também tinha que se aparelhar melhor e tudo isso que a gente sabe da escola pública, mas não é culpa do estudante e o estudante tem o seu mérito. Agora uma vez que a universidade o aceita ela também tem que criar condições pra que ele permaneça né, então não é somente condições de acesso bem sucedido, mas de permanência bem sucedida e de conclusão do curso bem sucedido. Então, as bibliotecas dos cursos têm que ser melhor equipadas né porque se o estudante não tem dinheiro pra comprar um livro de Odontologia ou de Medicina que é muito caro a biblioteca tem que ter esse livro né, então se ela não tinha porque a maioria dos estudantes compravam, ela agora vai ter que ter né. Então, a universidade, o programa de bolsas de estímulo não só de extensão, mas de monitoria também esses alunos também têm que ter acesso né e não só a bolsa de trabalho, mas bolsas de monitoria, de pesquisa né da mesma forma que outros, então, eles não podiam ser segregados dentro da universidade. Então, a principal resistência era essa né, porque não adianta só concordar com o ingresso, mas como a universidade vai se comportar né com esses alunos dentro da universidade. Então, a gente viu que aí foi ampliado o programa de estágio né, de bolsas, então tudo isso pra poder facilitar a permanência né bem sucedida desses estudantes aqui na Universidade Federal. [sic]

As políticas públicas, como o sistema de cotas, têm, além do objetivo de inclusão, um fator compensatório aos indivíduos que sofreram preconceitos raciais ou sociais. Já em 2005, se questionava que, antes mesmo de debatermos sobre a implementação das cotas, deveríamos discutir sobre a questão do preconceito nas

universidades e na sociedade. Quanto mais se aproxima dessa temática, mais percebemos que ainda há muito que debater para proporcionar tais reformas na universidade. É notório que, em 2005, o desinteresse ou a quase omissão sobre a temática de preconceito dentro da universidade era muito grande, e realmente houve um avanço até os dias atuais, mas alguns questionamentos e situações continuam bem atuais, como o próprio fato de não enxergarmos o preconceito que existe em nós. Preconceito esse que pode até se travestir de brincadeiras ou comentários ditos inocentes, mas cheios de intolerância. O próprio Pró-reitor de Extensão de 2005, Luiz Antônio Maciel, contou sobre uma experiência pessoal, na qual essa questão foi vista e poderia ser vivenciada por muitos:

É algo que me deixa perplexo no Brasil como que a gente evita tratar essa temática, né, mas no dia-a-dia nós nos deparamos com ela. E muitas vezes eu presencio várias situações, às vezes até no ambiente familiar, em tom de brincadeira, mas eu aprendi nos anos 70, quando o movimento de mulheres se organizava muito fortemente no Brasil e em tom de brincadeira eu fiz para uma militante, certa vez, um comentário e ela não riu, e eu disse não, é apenas uma brincadeira, e ela disse, Luiz, se você faz isso é porque no fundo você tem essa opinião, não é uma piada. Então quando alguém faz alguma piada ou toma alguma atitude que tenha essa conotação de discriminação, no fundo a gente tem essa opinião, tem essa posição e ela tá guardada conosco, não é? [sic] (Ata do GT. 2005)

O professor Luiz Antônio faz destaque para as experiências em outros países, já que é impactante o quanto o Brasil está atrasado perante outras regiões, como é o caso da Índia, que há tempos adotou o sistema de cotas, ou mesmo os EUA, que há alguns anos também se utilizaram dessa política pública. Logicamente que cada realidade tem sua especificidade, mas o início de tais debates se deu tardiamente no Brasil. O próprio papel da universidade federal é questionado quando debatemos sobre essa temática. As políticas de acesso à universidade não atingem somente ao aluno, mas ao professor, aos funcionários e à sociedade como um todo.

Um dos fatores de maior importância nesse GT foi o fato de ele reunir indivíduos das mais diversas áreas a fim de se debater essa temática com todos os eixos da universidade, como é caso do diretor do Centro de Ciências em 2005, Paulo de Tarso. Ele ressaltou a importância de se realizar um mapeamento, com o intuito de identificar os alunos negros ou indígenas. Em 2005, o Departamento de Estatística elaborou um questionário, que abordou cerca de 60% dos alunos da UFC, objetivando analisar como esses alunos se identificam em relação à sua cor, seja pardo, negro, branco ou indígena. Segundo Paulo, para sua surpresa, muitos se

identificaram como sendo negros. Diante disso, questiona a própria definição de minoria, já que esse questionário mostrou um número relativo de alunos negros. Paulo de Tarso indagou que não adianta criar apenas as cotas sem que se criem condições para que esses alunos permaneçam dentro da universidade. Ele cita o caso do curso de Medicina, que, mesmo proporcionado vagas para cotistas, por se tratar de um curso com custo elevado para os alunos, se tornaria impossível a permanência de alunos cotistas sem apoio da universidade. Paulo de Tarso afirma que é de extrema importância a existência das ações afirmativas, porém explanou que o sistema de cotas na UFC deve ser uma temática que precisa de mais debates para sua adoção.

No dia 15 de junho de 2005, o Conselho de Tecnologia da UFC se reuniu para debater as ações afirmativas sugeridas. O conselho argumentou que as desigualdades sociais são resultado da ausência de políticas públicas e que as universidades federais têm um papel fundamental nesse contexto. Porém, em seu parecer final, o Conselho não concordou com a adoção do sistema de cotas, no vestibular de 2005, já que argumentou que se deve elaborar com maior rigor o planejamento dessa política pública. Tal planejamento deveria conter o detalhamento do perfil socioeconômico do estudante da UFC, o percentual, mais detalhado, da trajetória dos alunos vindos de escolas públicas e o detalhamento de como seria o apoio financeiro concedido pela universidade para esses alunos.

Juntamente com essa negativa em relação à adoção do sistema de cotas, o Centro de Ciências Agrárias se colocou contra, pois, antes de se adotar essa política pública, deve-se fazer um levantamento detalhado, em cada curso, referente à raça e aos indivíduos vindos de escolas públicas. Outro argumento utilizado para justificar essa negativa a essa ação social é o receio de prejudicar o vestibular, já que se afirmava que o vestibular da UFC era tido como um exame de referência nacional, por isso qualquer alteração em sua seleção poderia ser prejudicial.

O Centro de Ciências Agrárias faz uma menção a uma das primeiras experiências de ação afirmativa de inclusão social. A Lei do Boi objetivava beneficiar estudantes agricultores ou filhos de agricultores, proprietários ou não de terras, que residissem com suas famílias na zona rural ou em cidades e vilas que não possuíssem cursos em universidades de Agronomia e Medicina Veterinária. Tal lei destinava 50% das vagas para alunos com as características citadas. Porém, segundo relatos, a lei não obteve sucesso, já que os alunos advindos da Lei do Boi

tinham que ficar separados dos outros alunos, tamanha era a discriminação com eles.

Em relação à importância de se criar um tipo de auxílio financeiro para os estudantes cotistas, os integrantes desse GT argumentaram sobre o curso de Odontologia, no qual o aluno gasta em média, por semestre, cerca de oitocentos a mil reais para comprar equipamentos. Até 2005, nenhuma universidade federal do país fornecia esses equipamentos para os alunos, pois tais equipamentos são de uso pessoal. Perante esse questionamento, o Conselho da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem se mostrou contra adotar, pelo menos no ano de 2005, o sistema de cotas.

A Faculdade de Medicina estava representada, nesse GT, pela figura do professor Luciano Bezerra. Ele afirmava que o sistema de cotas deveria ser analisado mais cuidadosamente, já que o caso do curso de Medicina se diferenciava dos demais cursos, por isso era unânime na Faculdade de Medicina a não aprovação da adoção de cotas para o vestibular de 2005. Foi afirmado que mesmo as cotas para indivíduos com necessidades especiais devem ser analisadas com maior cuidado, pois, ao se tratar de Medicina, o aluno deve ter condições básicas de exercer o exercício médico para com o outro. Outro fato é a exigência de o aluno ter um patamar mínimo financeiro para dar prosseguimento ao curso, para não repetir os erros da Lei do Boi. Criar as cotas sem que antes sejam levadas a debate essas questões só possibilita que esse indivíduo entre dentro da universidade sem incluí-lo, verdadeiramente, dentro no “mundo universitário”. Em entrevista com a Professora Ana Lório, ela afirma que a Lei do Boi não obteve sucesso, pois não foi bem estruturada, e a própria universidade ainda não estava preparada para tal iniciativa.

O que aconteceu com a Lei do Boi foi um erro porque realmente os filhos de agricultores não estavam conseguindo entrar e quem entrava era os filhos de fazendeiros que podiam entrar pela via normal, mas se beneficiavam da Lei do Boi. Então assim, ela acabou sendo mais elitista do que né no caso das cotas, eu acho que as cotas ela não tem essa semelhança né e mais uma vez eu mostro a necessidade da universidade se preparar, e o preparar pedagogicamente e preparar inclusive as pessoas que estão dentro pra receber né, pra receber essas pessoas que vem porque elas não são inferiores. [sic]

Além dessas questões, o departamento de Medicina argumentou que a falha educacional e social que justifica a criação das cotas é uma culpa do governo, por

isso a universidade não pode ser penalizada por essas mazelas. O governo, segundo Luciano Bezerra, deve criar programas para recuperar social, cultural e economicamente esses indivíduos.

Para que o GT entendesse melhor a importância dessa ação afirmativa, a professora Fatima Vasconcelos utilizou sua fala para explicar o que representa uma medida como esta. Segundo ela:

Juridicamente as ações afirmativas são definidas como ações reparatórias de injustiças praticadas contra grupos sociais. O objetivo dessas ações é garantir uma participação representativa dos diferentes grupos sociais que estão sub-representados na atividade pública ou privada. (Ata do GT. 2005)

Segundo suas palavras, a adoção de tais medidas de inclusão vai além do ato assistencial, elas proporcionam representatividade para aqueles que sempre foram marginalizados. Podemos tomar como exemplo os 20% de cotas para as mulheres nas eleições, ou seja, se tal ação não tivesse existido, o caminho nunca teria sido aberto para que as mulheres fossem representadas. Porém, o Brasil ainda tem uma dívida, ainda maior, com os indígenas, os negros e a sua população carente.

O sistema de cotas para ensino superior é portanto mais que uma medida de acesso, é uma medida que requer para a sua discussão uma compreensão suficientemente ampla do quadro histórico no qual se desenvolveram nossas desigualdades, para que tenhamos não só uma universidade, mas uma sociedade mais plural e verdadeiramente pluriétnica. E eu queria abrir um parêntese para dizer que mais do que com as cotas e com as ações afirmativas produzir benefícios a essas populações excluídas, me parece que o maior benefício ao combate à discriminação é para toda a sociedade e não apenas, por exemplo, para indígenas e para os negros. [sic] (Ata do GT. 2005)

Apesar de todo o debate a respeito do sistema de cotas, um dos pontos que ainda permeia o debate na sua implementação é o fato de ainda se acreditar que no Ceará não há negros. O professor Eurípedes Funes relata que, nos seus quase 20 anos morando no Ceará, ainda chega à UFC e ouve de seus colegas que não existem negros no território cearense. O professor mencionou o documento feito no século XIX, pelo então presidente da província do Ceará, em que afirmava que no Ceará não havia índios verdadeiros, os que residiam aqui eram aculturados. O professor Eurípedes afirma que, se tomamos esse pensamento, estamos vivendo em uma terra de arianos, porém basta olhar para nossos rostos e os rostos dos que estão em nossa volta para vermos o quanto de negros e o quanto de índios nós temos. Para o professor Eurípedes, nos orgulhamos do fato de o Ceará ter sido o

primeiro a abolir a escravidão, e isso pode não ter sido tão benéficos para os negros e para nossa própria compreensão, já que se criou o ilusório de que desde aquela época os negros não mais residem em terras cearenses, e pelo fato de os vaqueiros terem sido uma mão-de-obra muito popular nesse período, a existência da comunidade negra sempre teria sido pequena.

Não se trata de discutir se há ou não, vetar ou não a entrada de alunos negros, indígenas na universidade, mas é discutir um pouco o papel desta universidade, e eu posso dizer com toda segurança que por muito tempo esteve voltada para os movimentos, aliás, com as cotas voltadas para os movimentos sociais. [sic] (Ata do GT. 2005)

Essa ideia de que não havia negros no Ceará foi uma das temáticas mais debatidas no GT pelos representantes dos diversos departamentos. Alguns dos departamentos contra a implantação das cotas argumentavam que não fazia sentido ter cotas raciais na UFC, já que não havia uma demanda expressiva de alunos negros para tal ação afirmativa. Diante disso, em entrevista realizada com a Professora Fatima Vasconcelos⁶, ela afirma que é surpreendente tal ideia de negação da existência dos negros no Ceará, pois a própria história já fez esse regaste e, no momento em que conhecemos mais o estado cearense, vemos a forte presença dos negros, haja vista o número expressivo de comunidades negras existentes.

É tão engraçado como esses argumentos são cômodos, você tá entendendo? A historiografia de fato por algum tempo ignorou né, mas teoricamente hoje também a gente já compreende isso. Negar a existência de negro, negar ao racismo pela não existência de negro é uma condição muito confortável para o latifúndio que enriqueceu à custa do trabalho escravo e que tal a gente dizer que eles nunca nem existiram, ah que legal né? Então assim, não faz o menor sentido, certo? Uma vez que a historiografia esqueceu, hoje não, a historiografia já resgatou e se a gente andar em qualquer lugar do Ceará a presença negra é notória. Então, é um conjunto de manifestações e de coisas, a gente tem não sei quantas comunidades e pra mais de vinte, e se a gente ver o mapa étnico do Ceará a gente fica espantado como tem mais de oito etnias indígenas e mais não sei quantas comunidades quilombolas e as comunidades quilombolas a gente nem idêntica as etnias negras porque realmente elas se perderam né e a gente não poderia dizer assim uma etnia. Em Pernambuco talvez até a gente né verifique um pouco e aqui a gente vê menos, mas não faz sentido você dizer que não tem. Eu acho que na realidade reconhecer o racismo é reconhecer que a nossa herança é escrava. [sic]

⁶ Professora Fátima foi de grande importância na discussão da política das cotas nos GTs, além de exercer uma grande importância na discussão racial dentro da universidade, por também se autodeclarar uma mulher negra.

Para a Professora Fatima Vasconcelos, a razão para a ideia da negação da existência de negros no Ceará ter tido destaque no GT se justifica pelo que a professora denomina de invisibilidade seletiva, que consiste na exclusão de qualquer fato que proporcione aos negros condições de inclusão e de destaque em fatos negativos que os desvalorizam e prejudicam.

Basta que você vá na favela e no presídio. Então, de onde vieram essas pessoas? De marte? Não, elas estão aqui só que elas estão..Eu advogo uma tese e é uma coisa que eu sustento no meu trabalho e eu encontro também apoio em outros pesquisadores, a Neuma e Eliane Cavaleira de que há uma, eu chamo de invisibilidade seletiva, certo? Quer dizer, tudo aquilo que poderia alçar a população negra a uma condição de inclusão, de inserção, de êxito ela é propositalmente apagada e tudo aquilo que poderia apontar para uma situação de desvantagem, de exclusão né de coisas assim negativas elas são bastante valorizadas né. Se dá muita visibilidade. Então, essa coisa que, por exemplo, que a gente sempre soube que o Dragão do Mar é um herói cearense, mas há pouco tempo que a gente descobriu que ele era negro né, porque antes ele era só o Dragão do Mar não é? Sim. O beato José Lourenco também é negro, mas ele é só beato José Lourenço não é? Então, há uma invisibilidade, mas essa invisibilidade ela acontece na escola, ela acontece em todos os, isso é um dispositivo do racismo. [sic]

Ao ser abordada a temática das cotas raciais, os setores contrários questionavam que seria inviável ter cotas raciais, por não se conhecerem os parâmetros que definiriam quem é negro e quem não é. Esse questionamento se pautava na ideia de que somos um povo miscigenado, com isso todos teriam um pouco de descendência negra, por isso seria impossível classificar etnicamente os alunos. Em entrevista, a Professora Fatima Vasconcelos afirma que esse discurso foi combatido pelos departamentos a favor das cotas, pois a própria sociedade faz essa classificação étnica de quem é negro e de quem não é. Além disso, foi apoiado pelos departamentos a favor das cotas que, na seleção, o aluno deveria se autodeclarar, e não uma segunda pessoa fazer tal classificação. Para a professora, esses discursos contra as cotas raciais consistiam em argumentos que tinham a finalidade de impedir a inclusão dos negros.

Foi a primeira coisa e quem é negro foi a primeira pergunta né. Aí a gente respondia olha, chame um policial e leve pra favela que ele sabe bem direitinho quem é negro e quem é branco, é bem rápido e eles não tem a menor dúvida. O sistema carcerário é bem claro, é o melhor sistema de triagem étnica. Então, esse é outro argumento falso, todos esses argumentos são absolutamente falácias né digamos assim tentar barrar a inserção da classe esfoliada né, que sempre foi esfoliada, então sempre vem. Isso apareceu, mas logo os juristas e as pessoas que vieram aqui, por exemplo, quem foi uma pessoa que me falou muito? O Ivair, que era CEPIAS e que ele é do Rio de Janeiro. Duzentos processos foram abertos

na UERJ quando foi implantado o sistema de cotas lá. Então, o primeiro vestibular, ainda era vestibular né já duzentos processos, desses deve seis talvez tenha tido alguma procedência o resto por lá foi barrado né. Então, como se adotou o sistema da autodeclaração é exatamente a questão da concepção do que é autodeclaração, tá certo? Quem é que pode dizer quem é você é né. Eu posso dizer que você é negro, por exemplo, você aceita? Não porque eu não me identifico né. Então, porque você pode dizer eu não sou negra. É verdade. Ou não índia como a gente muito a vontade a gente diz aquele cara é índio? Mas, aquele cara já usa short e fica com radinho ouvindo celular e isso é ser índio? Que é você pra dizer isso? Lógico. Tá entendendo? Então assim, mas isso nós entendemos do ponto de vista teórico porque isso acontece não é? Quer dizer assim, o grupo dominante se arvora o poder né de definir o outro, o outro que se quer estranho. Porque o branco em geral não se define como étnico, étnico é o indígena e o negro. Verdade. Até o asiático. Que já tem uma marginalização aí né? Mas, o branco não é étnico e se ele não é étnico ele supostamente estaria no lugar absoluto com modelos para definir quem é o estranho ele seria sempre o não estranho, o não estrangeiro, o não diferente, o modelo portanto. [sic]

Outra temática a ser debatida pelos integrantes do GT era a necessidade de ter dados referentes ao perfil da demanda de alunos no Ceará. A Professora Ana Lório argumentou que, no período de 2005, não havia uma padronização de como corre a implementação das cotas. Com isso, havia diversos tipos de cotas, como para mulheres, negros, índios, negros e índios, pessoas socialmente carentes. Era de fundamental importância para essas instituições fazerem um mapeamento da realidade local, para, com isso, realizar a implementação dessa ação afirmativa de acordo com tal mapeamento. O argumento da professora, apesar de ser referente a 2005, foi muito pertinente, pois a própria Lei de Cotas, após sua implementação, terá esta preocupação, em que é colocado que as cotas devem ser baseadas nos dados das demandas existentes em cada estado.

Os departamentos contrários às cotas argumentavam que temiam que esses alunos cotistas sofressem preconceito dentro dos cursos. Esse argumento se baseava na experiência de alunos que são transferidos de outras universidades e são excluídos por seus colegas, por estes acharem que eles não são merecedores.

Então eu acho que o governo devia investir na educação, nos educadores, para começar, e aí os alunos, pelo seu próprio esforço, eles se sentiriam mais confiantes numa universidade, que eles próprios falaram que têm medo de serem discriminados, e isso me remeteu aos alunos que são transferidos de outra universidade para UFC, principalmente para os cursos mais concorridos, e são discriminados, ficam os colegas sem conversar, e esse é o medo que nós temos como educadores das redes municipais, da rede pública enfim, que esses alunos que ingressem pelo sistema de cotas sejam discriminados. [sic] (Ata do GT. 2005)

Diante dessa preocupação, a Professora Ana Lório argumentou que, se houver uma devida estruturação da política de cotas, bem como um devido preparo da universidade para adotar tal ação afirmativa, será possível termos um cenário acadêmico apto a ter essa nova realidade. Para a professora, para se combater essa temida discriminação, deve haver uma mudança da própria cultura da universidade, e isso deve partir do próprio corpo universitário.

Além do sistema de cotas, o GT de 2005 e a gestão universitária na qual este grupo estava inserido pertenceu a um contexto em que foram implantadas outras ações de inclusão de suma importância. Nessa gestão, foi ampliada a presença de estudantes africanos e afrodescendentes oriundos de diversos países, como Cabo Verde, Guiné Bissau dentre outros, isso possível através do programa do MEC. Após isso, veio a implementação da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). Em entrevista, o Professor Renê Barreira informou que ele e Maria Elias integraram a comissão nacional que foi responsável pela implementação da Unilab. Inicialmente, foi proposto que 100% das vagas seriam para alunos vindos diretamente da África, porém o professor discordou dessa porcentagem e propôs que fossem destinadas 50% das vagas a africanos e o restante para alunos daqui. Diante disso, Renê afirma que houve dificuldade para a implementação da Unilab, e o papel do Estado foi decisivo, através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior (Secitece), com a destinação de 7 milhões de reais para a desapropriação de mais de 100 hectares de terra em Redenção e para a reforma do centro administrativo municipal. Esse apoio foi de fundamental importância para que a Unilab fosse implantada. Segundo o professor, tal ação se tornou um grande símbolo da ideia da universidade inclusiva. Nesse período, também foi implantado um curso de graduação junto com o MST (Movimento Sem Terra) chamado Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Esse programa, criado pelo MEC, possibilitou a criação de um curso de pedagogia ofertado na própria Faculdade de Educação destinado a integrantes do MST. A experiência junto ao MST não foi apenas com esse programa, já que eram ofertados cursos de férias para integrantes do Movimento, como forma de inclusão social.

Um marco para as políticas de inclusão nesse período foi a criação do curso de graduação de Letras em Libras. Em entrevista, a Professora Ana Lório afirma que,

naquela época, quase não existiam alunos universitários deficientes, com isso a criação de tal curso teve uma importância imensurável.

Na nossa gestão ocorreu o primeiro curso de letras libras né porque a gente se preocupava muito, pois não tinha muitos cadeirantes, não tem muitos cegos, não tem muitos surdos na universidade, e o que tá acontecendo que eles também não tão conseguindo entrar né. E aí a gente vai ver o que acontece com cada segmento desse e ver as dificuldades né que eles têm pra inclusive de acesso à universidade, então a política afirmativa é de uma maneira geral né e assim, eu tenho a honra de ter podido oferecer o primeiro curso que deu origem ao que hoje é o curso de letras libras permanente aqui na universidade e que foi em convênio com a Universidade de Santa Catarina que formou a primeira turma de professores interpretes né pra libras aqui no estado do Ceará. Depois disso então foi criada a Secretaria de Acessibilidade, a mesma pessoa que coordenou trabalhava comigo na pró-reitora, a professora Vanda coordenou o curso de letras libras né e que coordena hoje a Secretaria de Acessibilidade e é também coordenadora do curso de letras libras da UFC. Então assim, eu acho que foi uma semente né que germinou. [sic]

Outra ação de inclusão que coincidiu com o debate do sistema de cotas e a própria criação do GT de 2005 foi a expansão, com a interiorização da UFC para a região de Sobral e para a região sul do estado, onde foram implantados em Barbalha e Sobral os cursos de Medicina e, em seguida, outros cinco novos cursos. Posteriormente, os campi da UFC que já existiam no Crato, em Juazeiro e em Barbalha se transformaram em três universidades federais; mas, mesmo assim, um dos menores investimentos para ensino superior público se dá em nosso estado, bem inferior a outras regiões. O Professor Renê afirma que isso se deve à omissão de nossa elite política, que não lutou para a criação de novas universidades, pois hoje, além de termos três universidades, a UFC vem expandindo e consolidando sua interiorização. Em entrevista, a Professora Ana Lório afirma que a interiorização da UFC foi um marco de grande importância para a inclusão de mais alunos no ensino superior, mas essa iniciativa passou por diversos debates, visto que alguns dos departamentos não concordavam, pois temiam que a qualidade do ensino fosse prejudicada.

A gente debatia mostrando números de universidades que já tinha feito isso e que estavam sobrevivendo né. Então, o Ministério da Educação ele garantiu o apoio inicial e depois a universidade tinha que sobreviver sozinha, mas as coisas estavam acontecendo, então a gente não podia ficar de fora né. Se você for pensar Minas Gerais na época tinha acho que seguramente umas quatorze universidades federais dentro do estado de Minas e o Ceará tinha uma né, o Piauí só tinha uma, então se não era possível ter outra universidade que pelo menos pudesse ter campus né, unidades avançadas e interiorizada. A UECE fez isso há muito mais tempo, se no caso das estaduais a situação é complicada, isso não se aplicava as

federais né, então o governo Lula que deu um apoio muito grande as universidades e tinha esse argumento inclusive né. Então, foi a partir da própria política nacional que a gente conseguiu vencer, mas realmente alguns departamentos se negaram a participar da discussão né e acho que tá assim até hoje. [sic]

A criação do GT de 2005 foi um marco na história da UFC, pois, a partir desse grupo de trabalho, temas de grande importância, que não eram debatidos, agora tinham espaço para serem discutidos. A partir dos dados extraídos das atas de reunião desse grupo e das entrevistas realizadas com os professores que participaram do GT, é perceptivo que os departamentos da UFC tinham, muitas vezes, opiniões destoantes entre eles a respeito do sistema de cotas e das próprias ações de inclusão. Temáticas como a questão racial, a preocupação em relação à manutenção no nível de ensino na universidade, o funcionamento do sistema de cotas, o preconceito perante os cotistas e a própria justificativa para a adoção das cotas foram pontos que permearam todos os debates desse GT.

4.2 O Grupo de Políticas de Ações Afirmativas- GTPAA

Após a realização do primeiro GT referente ao debate da implementação do sistema de cotas na UFC, realizado em 2005, foi nomeada uma comissão de docentes que teriam a finalidade de proporcionar ações e debates referentes à temática. Como isso, foi criado o Grupo de Políticas de Ações Afirmativas (GTPAA), que, no ano de 2006, proporcionou diversos debates e seminários, a fim de possibilitar uma maior discussão sobre a temática na universidade.

[...] realizar o I Ciclo de Debates sobre Políticas de Ações Afirmativas na UFC e, após reflexões e amplos debates, propor, juntamente com as Pró-Reitorias de Extensão e Graduação as ações que irão constituir, a juízo do CEPE um programa de Políticas de Ações Afirmativas para a UFC. (Relatório Final do GTPAA, 2006)

No decorrer do ano de 2006, foram realizadas diversas reuniões e seminários fechados e abertos ao público, nos quais se discutiam a importância e as possibilidades da implementação das cotas. Tais eventos contaram com a vinda de professores oriundos de outras universidades que já viviam a realidade das cotas, como a UERJ e a UnB, a fim de proporcionar ao debate a visão daqueles que já vivenciam essa política pública.

Os participantes do GTPAA se pautaram nos dados obtidos no vestibular de 2005, verificando a discrepância de acesso à universidade entre brancos e negros.

O fator de grande importância para esses eventos é a participação não do corpo docente, mas também do corpo discente.

Todas as discussões sobre essa ação afirmativa foram baseadas na recomendação feita em 2005 pelo Ministério Público Federal do Ceará, que explanava a necessidade e importância do sistema de cotas para o ensino superior. No site do Ministério Público, podemos encontrar esta resolução:

Ministério Público Federal do Ceará. Procuradoria da República no Estado do Ceará. RECOMENDAÇÃO 15, de 30 de março de 2005.

Resolve:

Recomendar ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará que empreenda todos os procedimentos administrativos necessários, no âmbito da UFC, para o estabelecimento, no exercício de sua autonomia universitária, de um programa de ações afirmativas de inclusão social e, notadamente, que estabeleça sistema de cotas, com percentuais de vagas reservadas ou de pontuação diferenciada, para o ingresso de candidatos oriundos de instituições públicas, assim como para negros, pardos, deficientes, indígenas, dentre outros grupos étnicos minoritários desfavorecidos, tudo isto em seu próximo Concurso Vestibular e que, para os candidatos portadores de deficiências físicas, além do sistema especial de ingresso, fundado nas políticas afirmativas elaboradas, sejam adotadas metodologias apropriadas de seleção destes candidatos (inclusive nas provas), em conformidade com a deficiência apresentada; [...]

Em suas atividades, o GTPAA contou com o apoio e a participação de outras universidades. Uma grande colaboração foi o Laboratório de Políticas Públicas da Cor (LPPCor), órgão extensivo da UERJ. O LPPCor tinha como finalidade visitar universidades brasileiras, a fim de incentivá-las a adotarem o sistema de cotas. Na UFC, a parceria com o LPPCor proporcionou a criação de oficinas com a temática das ações afirmativas de inclusão racial, mas tais iniciativas só foram destinadas ao corpo docente.

Já em 2006, o GTPAA entregou seu relatório final a respeito da possível implementação do sistema de cotas na UFC. Tal documento defende a adoção de 50% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas, e desse grupo 40% seria destinado para pardos e negros, e o restante para indígenas. Diante disso, afirmamos que seriam destinadas 20% das vagas para os negros. No decorrer de doze meses, o GTPAA afirmou em seu relatório ser favorável à implementação do sistema de cotas, com o argumento de que os beneficiados poderiam ter iguais oportunidades com os demais. No dia 09 de agosto de 2006, o relatório final foi analisado pelas Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE),

cujos conselheiros foram contrários ao relatório e afirmaram ser contra a implementação dessa ação afirmativa.

A justificativa que o CEPE apresentou foi a de que não existiria garantia de que o Ministério da Educação (MEC) iria financiar tal ação afirmativa, tal fato tornaria insustentável a implementação das cotas na universidade, já que é de suma importância que os alunos cotistas tenham tal apoio financeiro para que possam prosseguir na vida acadêmica. Outra justificativa é a questão da tramitação do Projeto de Lei nº 3.627/2004, que estabeleceria a obrigatoriedade da adoção do sistema de cotas para todas as universidades federais. Com isso, o CEPE afirmou que seria mais propício esperar o trâmite da lei e, nesse tempo de espera, a UFC iria se estruturar melhor para a implementação do sistema de cotas.

Um ponto analisado pelo CEPE e debatido pelo GTPAA é o fato de que a Lei que tramitava especificava que o sistema de cotas teria que ser pautado na análise de cada universidade sobre o perfil da demanda de seus alunos. Com isso, o CEPE afirmou que a UFC não conhecia o real perfil de seus alunos.

Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o art. 1º serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (Artigo 2º, Lei nº 3.627/2004)

Diante desse fato, um dos personagens mais importantes no debate sobre o sistema de cotas, então Pró-Reitora de Graduação, a Professora Ana Lório destacou a importância da adoção do sistema de cotas e afirmou que, para que essa ação social seja implementada com sucesso, é de fundamental importância que exista um mapeamento da realidade social de cada universidade.

A Conselheira Ana Lório Dias, Pró-Reitora de Graduação, fez um longo pronunciamento dando o seguinte destaque: que as ações afirmativas deverão sempre existir, daí a relevância da discussão; [...] defendeu a necessidade de a UFC se mobilizar para ações afirmativas internas, que dizem respeito também as garantias de condições de permanência dos alunos, como a infra-estrutura física (adaptações nos prédios escolares, acesso as bibliotecas, bibliotecas em braile), ressaltando a necessidade de os currículos, terem, nessa perspectiva da formação da cidadania, um trabalho de políticas afirmativas; [...] (Ata da 11ª Sessão Extraordinária do CEPE, 2005, anexo 3)

Tendo como base as palavras da então presidente do GTPAA, Célia Gurgel do Amaral, foi afirmado que a UFC se mostrava muito aberta para as cotas

destinadas aos deficientes e aos indígenas, porém, quando o assunto era a garantia de direitos para os negros, encontramos diversas barreiras por parte dos gestores da universidade. Para a presidente, foi incompreensiva a negativa dos conselheiros do CEPE perante a adoção do sistema de cotas.

[...] em seu longo pronunciamento, lembrou que a temática desta reunião era a política de ações afirmativas, mas que, no entanto, a discussão colocara a questão das cotas, sempre pensada para afrodescendentes, isto é, se seria permitido ou não a entrada de negros na Universidade; declarou não se sentir bem, em ver que em pleno século XXI, este Colegiado precisava tomar uma decisão, se esses cidadãos deviam ou não entrar na Universidade; [...] confessou que se sentia nesta reunião, como se a abolição da escravatura estivesse sendo discutida, com as devidas proporções, como se houvesse uma negação à participação, à entrada do negro na Universidade. (Ata da 11ª Sessão Extraordinária do CEPE, 2005, anexo 3)

Em suma, sobre esse período, anterior à implementação das cotas, mesmo que não tenham obtido sucesso em concretizar a implementação do sistema, a criação do GT e do GTPAA foi de imensa importância, pois a partir deles foram introduzidos debates relacionados à questão racial e à diversidade dentro do espaço acadêmico. Percebi que, antes da existência desses grupos de trabalho, tais assuntos referentes às ações sociais na UFC eram pouco abordados, muito pelo fato de que muitos acreditavam que tais ações não se faziam necessárias.

Com base no contato que obtive com os debates que antecederam a implementação das cotas na UFC, percebi que tal temática é apenas um ponto da complexidade das ações afirmativas que já haviam e foram implementadas na universidade. O debate de cotas está inserido dentro da temática de inclusão na universidade. Diversas atuações merecem destaque no desenvolvimento das ações de inclusão, como a criação de cursos pré-vestibulares para alunos socialmente desfavorecidos, a expansão da universidade para regiões do interior do Ceará, a criação da Unilab, bem como o desenvolvimento de ações de inclusão para os deficientes. Esta última se tornou um dos marcos das ações de inclusão, tendo proporcionado a criação do curso de graduação de Letras em Libras.

A partir dos debates realizados tanto no GT de 2005 como no GTPAA de 2005/2006, questões como a classificação racial e a própria diferença entre cotas raciais e cotas sociais foram temas abordados. Apesar de o CEPE ter recusado o pedido de implementação das cotas em 2006, esses debates proporcionaram maiores informações sobre a importância e justificativa da adoção dessa ação

afirmativa. Antes da criação desses grupos de trabalho, temas relacionados à questão racial, à diferença de preconceito de raça e de origem e à própria necessidade de ações afirmativas de inclusão não eram debatidos dentro do espaço universitário. Um dos principais legados desses grupos de trabalho foi o pioneirismo e a popularização da discussão desses temas.

5 A EXPERIÊNCIA COM OS ALUNOS COTISTAS E SUAS TRAJETÓRIAS

Este item aborda o contato com o campo de estudo com alguns professores e a participação nas aulas da disciplina de Antropologia e Políticas Públicas. A experiência com os professores possibilitou um dos primeiros contatos com a questão das cotas na atualidade. Através desse contato, foi possível obter dados referentes ao começo da implementação das cotas na UFC e como elas funcionam, bem como a visão do corpo docente perante essa nova realidade.

Inicialmente, optei por estudar os alunos dessa disciplina, pois estes fazem parte de um curso surgido quase que simultaneamente com a implementação do sistema de cotas na UFC e por esses alunos se caracterizarem como alguns dos primeiros alunos cotistas da UFC desde a adoção da Lei de Cotas.

A experiência junto a esses alunos possibilitou a coleta de dados de suma importância para o entendimento sobre a política de cotas e seu impacto perante os alunos e a universidade. A fim de identificar o perfil dos alunos cotistas dessa disciplina, foi utilizada a realização de questionários para identificar características específicas de cada aluno e semelhanças entre eles.

5.1 A entrada ao campo

Para compreender melhor a implementação da política de cotas na UFC, tentei procurar dados que pudessem esclarecer como estavam o atual quadro universitário e as perspectivas futuras para essa nova realidade. Nesse momento, iniciei minha entrada no campo de pesquisa.

Procurei professores dos ditos cursos de elite, como Medicina e Odontologia. Optei por esses cursos, pois antes da implementação do sistema de cotas eram formados, em sua maioria, por um corpo discente oriundo de escolas particulares ou cursinho, tendo um poder aquisitivo diferenciado perante o restante da concorrência.⁷

Ao iniciar minha primeira aproximação com os professores da UFC, fui até a residência do professor de Medicina Paulo, para começar a minha série de

⁷ Procurei esses professores, pois inicialmente tinha como objeto de minha pesquisa a relação do corpo docente da UFC perante o sistema de cotas. Mesmo tendo mudado meu objeto de pesquisa, tal contato foi de grande riqueza para visualizar algumas análises referentes à política de cotas e à UFC.

entrevistas. Iniciei minha entrevista me apresentando e falando sobre minhas intenções com minha pesquisa. O professor se mostrou desconfiado, inicialmente, mas, com o decorrer da conversa, obteve simpatia por minha pessoa e se mostrou bem empolgado em participar de minha pesquisa. Conversamos sobre o fenômeno das cotas e sobre como essa realidade influencia o contexto da UFC.

O professor se mostrou surpreso ao perguntar como era para ele e o corpo docente a sua visão perante as cotas, ele afirmou: “Meu filho, confesso que nunca parei para analisar sobre as mudanças que as cotas fizeram em minhas aulas e ninguém nunca me perguntou o que eu achava do sistema de cotas”. Ele me afirmou que é realmente nítida a inserção social na universidade, mas não apenas pelas cotas, mas muito pela ampliação do número de vagas na UFC.

Questionei o professor se ele tinha consciência de quantos alunos cotistas frequentavam suas aulas, e ele respondeu que: “Nunca soube quem era cotista e quem não era, mas alguns alunos já vieram a mim para conversar sobre suas dificuldades em algumas matérias, principalmente aquelas relacionadas a química, e por essa conversa descobri que esses alunos eram cotistas”.

Após essa resposta, perguntei se essa dificuldade era contínua, e ele me respondeu: “Esses passaram nas matérias, então acredito que as dificuldades tenham sido superadas, porém não tem como eu falar sobre os outros alunos cotistas, já que não sei como identificá-los”.

Perguntei ao professor se o departamento de Medicina tinha alguma postura sobre as cotas sociais ou alguma preocupação. Ele respondeu que: “Nunca soube de incômodo do departamento perante as cotas, mas em alguns momentos ouvi algumas preocupações dos meus colegas perante a queda do rendimento do curso com a entrada das cotas”.

Ao término de nossa conversa, o professor me deu alguns contatos de outros professores que ele acredita serem importantes para minha pesquisa e me convidou a participar de uma aula como ouvinte e, posteriormente, agendarmos outras conversas. Eu aceitei a oferta e ficamos de marcar um dia bom para ambos. Como, nesse determinado momento, ainda não estava definido o meu objeto de pesquisa, não me senti apto a prosseguir com esse contato, mas o professor se colocou à disposição para eu procurá-lo quando for preciso.

Com o intuito de buscar os dados referentes ao ingresso dos alunos cotistas e da dita inclusão social, foi me passado o contato do responsável pela detenção de

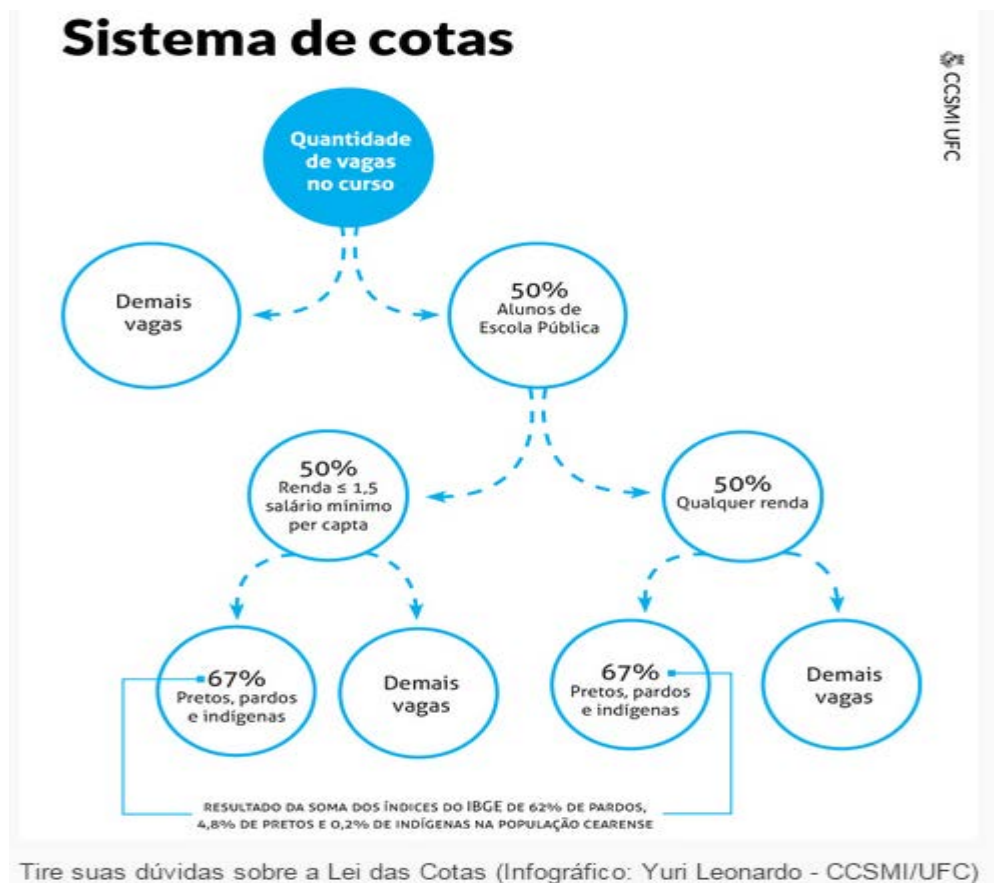
tais dados universitários, porém este se mostrou desinteressado e ocupado para termos uma conversa, colocando inúmeras dificuldades burocráticas, como impressões de declarações e demais documentações.

Diante dessas dificuldades, pesquisei o nome de um professor Gabriel, do departamento de Estatística, que é responsável pela montagem de dados da seleção da graduação. Inicialmente, nos comunicamos por e-mail, e o professor se mostrou bem prestativo, marcando de imediato um encontro para podermos conversar sobre minha pesquisa.

Iniciei nossa conversa me apresentando e falando sobre minha pesquisa de mestrado e sobre minha vida acadêmica. O professor se mostrou muito interessado e empolgado com minha pesquisa, já que, nas palavras dele, “É raro vermos pesquisas sobre cotas tendo como foco o professor”.

No início, conversamos sobre a Lei das Cotas, e ele me deu várias informações que eu não possuía sobre particularidades da lei; no decorrer de nossa conversa, vários pontos não eram do meu conhecimento. Nesse momento, ainda tinha a concepção de que ter os professores como objeto de estudo seria suficiente para a realização de minha pesquisa. Posteriormente, percebi que, para entender o sistema de cotas da UFC, era necessário estudar o corpo universitário como um todo.

Tal professor me informou que os 50% das vagas destinadas aos cotistas têm que ser destinadas a alunos oriundos de escolas públicas, classificando as cotas como sendo sociais, e não raciais. Dentro desse grande grupo de cotistas, há uma subdivisão de outros grupos, que se caracterizam pela divisão entre etnias e fator financeiro. Apesar de as cotas terem sido criadas para promover a inserção social e o fim da meritocracia, tal lei contém falhas. Quando se determinou que os 50% das vagas universitárias seriam para cotas sociais, não se levou em conta que algumas escolas de elite, porém públicas, seriam contempladas com essas vagas. É o caso das escolas militares e das escolas dos bombeiros, que possuem alunos de alto rendimento, que têm direito a participar do sistema de cotas, dando continuidade à meritocracia. Para melhor entendermos como funciona o sistema de cotas, segue abaixo um quadro elaborado pela própria UFC explicando tal processo:



O professor informou-me que, na UFC, a inserção social começou com o aumento do número de vagas nos cursos, e as cotas vieram para fortalecer essa iniciativa. Tal fato se difere da UnB, já que esta, primeiramente, adotou o sistema de cotas e, posteriormente, aumentou o número de vagas.

O professor aconselhou-me a abordar apenas os dados referentes à demanda e às notas de cortes, já que o comparativo de notas entre alunos cotistas e alunos não cotistas geraria uma sobrecarga de dados para ser abordado em um projeto de mestrado. Ao término de nossa conversa, o professor se comprometeu a me disponibilizar os dados referentes a 2014 e se colocou à disposição para marcamos novos encontros, após meus estudos dos dados que iria receber.

Dentre os dados que me foram fornecidos referentes à porcentagem de intenção de cursos, desde a instalação do ENEM, os cursos de Medicina, Direito e Odontologia foram os mais procurados pelos cotistas. Segundo o professor, tal fato coloca uma situação totalmente inédita para esses cursos e também para os professores que lecionam essas disciplinas, já que, antes das cotas, se tornavam quase inacessíveis aos negros e aos alunos vindos das escolas públicas. Antes, as

salas que compunham tais cursos eram vistas quase como homogêneas em relação à sua classe social e à sua etnia. Mesmo que o próprio professor não consiga identificar quais alunos são advindos de cotas, em sua própria visão, na sua sala de aula, ele pode identificar a formação de grupos, fragmentando, então, assim, essa dita homogeneidade.

Muitas das críticas que essa ação social recebeu foram pelo fato da sua aplicabilidade, como visto na UnB, em que a definição de negros era feita através de uma banca que avaliaria fotos e, a partir de tal avaliação, identificaria fenótipos de negritude no indivíduo. Porém, com os decretos e a oficialização das cotas nas universidades federais, podemos ver um formato diferente de seleção para negros e indivíduos de escolas públicas, mas essa ação afirmativa sofre do mesmo mal que todas as políticas públicas no Brasil, pois nota-se a carência de monitoramento em relação à sua funcionalidade e eficácia. Em decorrência dessas complexidades das ações afirmativas, essas são colocadas em dúvida sobre sua aplicabilidade, seu monitoramento e sua própria finalidade.

Diante desse sistema de avaliação anteriormente adotado pela UnB, percebo que, para alguns integrantes do movimento negro com o qual tive contato, a valorização dos fenótipos da negritude não é uma negativa, mas sim uma afirmação da raça negra. Tal fato me surpreendeu, pois anteriormente a esse contato acreditava que estipular padrões de identificações físicas para a raça negra era tomado como algo preconceituoso. Mas, a partir da conversa com Sara (tal episódio será melhor abordado posteriormente), percebi ser de extrema importância para a afirmação e a legitimação da raça negra do Ceará, e tal valorização fenotípica proporcionaria tal fato.

Outra discussão que percebi na fala de integrantes do movimento negro da UFC é a legitimação das cotas sociais e a negativa das cotas raciais. Na fala desses indivíduos, é perceptível o incômodo do corpo universitário e do cidadão cearense perante as cotas raciais, pois, segundo estes, não faz sentido ter tais cotas, já que no Ceará não existiria a raça negra.

Outro grande questionamento, percebido na conversa com o professor de Estatística, é a dúvida da garantia de que a inclusão na universidade diminui o racismo, pois a inclusão na universidade não necessariamente exclui o preconceito racial, já que os negros ainda recebem menos que os brancos, ou seja, fica a dúvida de se será realmente viável que, através do ensino superior, podemos realmente

mudar todo o contexto do dito racismo velado brasileiro, ou o fator de uma mudança social é algo muito mais complexo do que a criação de uma ação afirmativa.

Em contato com alguns professores universitários, muitos relataram a preocupação de os alunos cotistas acompanharem o ensino na universidade. Um exemplo é o caso dos alunos indígenas, que, antes de ingressarem no ensino superior, muitos deles frequentam a dita “educação diferenciada”, adquirindo, com isso, muitas dificuldades nas matérias ofertadas na universidade, já que matérias como matemática, física e química eram apresentadas de forma representativa em suas tribos.

Tal aproximação inicial com o campo me fez questionar o meu próprio objeto de pesquisa, pois, inicialmente, almejava estudar professores, alunos e servidores, porém percebi no contato com esses professores e com minha experiência junto aos alunos da disciplina de Antropologia e Políticas Públicas que o objeto principal devem ser os alunos, pois esses alunos cotistas são os agentes que são impactados diretamente por essa política pública de inclusão. Logicamente, diálogos com professores e servidores foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

5.2 Aproximação Etnográfica com os alunos ingressantes em 2015

Iniciei o campo com uma grande expectativa de como seriam a sala e os alunos que frequentaram a disciplina Antropologia e Políticas Públicas do Curso de Gestão em Políticas Públicas, já que, antes de concretizar minha escolha de ter como meu campo de estudo os alunos da disciplina, confesso que pouco sabia sobre tal curso. Diante disso, tudo se tornava novo em minha vivência.

Disponibilizei-me a ser estagiário na disciplina no campus do Pici, no bloco da antiga Economia Doméstica, que se encontra em uma fase transitória dentro na própria universidade.⁸

⁸ O Bloco está localizado em um espaço que é dividido entre dois cursos, o de Gestão em Políticas Públicas e os laboratórios de gastronomia. Após a extinção do curso de economia doméstica, a UFC optou por sediar o curso de Gestão em Políticas Públicas e ceder alguns dos laboratórios para a gastronomia, que, por ser um curso novo, estava procurando o seu espaço de legitimidade tanto na universidade como no mercado de trabalho. Todos esses fatos me causaram mais interesse de estudar essa turma, pois, além de ser a primeira turma após a adoção da Lei de Cotas, implementada em 2012 pelo governo Dilma, o fato de ser um curso novo criado após a extinção de outro e a procura deste por seu reconhecimento na própria universidade faz desse campo extremamente rico para a construção de minha pesquisa, já que esse campo de pesquisa é formado pelos pioneiros da política de cotas na UFC.

No trajeto para o campus, meu sentimento de estranheza se assemelhou ao meu primeiro contato com o campo, quando tive uma rápida conversa com o professor responsável pelas estatísticas referentes ao Sisu no próprio campus do Pici. Minha ansiedade aumentava no decorrer do caminho, pois acreditava que estava perdido, e isso se atrelava ao sentimento de vergonha, pois me questionava como não sabia chegar em tal campus, tendo morado a maior parte de minha vida em Fortaleza e sendo filho de professores da UFC. Perante essa falta de senso geográfico, tive que me apoiar na tecnologia do GPS de meu celular, que me indicou a continuar seguindo em frente.

Finalmente, avistei a placa de meu local de destino e, ao entrar no campus, tive um novo desafio geográfico, me perdi novamente no próprio campus.

Devo dizer que esse novo desafio não foi propriamente ruim, pois pude observar diferenças com o campus do Benfica. Ao dirigir pelo campus, notei uma diferença estrutural em relação ao campus que estava habituado a frequentar, pois vi que esse campus lembrava muito mais a estrutura conhecida de uma universidade, tendo vasto jardim e terreno físico, bem como diversos cursos próximos e um fluxo intenso de alunos.

Tal percepção da estrutura física me fez recordar de minha antiga universidade, UnB, que também segue esse mesmo tipo de estrutura universitária, cujo campus consiste em um vasto complexo formado por diversos alunos, professores, cursos e funcionários que convivem em um mesmo espaço, proporcionando uma interação expressiva de todos aqueles que constituem esse espaço.

Chegando ao local, após todos os alunos entrarem em sala, demos início à primeira aula. O professor cumprimentou a todos e indagou sobre o primeiro contato deles com a antropologia, fazendo um paralelo com o que foi trabalhado no semestre passado. Foi apresentado que, nessa disciplina, haveria a presença de dois estagiários, que acompanhariam todas as aulas; após essa introdução, eu e meu colega nos apresentamos. Apresento-me achando interessante falar um pouco mais detalhadamente sobre minha pesquisa de mestrado. Falo inicialmente de minha trajetória acadêmica e de minha escolha de ir estudar na UnB e meu regresso a Fortaleza.

Ao começar a indagar sobre minha vivência no mestrado, o professor me auxilia e revela à sala que estarei acompanhando as aulas com um olhar mais do

que um estagiário, já que meu objeto de estudo serão os alunos daquela sala; noto uma expressão de espanto em alguns alunos. Nesse momento, vejo a necessidade de falar mais detalhadamente de minha pesquisa, conto sobre meu interesse em estudar o sistema de cotas e as políticas públicas que envolvem essa ação afirmativa, atrelando com alguns questionamentos pessoais, com os quais iniciei a pesquisa, tais como: está sendo constituída uma nova identidade, pautada na diversidade, na UFC? Como é a aplicabilidade e estruturação dessa política pública? Ao explanar sobre minha pesquisa, notei que muitos dos alunos acenavam suas cabeças de forma positiva perante o projeto de pesquisa que estava sendo demonstrado.

Nesse momento, o professor interferiu em minha fala e, como forma de me auxiliar, perguntou aos alunos quem entrara pelo sistema de cotas. Para minha surpresa, bem como a do professor e de meu colega, muitos da sala levantaram a mão. Confesso que não esperava essa quantidade expressiva de alunos cotistas, mesmo tendo vindo de uma universidade que foi uma das pioneiras na adoção do sistema de cotas.

No decorrer do debate da aula, me surpreendi com o alto nível de argumentos dos alunos, já que consistem em alunos do segundo semestre. É notório o quanto esses alunos têm consciência da importância das políticas públicas e o quão prejudicial elas podem ser se não forem bem formuladas e bem geridas. Pergunto-me até que ponto essa consciência relaciona-se com a implementação do sistema de cotas. E se essa consciência está ligada à entrada desses alunos, ou seria um perfil do aluno de Gestão em Políticas Públicas.

Nas aulas de Antropologia e Políticas Públicas, o professor explanou sobre os conceitos iniciais de alteridade, conceito esse desconhecido por todos os alunos. Tal fato me fez questionar se esse desconhecimento era em relação à própria palavra “alteridade”, ou também à ação do olhar de alteridade, que consiste no olhar o diferente, preservando e valorizando suas particularidades. No decorrer do debate, percebo que tal desconhecimento é tanto de conceito teórico como também da própria ação desse olhar.

Mesmo sabendo que devem respeitar a diferença, para os alunos, é difícil olhar o diferente sem que suas próprias concepções culturais afetem seu julgamento. Diante disso, questionei-me como é possível realizar uma “política da diferença” se não é fomentado esse olhar de alteridade. Pergunto-me como deve ser

a visão dos outros alunos universitários, já que, perante os alunos que têm contato direto com as ações afirmativa, ocorre esse desconhecimento, fico curioso como deve ser esse desconhecimento para aqueles que não têm contato com esse olhar de alteridade.⁹

No decorrer das aulas, alguns alunos afirmaram que a antropologia se caracteriza pelo estudo da diferença, e foi nesse momento que me recordei do pensamento de Neusa Gusmão (2011), em “Antropologia, Diversidade e Educação”. Fiquei curioso para saber como é estipulado esse diálogo sobre os conceitos de diferença com alunos que ainda não tiveram contato com conceitos como da alteridade, sendo que também fiquei na expectativa de que os alunos cotistas tivessem algum tipo de abordagem diferenciada a respeito dessa temática que estava sendo introduzida.

Em cada aula que passava, eu notava que, cada vez mais, se desenvolvia o conceito de alteridade perante os alunos. Procurei, através, de conversas informais e de diálogos estabelecidos por via de redes sociais, entender o que esses alunos têm a falar sobre o sistema de cotas e o que eles compreendem sobre diversidade. Cada fala que obtive me fez notar que os questionamentos são diversos, pois há aqueles que vivenciam e representam a diversidade sem saber que se encontram nesse papel, e há outros que entendem essa diversidade, porém não a visualizam.

No decorrer de cada debate sobre o ato de olhar o diferente, vários alunos se mostram desconfortáveis, pois se perguntam como olhar esse diferente sem estar influenciado por nossas próprias concepções iniciais. Aos poucos, os alunos entendem que a alteridade não consiste no abandono dos seus pensamentos iniciais, mas, sim, no saber olhar o diferente, respeitando e entendendo suas especificações.

Dentro dessa sala de aula, percebi que, mesmo os alunos não tendo a propriedade sobre os conceitos de alteridade e sobre a política da diferença, a existência de cotistas em sala se dá de uma forma normal e natural, modificando

⁹ Ao final da aula, é proposto criar um grupo na rede social Facebook, a fim de facilitar a comunicação de todos perante os textos abordados e as notícias pertinentes à disciplina. Confesso que tal grupo tem, também, outro propósito para minha pesquisa, já que, mesmo não tendo contato físico com os alunos, posso conversar com eles via Facebook, como também posso acompanhar, através de postagens, seus gostos, ideias e atividades. No decorrer de greve semestral, apesar de nesse período não estar tendo mais contato com os alunos da disciplina de antropologia e políticas públicas, procurei sempre ficar em contato com eles via Facebook e tentar me aproximar dos integrantes do movimento negro, a fim de verificar o sentido do sistema de cotas para o tal movimento.

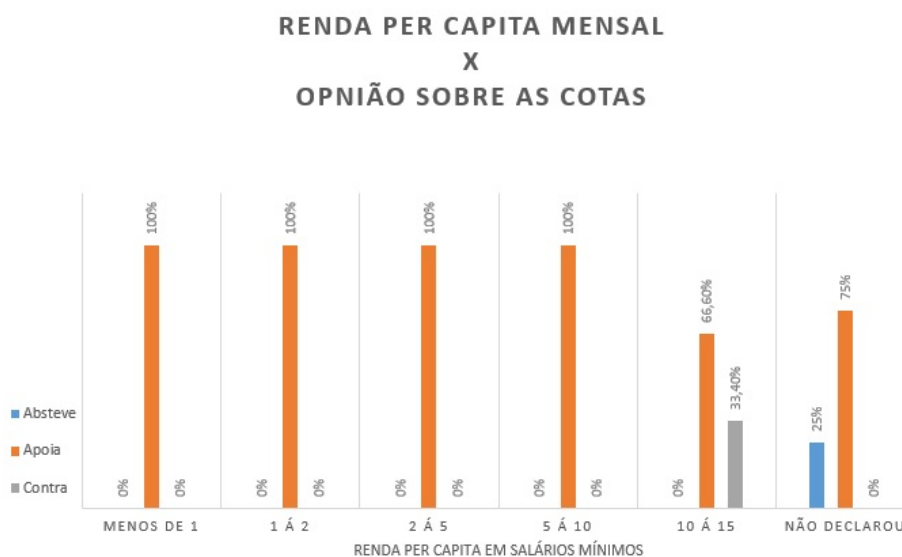
meu pensamento inicial, pois acreditava que encontraria uma sala em conflito com a situação das cotas. Porém, não posso afirmar que tal realidade se aplique às demais salas de aula. Vejo que, mesmo que alguns tenham algumas negativas sobre o funcionamento e a implantação do sistema de cotas, em sua maioria, os alunos veem como necessária sua existência.

Pelo fato de a disciplina Antropologia e Políticas Públicas possuir uma quantia expressiva de alunos matriculados e por ter um período curto para analisar tais alunos dentro de sala de aula, optei por utilizar a ferramenta do questionário a fim de estipular um perfil dos alunos e mapeá-los. Tal questionário é formado por perguntas objetivas e uma subjetiva. As perguntas visam obter informações sobre a origem, a classe social e a etnia com a qual o entrevistado se identifica.

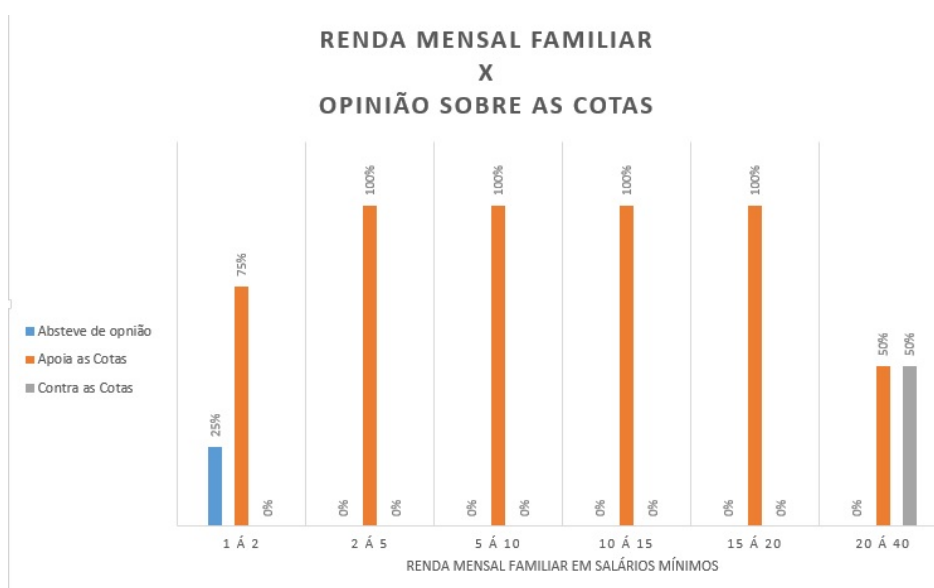
Ao analisar os questionários aplicados aos alunos, percebo que, dos 26 alunos que responderam aos questionários, 61,54% são do sexo feminino e 38,46% do sexo masculino, e 100% deles são brasileiros. Outro dado que chama a atenção é a variedade de idades dentro de sala, tendo a idade de 19 anos como a de maior contingente, de 34,62%, os demais são ramificados entre outras idades, indo dos 17 anos até os 42 anos. Outro ponto bem relevante é a origem dos alunos, tendo 92,3% de alunos de Fortaleza, 3,85% do Rio de Janeiro e 3,85% de São Paulo. Esse dado me surpreendeu, pois, anteriormente aos resultados do questionário, acreditava que, com a adoção do ENEM, haveria uma maior adesão de alunos de outros estados, porém essa realidade pode ser diferenciada em outros cursos da UFC. Tendo como base a pergunta sobre origem, 88,46% são alunos da região urbana e 11,54% são alunos da região rural, isso denota, ainda, a dificuldade de alunos oriundos do interior em ingressar na UFC. Essa variedade na heterogeneidade de idade entre os alunos acredito que influenciou no dado referente à classificação de alunos que somente estudam ou estudam e trabalham. 73% dos alunos somente estudam e 26,92% estudam e trabalham.

Referente à pergunta sobre a aceitação dos alunos ao sistema de cotas, optei por fazer gráficos casando dois tipos de dados, a fim de fazer um paralelo entre eles. Desses dados, tentei usar renda per capita mensal, renda familiar mensal e etnia, fazendo, assim, um paralelo com a aceitação ou não do sistema de cotas. No gráfico renda per capita mensal x opinião sobre as cotas, percebemos que, dos questionados que ganham menos de 1 salário mínimo, de 1 a 2, de 2 a 5 e de 5 a 10 salários mínimos apoiam em sua totalidade as cotas nas universidades. Já os

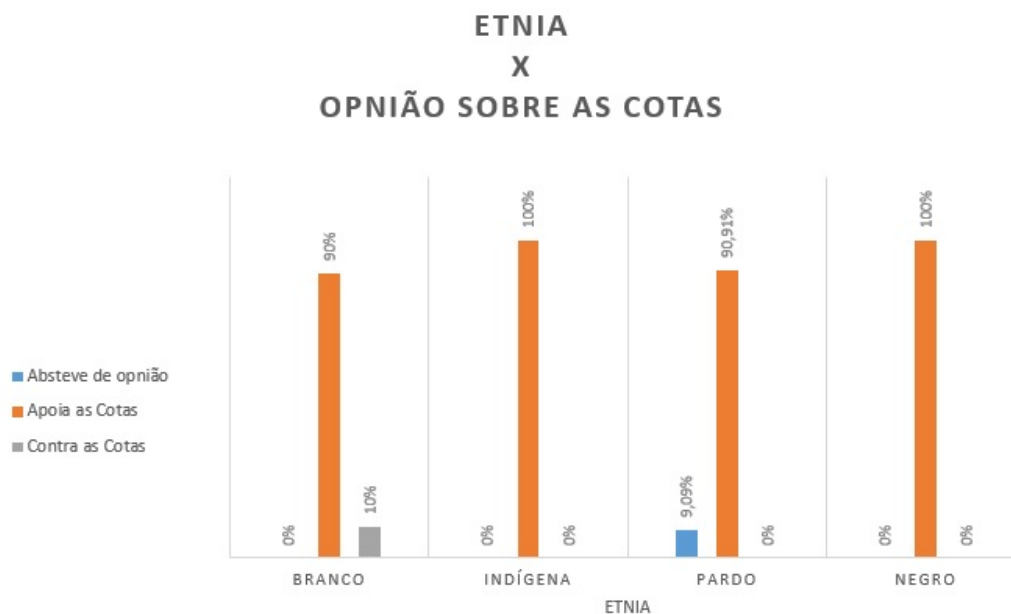
questionados que ganham de 10 a 15 salários mínimos, 66,60% apoiam as cotas e 33,40% foram contra. E dentre os que não declararam quanto era sua renda per capita, 75% apoiam as cotas e 25% se abstiveram de opinar.



No gráfico renda mensal familiar x opinião sobre cotas universitárias, percebemos que, dentre os questionados que têm renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, 75% é a favor e 25% abstiveram-se de opinar. Já os com renda familiar de 2 a 5, de 5 a 10, de 10 a 15 e de 15 a 20 salários mínimos mensais, 100% apoiam as cotas. E dos que têm uma renda familiar de 20 a 40 salários mínimos mensais, 50% apoiam as cotas e 50% são contra.



No gráfico etnia x opinião sobre as cotas universitárias, percebemos que, dos questionados da etnia branca, 90% são a favor das cotas e 10% contra, 100% dos indígenas apoiam as cotas, dos pardos, 90,91% apoiam as cotas, 9,09% se abstiveram de opinar, e 100% dos negros são a favor das cotas.



Dos 26 alunos que responderam aos questionários, 50% são cotistas e 50% não são cotistas. Dentre esses alunos, 92,30% apoiam o sistema de cotas, 3,85% não responderam à pergunta e 3,85% são contra o sistema de cotas. Esse último dado causou minha surpresa, pois, antes de obter os resultados, acreditava que os alunos não cotistas teriam algum tipo de rejeição ao sistema de cotas e, surpreendentemente, eles, em sua maioria, tanto apoiam como acham necessária a presença do sistema de cotas. Mas muitos dos apoiadores não cotistas acham que deve haver mudanças no sistema de cotas, já que esse deve seguir o ciclo de vida de uma política pública, e não ser utilizado como ferramenta política.

Perante os resultados obtidos, percebi que, nessa sala, o sistema de cotas é uma ação muito legitimada, porém não posso afirmar que tal dado se aplique ao resto da UFC. Em contato com Carla, a aluna do movimento negro, ela me afirmou que existem vários casos de racismo não só contra os negros dentro da universidade e, na sua maioria, não são relatados. Com isso, me questiono se existe

um paralelo entre duas realidades: a dos alunos oriundos da adoção do sistema de cotas em 2014 e a dos alunos remanescentes da antiga estrutura universitária. Pergunto-me se a legitimidade dessa ação social está presente apenas nos alunos que ingressaram já com a implementação dessa ação e me questiono se os demais alunos que ingressaram anteriormente a tal implementação poderiam se sentir lesados de alguma forma.

No decorrer de minha experiência junto à disciplina de Antropologia e Políticas Públicas, obtive contato com duas alunas que proporcionaram dados importantes para a pesquisa. Um das alunas não entrou pelo sistema de cotas, mas o contato com ela possibilitou uma visão dos alunos não cotista perante essa ação afirmativa, já a outra aluna está ligada ao movimento negro da UFC e forneceu informações pertinentes a respeito da questão racial na universidade.

5.2.1 Patrícia

Desde o início da disciplina, uma aluna sempre chamou a atenção por suas fortes opiniões e por seu interesse e suas dúvidas referentes à ligação da antropologia com as políticas públicas. Porém, só em determinado intervalo de uma das aulas pude realmente conversar sobre a temática de minha pesquisa com essa aluna.

No momento do intervalo, todos se reúnem na área de convivência e, nesse momento, fui ao encontro de Patrícia, que sempre questionava o professor sobre como se analisa o diferente. Em conversa com ela, tentei explicar as dificuldades que o antropólogo encontra em adotar esse olhar o diferente sem que sua própria cultura influencie sua análise, e a aluna me questionou que compreendia teoricamente, porém achava difícil exercer tal olhar na prática. Perante o desconforto da aula, falei para ela que, com o exercício do trabalho de campo, esse olhar antropológico para com o diferente iria sendo aprimorado.

Perguntei à aluna como tinha sido seu trajeto até a UFC. Patrícia me relatou que é nascida no Rio de Janeiro e sua família ainda mora lá. Quando ela havia passado para a UFC, optou por vir morar na capital cearense, porém, para conseguir se manter na cidade, teve que adquirir um emprego para suprir suas necessidades financeiras. Tal fato faz com que a aluna tenha que conciliar a universidade e o trabalho, gerando, assim, certo cansaço e desgaste para prosseguir com seus

estudos. A fim de estabelecer uma maior interação com a aluna, relatei sobre a semelhança de sua vida com minha própria experiência quando cursei a UnB. No decorrer de assuntos diversos, pergunto a Patrícia se ela tem interesse de participar de minha pesquisa sobre o sistema de cotas. A aluna mostrou forte interesse em participar e argumentou que essa temática era também de seu interesse. Feita essa afirmativa, perguntei-lhe o motivo de seu interesse. Patrícia me relatou que, apesar, de apoiar o sistema de cotas e achar uma política pública muito importante para o cenário universitário, se sentiu prejudicada pelo processo de escolha dos alunos cotistas, pois, durante toda sua vida, havia estudado em escola pública e, em seu último ano, recebeu uma bolsa de estudo para estudar em uma escola particular. Por ter aceitado tal bolsa, ela foi excluída automaticamente do sistema de cotas.

No decorrer de nossa conversa, questiono Patrícia sobre como ela vê a implementação do sistema de cotas na UFC. A aluna me responde que, se se considerar no âmbito de universidade, ela acha que muito ainda deve ser feito para a questão da aceitação, mas referente ao seu curso, os cotista são vistos como algo normal. Pergunto por que ela acha que a universidade deve melhorar na questão da aceitação, e ela me responde argumentando que as próprias aulas ministradas pelo professor fizeram ela perceber melhor essa problemática. Para ela, falta aos gestores da universidade olhar tanto a implementação do sistema de cotas como as demais ações de inclusão social, um olhar mais analítico e específico para realmente proporcionar a fomentação da diversidade. Patrícia acredita que, se os gestores tivessem a dita alteridade, talvez, não apenas no âmbito universitário, mas em todas as políticas públicas, seu impacto seria bem mais positivo.

Ao término de nossa conversa, afirmo para Patrícia que sua participação será de suma importância para o desenvolvimento de minha pesquisa, e ela afirma que se predispõe a ajudar no que for possível. Dito isso, fica acertado continuarmos nos comunicando, e ela ficará no aguardo para o momento da realização das posteriores entrevistas.

5.2.2 Carla e o movimento negro

Em conversa com o professor, ele me falou que queria me apresentar a uma aluna que participava do movimento negro e acreditava que ela poderia me ajudar em minha pesquisa, e por coincidência essa aluna estava presente na área de

convivência. Fomos até a menina e o professor apresentou-me, bem como a pesquisa que eu estava elaborando. Muito me chamou a atenção a própria aparência dessa aluna, pois ela estava com um turbante e adereços característicos da cultura africana. Tais impressões me fizeram supor que a aluna sentia-se confortável e orgulhosa em mostrar que era pertencente à cultura negra.

A aluna se apresentou como Carla, 22 anos, aluna de graduação. Ao saber sobre minha pesquisa, Carla ficou empolgada em poder me auxiliar de alguma forma. Eu, Carla e o professor conversamos sobre um episódio recente ocorrido na UFC. Tal episódio consiste na denúncia de um aluno do curso de Engenharia de Pesca, sobre ter sofrido atos de racismo nas redes sociais. Tal fato coloca em xeque que, na UFC, não teria racismo e que os negros estariam integrados aos outros alunos. Ao saber desse fato, me questiono se o sistema de cotas realmente está integrando tais alunos ao corpo universitário. Acredito que só poderei responder isso com um maior contato com os alunos. O professor se retirou da conversa para atender outra pessoa, e eu e Carla continuamos a conversar sobre o sistema de cotas e a questão racial. Contei a ela sobre minha experiência em Brasília e de como era feita a seleção para as cotas, antes da lei de 2012. Expressei a ela sobre o meu estranhamento que tal seleção era baseada na avaliação das características fenotípicas das fotos dos candidatos às cotas, e Carla discordou de mim, afirmando que era importante ter a valorização dessas características. Mas lhe questionei sobre os demais indivíduos que se veem como negros, porém não têm tão acentuadas tais características; seriam eles considerados menos negros? Ela me relatou que não se tratava dessa questão, mas sim do fato de valorizar as características negras. Diante disso, pergunto para Carla se tais características não são reconhecidas, e ela afirma que não e, no caso do Ceará, isso é mais evidente pelo fato da crença da não existência de negros.

Carla argumenta que: “[...] a ideia de não existir racismo na UFC muito tem a ver com o fato de achar que no Ceará não existem negros.” Perguntei a Carla se ela achava que, para os alunos da UFC, a aceitação de cotas oriundas de classe social desfavorável era mais aceitável do que as cotas raciais. Ela afirmou que isso é notório, pois a maioria das pessoas que discordam do segmento das cotas raciais, uma parte sente empatia pelas cotas sociais e as demais são contra qualquer tipo de cotas.

A criação das ações afirmativas de inclusão tem como um dos seus objetivos promover a diversidade dentro das universidades, mas tal processo ainda encontra diversos obstáculos. Em minha experiência com os alunos do curso de Gestão em Políticas Públicas, estes demonstraram naturalidade com os alunos advindos do sistema de cotas. Acredito que tal fato se deve à criação recente do próprio curso, que coincidiu com a própria implementação das cotas. Diferentemente desse caso, em curso mais antigos, como Direito e Medicina, foi revelado que ainda existe grande separação entre alunos cotistas e os demais, já que esses cursos tinham um padrão de alunos e, com a adoção das cotas, esse quadro se modificou.

Em todos os relatos proporcionados pelos alunos entrevistados, sempre identifiquei a importância da alteridade, mesmo que esse termo nunca tivesse sido dito por eles. O conceito da existência de olhar o diferente respeitando e preservando suas particularidades é uma ferramenta de vital importância para se desenvolver a diversidade dentro da universidade. Podemos afirmar que o sistema de cotas vai muito além de uma política pública, talvez essa ação afirmativa seja o começo de um real desenvolvimento de uma “política da diferença”. Porém, um dos obstáculos para o desenvolvimento desse olhar de alteridade é o fato de que a própria universidade não identifica e legitima essa diferença, isso pode ser percebido no próprio diálogo de que na universidade não existe preconceito.

A experiência junto com os alunos no curso de Gestão em Políticas Públicas forneceu dados de grande importância para a pesquisa. A partir do contato com esses alunos, pude perceber que a implementação da política de cotas realmente possibilita a inclusão de alunos que historicamente são marginalizados pela sociedade e, além desse fato, tal ação afirmativa possibilita uma realidade nova para a UFC, pois ela fomenta a diversidade dentro do espaço universitário. Pelo fato de o curso de Gestão em Políticas Públicas ter surgido no mesmo período da política de cotas, possibilitou que fosse criada, quase de forma natural, uma cultura da diferença.

6 A TRAJETÓRIA DE ALGUNS ALUNOS COTISTAS

Ao longo da pesquisa, foram selecionados três alunos de cursos diferentes, com o objetivo de construir e analisar suas trajetórias desde sua infância até sua vivência na UFC. Através dos relatos coletados, podemos compreender como funciona o sistema de cotas e sua importância para a vida desses alunos. Foram escolhidos alunos dos cursos de Gestão em Políticas Públicas, por ser um curso novo e coincidir com a implementação do sistema de cotas, de Medicina e de Direito, por serem dois dos cursos mais antigos e mais concorridos. A partir dessas experiências, podemos compreender a própria trajetória do sistema de cotas.

6.1 Benjamin: aluno cotista de Gestão em Políticas Públicas

Conheci Benjamin na participação das aulas da disciplina de Antropologia em Políticas Públicas. Desde o começo das aulas, esse determinado aluno me chamou a atenção, acredito que esse interesse tenha vindo do fato de esse aluno ser vinculado ao movimento negro e LGBT. No intervalo de uma das aulas, vou ao encontro deste aluno, ele se identifica como Benjamin, de 22 anos. Nós já havíamos conversado antes em outros momentos, mas nunca conversamos mais profundamente sobre o sistema de cotas e suas impressões, apesar de ele sempre se mostrar interessado em participar de minha pesquisa. Diante disso, o convido a participar da construção das trajetórias dos alunos cotistas, por isso, posteriormente, marcamos de nos encontrarmos, para ele explicar sua trajetória.

Benjamin nasceu em Fortaleza, porém só nasceu mesmo, pois, durante toda a sua vida, morou no município de Maracanaú, que constitui a zona metropolitana da Grande Fortaleza. Sua mãe é servidora pública e atua na área da saúde, já seu pai, no atual momento, está cursando pela primeira vez o ensino superior, em Educação Física, e, atrelado ao estudo, trabalha como vigilante de uma escola. Benjamin desconhece o verdadeiro motivo de seu pai não ter cursado o ensino superior anteriormente, mas supõe que o motivo tenha sido a própria falta de interesse ou o atual contexto educacional do Brasil, pois na atualidade há mais oportunidades para ele cursar uma universidade, já que ele veio de uma família pobre.

Antigamente, não havia as oportunidades que existem hoje, o pai de Benjamin nunca imaginava que estudar era algo tão positivo, pois, se soubesse,

teria começado bem antes. Benjamim acredita que, acima de tudo, a falta de oportunidade foi a grande barreira para que pessoas vindas de famílias pobres pudessem ingressar em uma universidade.

A infância de Benjamim foi tranqüila; por seus pais serem de Maracanaú, passou todo o período de sua infância brincando nas ruas desse município. Ele começou seus estudos em uma escola religiosa e, por isso, até sua adolescência, foi muito ligado à igreja. O início da vida escolar se deu aos 3 anos de idade, frequentou a escola privada boa parte de seu ensino fundamental e, a partir da 5ª série, foi para a escola pública, pois seus pais estavam enfrentando uma crise financeira e, por isso, estava difícil mantê-lo em uma escola privada, porém a irmã mais nova foi mantida em escola particular.

Benjamim foi o que menos estudou em escola privada dentre os 4 irmãos. Ele entrou em uma escola pública de seu bairro que ficava em sua própria rua, no seu 8º ano foi para uma escola estadual e, ao entrar no ensino médio, passou para a escola técnica. Até hoje, Benjamim se pergunta como conseguiu entrar na escola técnica, já que, na época, não havia cotas; para ele foi quase um milagre.

Atualmente, a escola técnica se tornou Instituto Federal do Ceará (IFCE), contendo até ensino superior, porém, quando ele cursou essa escola, ela funcionava em jornada integral, o período de conclusão era de 4 anos, e eles misturavam cadeiras do ensino médio normal com cadeiras técnicas. Ele acredita que um dos motivos que o ajudou a passar nessa escola foi que, antes de fazer a prova, o aluno apresentou um seminário cuja temática era o Centro Federal de Educação e Tecnologia (CEFET), por isso sua nota da redação foi muito alta, facilitando o seu ingresso:

São quase quatro anos que é, eles misturam sabe as cadeiras do ensino médio normal com cadeiras técnicas totalizando quatro anos, e assim foi uma vitória ter passado no IFCE porque foi bastante sorte também. Não, foi sorte porque no meu ensino assim no meu último ano do ensino fundamental na escola eu apresentei um seminário que foi exatamente o mesmo tema da redação do CEFET e aí a minha redação foi muito alta assim e por isso que foi por conta da redação que realmente eu passei, porque se fosse pelas questões ou mais eu não teria entrado. [sic]

O pai de Benjamim é negro e sua mãe é branca; por essa mistura, ele acredita que os filhos tenham nascido meio divididos, já que seu irmão mais velho é branco, uma irmã é branca, uma irmã mais nova é negra e ele se considera negro. Em sua casa, não há diferenciação no modo de ser por causa da cor, a única

diferença que ele vê é na escolha dos cursos universitários: os filhos negros acabaram indo para a área de humanas, e os brancos, para a área de exatas. Logicamente, os irmãos se diferenciam por conta das personalidades, mas a cor da pele nunca influenciou isso.

Durante sua infância, nunca percebeu muito atos de racismo contra ele, porém existe um de que Benjamim sempre se recorda. Na sua infância, ele sofreu um ato de racismo, inclusive seus pais tiveram que interferir na escola, pois tal ato de preconceito veio da própria professora. Naquele momento, ele viu o ato da professora como um ato normal, por isso chegou à sua casa contanto, inocentemente, o ocorrido para os seus pais, e eles mostraram indignação. Benjamim tinha 4 ou 5 anos, por isso não se lembra bem dos detalhes desse fato, mas se recorda que a professora foi expulsa do colégio:

Então, eu já sofri racismo quando eu era criança, inclusive os meus pais eles tiveram que interferir na escola porque a professora, foi a professora que foi racista comigo e eu criança inocente cheguei em casa falando pra os meus pais sem saber que aquilo era racismo e eu não lembro muito sobre o caso porque eu era muito novo, mas eu sei que professora foi expulsa do colégio porque vieram tipo lá. [sic]

Para ele, mesmo depois desse episódio, seus pais sempre colocaram que o negro era igual ao branco, não havia diferença. Porém, quando ingressou no ensino superior, começou a perceber que existia muita diferença entre ser negro e ser branco. E que a cor da sua pele o fazia passar por algumas situações ruins e, por isso, sentia vergonha dela:

Então, era aquela coisa, eu sempre tive noção de que somos iguais e isso não interfere em nada na sua mentalidade, mas depois que fiquei mais velho e que eu entrei no ensino superior eu comecei a ter uma perspectiva de como eu tinha vergonha de ser negro e fui até muito dolorido na época em que realmente tive a noção de eu tinha vergonha de ser negro. [sic]

No ano de 2013 ou 2014, Benjamim se aproximou mais dos debates sobre a questão racial, até porque tal questão só entrou recentemente na agenda da mídia. Muito da vergonha que Benjamim sentia em ser negro era ocasionada pela imposição da própria sociedade, como o próprio padrão de beleza, para ele todo o seu padrão de beleza era baseado na estética de uma pessoa branca, por isso, muitas vezes, ele se sentia feio e inferiorizado, chegando ao ponto de desejar não ter nascido negro. Na sua adolescência, não existia um referencial de beleza negra,

só de beleza branca; por exemplo, na televisão só passavam pessoas brancas e de cabelos lisos, ou seja, o negro não se sentia em nenhum momento representado.

Diferentemente de Benjamim, sua irmã negra não passou por tantos dilemas, mas até hoje alisa seus cabelos. Ele pergunta constantemente a ela o porquê de ela alisar os cabelos, se é pelo fato de ela achar bonito ou por ela achar seu cabelo natural feio; ele acredita que seja pelo último motivo, pois a irmã já sofrera *bullying* por conta de seu cabelo, seus colegas caçoavam de seu cabelo, colocando apelidos como “pixaim” ou “cabelo de Bombril”:

Ela já é bem mais, eu não sei sabe porque eu não entendo a mente dela, mas até hoje ela alisa os cabelos e até eu falo pra ela sei lá eu não entendo sabe porque tem essa questão da liberdade sabe, se ela alisa os cabelos é porque ela gosta de ter cabelos lisos ou porque ela acha o cabelo dela natural feio, mas eu acredito que ela tenha esse trauma porque ela sofreu muito bullying com a questão do cabelo dela...Tipo a galera zoava mesmo e principalmente lá fazia e ela achava que era muito feio. [sic]

Hoje, por ele ter mais consciência da questão racial, ele percebe que, durante toda a sua adolescência, ele viu diversos atos de racismo. Não era um racismo direto, que ofendesse diretamente sua pessoa, mas ele ouvia muitas coisas de seus colegas, do tipo “como pode um negro ser o ator principal de um filme?”, os seus colegas tratavam isso como um absurdo. Ou seja, os atos de racismo eram notados em brincadeiras, em adjetivos que seus colegas brancos lhe davam, como chamar o amigo de “negrinho”, o que era uma ofensa. Apesar disso, Benjamim interagiu com seus colegas brancos, mas ele sabia que aquele não era o seu mundo.

Para ele, o estado do Ceará é extremamente preconceituoso e acha um absurdo dizer que aqui não existem negros. De todos os estados que ele visitou, em nenhum outro se sentiu tão desconfortável por ser negro como no Ceará, principalmente nas interações sociais, já que nos outros estados ele percebia uma maior acessibilidade, diferentemente daqui. Ele não sabe dizer se os gays ou índios sofrem tanto preconceito quanto os negros, mas o maior preconceito é o fato de negar que os negros existam.

Para ele, o sistema de cotas é muito mais vinculado à questão social do que à questão racial, pois não importa se você é negro, se você não tiver vindo de uma classe mais baixa, você não terá direito às cotas. No seu caso, ele pôde participar da seleção de cotas por causa do CEFET, porém, para Benjamim, existe uma falha na seleção de cotas, já que ele mesmo conhece alguns cotistas que já estudaram

em colégios particulares de elite, mas, por terem estudado nos anos de conclusão do ensino médio em escolas públicas, podem participar do sistema de cotas:

Cota ela é social né tipo porque você não pode e não importa se você é negro, você tem que vir de uma classe mais baixa, ter vindo de uns lugares, apesar de que no caso do CEFET acho que o meio, a cota não se aplica muito bem lá porque muita gente estuda em colégio e lá é público né e assim, tem muita gente que vem de grandes colégios sabe, fez ensino fundamental acho que no Farias Brito e etc, porém como estudou no público tem direito as cotas. [sic]

Ele acredita que o fato de se valorizar mais a questão social é pelo motivo de que grande parte dos negros está localizada no grupo de pessoas de baixa renda, e por isso ele acha que tentaram juntar esses dois fatores em uma mesma solução. Mesmo Benjamim tendo vivenciado essas dificuldades, seus pais sempre colocaram que não importava ele ser negro, que, se ele realmente se dedicasse aos estudos, ele teria sucesso na sua vida. Mesmo seu pai, que é negro, nunca colocou a questão de ser negro como forma de debate ou tabu. Já que, para ele, não era comum tal questão racial, para o pai de Benjamim, não importava se era negro ou branco, ele passava valores de respeito não importava a cor da pele:

Durante toda a minha vida eu sempre soube que se realmente estudar, se dedicar aos estudos eu ia ter maior sucesso na carreira... e na vida e mesmo assim durante boa parte da vida eu tinha sempre aquela imagem sabe de mesmo com preconceito ia dar tudo certo e eu não refletia muito sabe essas questões e sobre essa dificuldade sabe, enfim, era muito ignorante sabe essa questão, tipo não me importava muito... nas periferias essa questão do preconceito é exatamente a questão social sabe, e a única coisa que eu percebo é que, por exemplo, lá onde eu moro não existe essa questão, esse preconceito explícito sabe e quando tem é uma galera muito escrota sabe, que é a galera rechaça mesmo. [sic]

Para Benjamim, existem muitos negros no Ceará, e ele convive com muitos deles, mas ele acredita ser muito difícil se definir como negro, muitos sentem medo. Muitos nem sequer têm a noção do que é ser negro, ou seja, para ele ser negro é muito mais que uma cor de pele. Durante toda a sua vida, ele teve a noção da existência de negros no Ceará, mas ele acredita que, por causa do discurso de que não havia a existência desses, sempre se considera mais a questão social. Quando ele estudava em colégio particular, a maioria dos seus colegas eram brancos. Quando ele foi para a escola de bairro, a maioria de seus colegas eram negros. Porém, quando ingressou na escola estadual, viu que os alunos eram divididos entre brancos e negros.

Ao chegar ao CEFET, ele percebeu que só havia ele e mais outra pessoa que era negra em sua turma, por isso ele afirma que é importante terem ações de inclusão, como no caso da UFC, que aumentou a porcentagem de negros na universidade:

Na particular a grande maioria era branco e assim quando fui pra pública foi crescendo mais, quando eu passei pra escola estadual foi assim meio termo sabe de negros e brancos, mas na escola de bairro que eu estudei era muitos negros... Aí quando eu entrei no IFCE só tinha eu e outra pessoa negra na mesma turma e aí quando você vai desenvolvendo os programas vai aumentando a quantidade de negros nos ambientes. [sic]

Benjamim entrou na universidade em uma das turmas pioneiras após a implementação do sistema de cotas. Para ele, as cotas foram de suma importância, já que facilitaram sua entrada na UFC. Em 2013, ele cursava Jornalismo na FIC e prestou naquele mesmo ano o vestibular para a UFC para o mesmo curso, porém, por falta de conhecimento, não se inscreveu no sistema de cotas, apesar de ter direito a tal. Benjamim se sentiu inseguro, já que só havia três vagas para o sistema de cotas, por isso sua concorrência era de 50 candidatos para uma vaga. Diante desse dado, ele acreditou que teria mais chances na concorrência normal do que pelas cotas:

Tipo assim 2013 eu teria pra Jornalismo porque eu fazia Jornalismo na FIC e eu teria entrado aqui na UFC se eu tivesse colocado a opção das cotas, porém, com a falta de informação na época eu acabei colocando a concorrência e aí eu não entrei porque não tinha colocado as cotas, mas eu tinha direito porque na época acho que era dez por cento, onze por cento, era muito pouco e aí quando eu fui ver assim a questão da concorrência e cotas, tipo cotas só tinha três vagas e por concorrência tinha mais de cinquenta e eu pensei e fui na lógica né ah tem mais chance talvez na concorrência e aí eu teria entrado com essas três vagas. [sic]

Apesar de ele notar uma maior interação perante os seus colegas de turma do curso de Gestão em Políticas Públicas, ele ainda acha que poderia haver mais negros, pois tem a questão cultural, ou seja, a raça negra tem uma cultura totalmente diferente da branca e por isso a importância de ter mais negros dentro da sala de aula. Em sua antiga turma de Jornalismo da FIC, ele identificava a presença de mais negros que na sua atual turma na UFC.

Benjamim já frequentou algumas reuniões do movimento negro, porém eles não se consideram um movimento, mas sim um fórum de negros da UFC. Apesar de ter ido a algumas reuniões, ele não se considera um participante ativo desse fórum, pelo fato de não ter tempo para participar como deveria, já que, no atual momento, a

sua participação nesse grupo não é uma prioridade. Futuramente, ele pretende ser mais assíduo, já que a temática é de seu interesse, mas no atual momento ele acredita que pode contribuir mais para a causa negra através da arte. Ele e uma amiga que também é negra se utilizam da música como forma de transmissão de mensagens de empoderamento feminino e de outras questões ligadas aos negros e ao movimento LGBT. Ele, apesar de cantar bem, atua mais como produtor musical, produzindo música eletrônica, com viés mais experimental, e normalmente ele chama pessoas para cantarem suas músicas.

Então, eu já fui pra algumas reuniões do movimento negro aqui da, não é movimento né, tipo eles não se consideram movimento, mas aquele grupo de negros que tem aqui na UFC, o fórum de negros aqui da UFC. Eu já fui pra algumas reuniões, mas eu não sou ativo nesse... Acho que mais questão de tempo sabe, questão de tempo e prioridades da vida e acaba eu não me colocando, mas assim, é algo que eu realmente tento me... sabe e eu tento fazer com o tempo sabe e que não é uma prioridade na minha vida no momento, mas eu tenho muito interesse dessa questão. [sic]

Benjamim se preocupa muito com a falta de apoio que a UFC oferece para os alunos cotistas. Ele cita o exemplo de Ângelo, um aluno da nova turma de Gestão em Políticas Públicas. Esse aluno é negro e tem uma história muito sofrida, pois veio de uma situação de extrema carência financeira e, por isso, ficou muito difícil para ele permanecer na universidade. Hoje, ele conseguiu a bolsa, mas durante um bom tempo a UFC não deu o auxílio devido a esse aluno. Benjamim afirma que não adianta ter o sistema de cotas se a universidade não dá o devido apoio financeiro para os alunos carentes.

O projeto musical que Benjamim tem com sua amiga é uma forma de incentivar outros negros a terem orgulho de sua raça e de colocar em debate questões como a diversidade sexual. Muito desse objetivo está relacionado com a negação e a vergonha que ele tinha de ser negro durante sua adolescência. Ele se vê, atualmente, com a responsabilidade de incentivar o empoderamento negro, fazendo um resgate das raízes da cultura negra através da música e de outros meios culturais.

Benjamim nunca sentiu discriminação por ser cotista em seu curso, ele fala abertamente que é cotista e é tratado como igual perante sua turma. Muito disso se deve ao fato de que sua turma é composta por negros, brancos, pobres, gays, ou seja, é bem diversificada, e há muito respeito entre eles. Porém, quando ele cursou uma cadeira de Direito e conversou com algumas pessoas do curso, elas afirmaram

que, no curso de Direito, há uma nítida separação entre cotistas e não-cotistas. Por exemplo, na formatura, os cotistas não têm dinheiro para pagar o evento e, por isso, só parte da turma participa da festa, pois, como metade deles vem de classe média alta, não dão condições para os cotistas participarem:

Porque tipo a galera de lá é muito massa sabe, é uma das melhores assim melhores turmas, mas o que eu percebi foi exatamente na Faculdade de Direito sabe quando eu ofertei uma cadeira lá e conversando com algumas pessoas que lá tem realmente isso mesmo, que a galera que é cotista não participa dessas coisas, a galera dá... por exemplo, formatura a galera de lá não tem dinheiro pra pagar a formatura e acaba meio que tipo a metade da turma faz formatura, porque como eles são grande parte de classe média alta acabam não dando condições dessa galera das cotas terem condições realmente de participar do mesmo evento e que apesar disso as questões sociais não mudam né. [sic]

Ele afirma que é importante ampliar o número de bolsas na universidade, não só para os cursos caros, como Medicina e Odontologia, mas para todos os cursos, já que, como Ângelo, existem muitos alunos carentes em todos os cursos da UFC. Ele acredita que, nos ditos cursos caros, a UFC deveria dar um apoio na compra do material, como é o caso da Arquitetura, em que, já no primeiro semestre, há muitos gastos com a compra de materiais relacionados ao curso. Apesar de Benjamim ter uma condição financeira relativamente boa, ele se considera exceção diante do grupo de cotistas. Mesmo as cotas dando a oportunidade da inclusão de pessoas carentes, ele afirma que muitos alunos pobres nem sequer fazem o vestibular, pela falta de incentivo das próprias escolas. Para ele, cursar a escola técnica foi de fundamental importância no seu incentivo em cursar um nível superior:

Exatamente o que eu vejo meio ruim das cotas é que apesar disso aqui em Fortaleza elas não são tão eficientes sabe, porque a galera que realmente tá, que realmente mais precisa delas não é atendida, porque, por exemplo, eu sou extremamente privilegiado comparando com outras pessoas e eu consegui entrar por essa questão da renda... é meio que injusto com aqueles que não conseguiram entrar. [sic]

Para ele, as cotas representam uma importante ferramenta para o combate ao racismo, já que, dando oportunidade para esse grupo de pessoas que são excluídas da sociedade, futuramente, poderemos ver, por exemplo, negros exercendo cargos de poder e, conseqüentemente, teremos mais diversidade; eles poderão gerir mais políticas e programas para combater o racismo e o preconceito, e assim, através da maior representatividade negra, poderemos ter uma maior igualdade.

Porque com as cotas ela vai tá dando oportunidade pra essas pessoas que tá totalmente excluídas que tenha um acesso maior socialmente e com isso vai ter mais negros em breve exercendo cargos de poder e com isso vai ter uma maior diversidade de atritos consequentemente tendo mais negros. Eles vão gerir mais políticas, mais programas pra combater isso. [sic]

A própria escolha do curso de Gestão em Políticas Públicas muito tem a ver com a ideia de mudança que Benjamim coloca, ele quer ter uma ação mais efetiva nas políticas e fazer uma mudança real e mais prática socialmente. Porém, um dos maiores fatores que motivaram Benjamim foi o caso de sua irmã mais velha, que ele não via há muito tempo. Sua irmã era bem carente, porém, atualmente, sua condição financeira melhorou muito por conta de alguns programas do governo que auxiliaram bastante a questão do aumento de sua renda. Em conversa com sua irmã, Benjamim notou que tinha muito interesse na gestão de políticas governamentais e na importância que estas têm sobre os cidadãos; ele sentia que precisava fazer um curso por meio do qual, ao final, ele devolvesse algo para a sociedade.

Mas assim, um dos fatores que mais me fez realmente ver que era isso que eu queria foi quando eu vi o caso da minha irmã mais velha, eu tava e eu não via ela há muito tempo, ela é bem carente assim e não tão carente hoje por conta de alguns programas do governo que ajudaram muito ela aumentar a questão da renda, e a primeira coisa que eu perguntei pra ela foi como era que tava a situação do local assim, como é que tava as ações do governo, né, e eu percebi que eu realmente gostava disso, sabe, e realmente preocupado em tentar vincular uma política, sabe, de ver esse lado. [sic]

Para Benjamim, atualmente, a grande questão não é mais o debate do sistema de cotas em si, mas dar a devida importância às cotas raciais. Ele dá o exemplo de sua vivência no CEFET: ele afirma que sonhava em ter um colega negro de seu bairro cursando a mesma escola, mas só ele e outro colega eram negros. Uma coisa que ele viu mudar bastante foi o próprio público que frequenta o ônibus que ele utiliza como transporte, pois, antes das cotas, ele não via nenhum universitário nesse ônibus, agora esse ônibus vem cheio de universitários da sua região, mas ainda poderia haver mais negros nesse público.

Pois é uma mudança que teve e foi enorme, assim, o número de pessoas no ensino superior lá no meu bairro é muito grande, apesar de que tem poucos assim que são da UFC, mas tem muito que são no ensino privado, né, mas já é algo. [sic]

Muito disso se deve não só ao sistema de cotas, mas ao aumento do número de vagas da UFC, e muitos desses universitários não frequentam a UFC, e sim universidades particulares, e isso graças a outra ação afirmativa de inclusão, o FIES. Outra importante mudança que Benjamim destaca é a adoção do ENEM, pois ajudou a democratizar as chances de entrar na universidade, já que muitos antigamente não faziam nem a prova pela própria fama de ser muito difícil e pelo fato de ser pago para fazer tal teste. Ele dá o exemplo da facilidade que o ENEM proporciona aos estudantes do interior, pois antigamente era preciso que esses alunos gastassem dinheiro com transporte para fazerem a prova em Fortaleza, e agora, através do ENEM, as provas são aplicadas nas mais diversas escolas, nas mais diversas regiões.

Benjamim pretende seguir os passos de seu irmão, sua maior inspiração; ele pretende concluir seus estudos e trabalhar em algo relacionado à área que desenvolva políticas referentes a questões raciais e ao movimento LGBT. Ele pretende ser uma voz para outros negros e afirma que nada disso poderia ser possível se não fosse o sistema de cotas. Se não tivesse sido aberta essa porta, talvez ele nunca tivesse a oportunidade de cursar uma universidade pública e nem de ter a consciência que tem hoje.

6.2 Thamira: aluna cotista de Direito

Conheci essa aluna através de Benjamim. Quando o entrevistei, perguntei se ele conhecia algum outro cotista que teria interesse em participar da pesquisa. Benjamim me indicou sua amiga Thamira, pois ela, além de cotista, é negra e atualmente está interessada em se envolver mais com as questões ligadas à raça.

Thamira nasceu no interior do Maranhão, na pequena cidade de Bacabal. Morava na casa de sua avó materna, junto com seu pai, sua mãe e seus dois irmãos; ela é a mais nova de três irmãos. A mãe de Thamira é professora do estado e técnica jurídica do Tribunal de Justiça, já seu pai é eletricitista, mas há muito tempo está desempregado. Seu irmão trabalha nos correios e sua irmã também é estudante da UFC, cursando cinema.

Thamira teve uma infância simples, porém sua mãe sempre trabalhou muito para não faltar nada para seus filhos. Apesar de sua origem humilde, a mãe de Thamira sempre objetivou que seus filhos tivessem boas oportunidades para que

galgassem sucesso em suas vidas, por isso proporcionar uma boa educação para eles sempre foi uma prioridade.

Thamira começou sua vida escolar em um colégio de freiras, ela não se recorda se sua família pagava o valor total da mensalidade, mas, quando ingressou no ensino médio, ela começou a estudar em um colégio particular. No interior, a maioria dos habitantes se conhece e, por isso, sua mãe sempre fez muitos contatos, já que ela queria que seus filhos estudassem em uma escola particular, pois o ensino era de melhor qualidade, e, através dos contatos, ela sempre tentou conseguir bolsas de estudo. Até o término do ensino médio, Thamira permaneceu no colégio particular, porém, nesse período, ela começou a estudar no Instituto Federal, onde fez o curso técnico, juntamente com o ensino médio. Apesar de ela ter começado a cursar a escola técnica, não deixou de estudar na escola particular. Porém, foi através da escola técnica que Thamira teve a oportunidade de ingressar na UFC pelo sistema de cotas:

Eu comecei a estudar em colégio de freira, não lembro se pagávamos o valor total da mensalidade, mas no ensino fundamental já comecei a estudar em colégio particular, porque no interior muita gente se conhece, então minha mãe sempre conhecia muita gente e por isso ela sempre quis que a gente estudasse em colégio particular, pois o ensino era melhor, por isso ela sempre tentou conseguir bolsa para gente, até o ensino médio estudava no colégio particular, mas depois comecei a estudar no Instituto Federal, onde fiz um curso técnico juntamente com o ensino médio, e foi porque estudei no Instituto Federal que pude entrar pelo sistema de cotas na UFC. [sic]

O Instituto Federal que ela cursou tinha uma estrutura bem precária e não existiam, realmente, matérias como Engenharia ou Informática, essa escola se focava mais nos aprendizados padrões do ensino médio. Sua turma foi a primeira da escola técnica de sua cidade e, nesse período, ela oferecia cursos de Técnico em Vendas, pois toda a cidade de Bacabal era voltada para o comércio. Com isso, não havia muito espaço para os cursos e as matérias ligados à tecnologia, que consiste nas áreas mais conhecidas da escola técnica.

Nesse período, a turma de Thamira dividia espaço, no Instituto Federal, com uma turma de jovens e adultos. Posteriormente a esse momento de introdução da escola técnica, começaram a chegar matérias de Administração, Informática, Química e hoje essa escola oferece, além de outros cursos técnicos, cursos de ensino superior.

O Instituto que estudei era bem precário, não existiam, realmente, matérias técnicas como Engenharia ou Informática, era mais o ensino médio, minha turma foi a primeira do Instituto, que daquele tempo oferecia o curso Técnico em Vendas, pois a cidade era mais voltada para comércio, não havia muito espaço para essas áreas de tecnologia e por isso ter esse curso voltado para o comércio... No instituto havia minha turma de ensino médio e uma turma de jovens e adultos, depois começou a chegar Administração, Informática, Química... eu acho que hoje tem até curso superior. [sic]

Thamira, sua mãe e sua irmã são negras; seu pai não é branco, porém também não é negro; já seu irmão é mais claro do que ela, porém ele se classifica como negro. A questão da consciência racial sempre foi tratada de modo natural nessa família. Thamira e seus irmãos sempre se viram como negros, pois, por ter uma mãe negra, essa identidade racial nunca foi um tabu. Seu irmão, à medida que foi escutando músicas de rap, foi se aproximando mais da cultura negra e, por isso, começou a ter maior segurança sobre sua identidade racial:

Foi uma coisa natural, nós sempre nos vimos como negros, pois nossa mãe é negra, o meu irmão, quando ficou maior, ele começou a escutar bastante músicas de rap e isso aproximou mais ele da cultura negra, mas todos sempre nos víamos como negro. [sic]

Por ter estudado em escolas particulares, Thamira sempre identificou a falta de mais alunos negros em sua escola. Suas turmas eram formadas, quase todas, por alunos brancos. Porém, só quando ela entrou no fundamental II foi que começou a estranhar essa situação, antes ela achava normal. Em sua turma, só havia ela e mais três alunos negros. Também não havia muitos debates relacionados aos negros em sua sala, esses temas eram abordados esporadicamente, por isso, durante muito tempo, ela não esteve ligada e nem tinha consciência sobre as questões ligadas à raça, pois, no meio em que ela estava inserida, tais assuntos não eram comentados:

Quase não existia negros, na minha turma, de negros só tinha eu e mais três pessoas, não havia debate nenhum sobre esses assuntos ligados aos negros. Assuntos ligados à questão racial apareciam esporadicamente, mas não faziam parte do meu cotidiano, pois o meio que eu estava inserida esses assuntos não faziam parte. [sic]

Em muitos momentos, Thamira se sentia desconfortável em sua escola, porém ela não tinha consciência de que esse desconforto estava relacionado ao fato de ser diferente de seus colegas. Ela não se sentia confortável com o fato de todos os seus colegas terem melhores condições financeiras do que ela. Com isso, ela nunca se sentia incluída, pois fisicamente ela estava presente na escola, mas, como

não tinha condições de participar das ações realizadas pela escola, não se sentia parte daquele grupo. O colégio onde ela estudava tinha a preocupação de ser visto como o melhor da cidade, com isso sempre criava diversas ações e atividades que mostrassem que ele era uma referência, porém tais atividades eram pagas. A mãe de Thamira sempre incentivou a filha a participar de todas as atividades realizadas na escola, mas Thamira sempre teve a consciência de que muitas vezes sua mãe não poderia pagar, por isso, em grande parte de sua vida na escola particular, ela se sentiu deslocada. Perante todo esse contexto, no final do terceiro ano, ela perguntou à sua mãe se poderia deixar a escola particular e ficar estudando só na escola técnica, porém sua mãe foi decisiva em não aceitar essa escolha, pois acreditava que o mais importante que ela poderia oferecer aos filhos era uma boa educação, para eles poderem ter chances de entrar em uma boa universidade, não importava os sacrifícios que faria para pagar tal escola:

Não me sentia bem, eu não tinha consciência que era por esse motivo, mas não me sentia bem por todos os meus colegas tinha melhores condições do que eu, aí é aquela coisa, você está ali, mas a gente não pode, realmente, participar dali. O colégio que eu estava era considerado, se importava muito em ser o melhor da cidade, por isso ele sempre estava querendo fazer coisas para mostrar para cidade que era o melhor, por isso tudo o que tinha lá tinha que ser pago de alguma forma. Nossa mãe sempre queria que participássemos de tudo, mas nós tínhamos a consciência que não era possível, com isso ficamos aquele sentimento de deslocado. Quando eu já estava cursando o ensino técnico eu estava terminando o terceiro ano nessa escola, foi nesse momento em que disse para minha mãe que queria sair da escola particular e ficar só no Instituto, mas minha mãe sempre falava para eu não largar, pois eu já estava terminado e ela sempre dizia para não nos preocuparmos com o pagamento, pois o mais importante era que a gente estudasse para entrar na universidade. [sic]

Para Thamira, seu estranhamento estava relacionado com a questão racial e também com a questão de sua origem social, pois muitos dos assuntos em que ela se sentia descolada perante seus colegas estavam relacionados a uma classe social mais privilegiada e branca. O seu próprio ciclo de amizades fazia com que ela sentisse esse estranhamento, pois suas melhores amigas eram brancas; a única outra aluna negra que existia na turma não tinha interação com ela, pois esta era veterana; havia mais dois alunos negros e estes já haviam estudado com ela no ensino fundamental, porém os dois não obtiveram muito contato com ela:

As minhas melhores amigas não eram negras, a outra aluna negra que existia em minha turma já era veterana na escola, por isso não tivemos muito contato, e os dois outros negros eram gêmeos, eu até tinha estudado com eles no ensino fundamental, mas nunca tivemos muito contato. [sic]

Thamira se sentia como a única negra em um meio composto só por brancos. Até hoje, já no curso de Direito, ela se sente da mesma forma.

Por viver durante muito tempo em volta de apenas pessoas brancas e por a própria sociedade impor para ela conceitos ligados aos brancos e ricos, Thamira de muitas formas se sentiu influenciada por isso, esquecendo sua própria identidade negra. Um conceito que a influencia muito e que durante muito tempo permeou sua vida foi o estereótipo de beleza branca. Como uma forma de se sentir mais bonita e mais parecida com suas colegas, ela se utilizou de alguns procedimentos estéticos para alcançar tal objetivo. Aos 11 anos, ela alisou seu cabelo, pois, em um determinado festival da escola, ela viu que todas as suas colegas tinham o cabelo liso e, por isso, gostaria de ficar igual a elas. Porém, mesmo alisando seus cabelos, Thamira não se sentia confortável em conversar sobre cuidados de beleza com suas amigas, pois suas necessidades eram diferentes das delas:

Eu alisei meu cabelo com 11 anos, minha irmã alisou primeiro e ainda eu quis também, esse desejo de ter o cabelo liso começou até em um festival da escola, e todas as meninas tinham um cabelo bem liso e como minha irmã tinha feito resolvi alisar também. Era engraçado como eu não conversava muito, sobre cuidados de beleza, com minhas amigas, pois o que eu fazia no meu cabelo era muito diferente do que elas faziam, ou seja, quando elas começavam a falar do cabelo delas eu ficava na minha, pois elas não iriam entender o que eu fazia no meu. [sic]

O CEFET era classificado como escola pública, por isso todos os alunos que o frequentavam tinham o direito de participar do sistema de cotas. Thamira, antes de entrar na escola técnica, não pensava em utilizar o sistema de cotas, pois, quando não tinha consciência da importância dessa ação afirmativa, ela não era a favor de tal política pública. Ela acreditava que deveria existir apenas cota social. Porém, em conversa com uma professora da CEFET, ela perguntou o porquê de se considerar a cor da pele dos alunos, já que todos têm um pouco de negro em seu sangue. A professora respondeu à pergunta de Thamira fazendo-a perceber que o negro sofre todos os dias preconceito por causa de sua cor e que, por isso, é excluído da universidade. A partir desse momento, Thamira teve mais conhecimento sobre a questão racial e a importância das cotas para os negros, e muito dessa mudança de pensamento e incentivo foi graças à escola técnica:

No início eu também não era a favor. Já na escola técnica eu acreditava que só precisava de cota social, aí em conversa com uma professora, perguntei do porquê, já que todo mundo tem um pouco de negro, só quem tem a pele escura pode ter direito a essas cotas? Ela me falou para eu me

perguntar quem é que todo dia sofre por causa da cor da pele e quem não está na universidade por causa disso. Foi a partir desse momento que comecei a pensar mais sobre essas questões, como lhe falei, por ter estudado em escolas particulares, nunca havia debates relacionados aos negros e só quando entrei para o Instituto Federal que pude entender mais sobre o assunto de raça. [sic]

O motivo de ter vindo para Fortaleza foi sua irmã, que veio para a capital cearense sozinha cursar cinema, causando vários atritos em sua família, pois na cidade de Bacabal esse curso não era bem visto. A irmã de Thamira a incentivava quase que diariamente para que elas morassem juntas. Normalmente, as pessoas nascidas em sua cidade iam estudar em São Luís ou em Teresina, porém ela achou mais lógico ir morar com sua irmã em Fortaleza, por isso colocou suas notas para a UFC.

Foi por causa da minha irmã, ela veio para cá sozinha cursar cinema e isso gerou muita confusão em minha casa, até hoje minha mãe não gosta muito, pois no interior não é muito bem visto. Ela veio para cá procurar sozinha casa, fez a matrícula e a gente se falava todo dia e me incentivava a ir também para Fortaleza. Para mim ou eu ia para Teresina, que é o costume da minha cidade ou para São Luís, pela questão de ser mais perto de casa. Porém eu vi que seria melhor e mais seguro se morássemos juntas em uma mesma cidade e financeiramente era bem melhor estarmos juntas, dividindo tudo. Aí coloquei minhas notas para tentar cotas em outro estado. [sic]

A escolha do curso de Direito veio de uma vontade natural dela desde o ensino médio. Thamira sempre viu um incentivo dos professores da escola técnica para que os alunos cursassem uma universidade. Já na escola particular, o único incentivo que ela visualizava era a pressão da escola sobre os alunos, para tirarem notas altas no ENEM e, assim, dar renome à escola.

A seleção de Thamira consistiu na realização da prova do ENEM, na qual o aluno já deveria escolher a universidade de seu interesse e a que tipo das quatro cotas pertencia. Essas cotas são divididas em: Grupo L1 – Dos candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; Grupo L2 – Dos candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; Grupo L3 – Dos candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e Grupo L4 – Dos candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o

ensino médio em escolas públicas. Thamira não se recorda qual grupo escolheu, mas acredita que foi o L3 ou o L4:

Na particular incentivavam a gente a estudar muito para tirar notas altas no ENEM para dá nome à escola... Você faz a prova do ENEM, seleciona a universidade e o tipo de cota, são quatro tipos de cotas: negros e estudantes de escola pública, renda e escola pública, indígenas e deficientes, são chamadas de L1, L2, L3 e L4. [sic]

Thamira passou na UFC no ano de 2015, porém suas aulas só começaram no meio daquele ano. No primeiro dia do curso, já notou um estranhamento dos alunos perante ela, pois, naquele tempo, já havia parado de alisar seus cabelos, assumindo, assim, seu penteado afro. Ao entrar na sala, todos olharam com espanto. Thamira não entendia essa situação. Ao caminhar para uma cadeira vazia, uma menina acenava insistentemente para ela. Thamira não entendeu essa reação, mas, posteriormente, depois de conversar com essa menina, compreendeu que se tratava de outra cotista negra no meio de uma sala predominantemente branca:

Nesse tempo eu já tinha parado de alisar meus cabelos e fui para o primeiro dia de aula da faculdade de Direito, quando entrei na sala todo mundo me olhou com um certo susto, achei até engraçado, a maioria dos alunos era brancos ou bem mais claros do que eu, quando andei para o final da sala para me sentar uma menina acenou me chamando para sentar do lado dela, ela ficava me olhando como já fossemos conhecidas. Quando conversei com ela entendi o porquê de tanta empolgação, ela também era cotista e negra. [sic]

Visivelmente, essa sala é dividida em dois grupos, os não cotistas e os cotistas. Tanto na sala como nas áreas de convivência, ou mesmo nas festas, os não cotistas não têm qualquer tipo de interação com os alunos oriundos do sistema de cotas. Thamira já notou essa situação desde o estacionamento, pois os não cotistas chegam em seus carros luxuosos, já os cotistas chegam de ônibus:

Parece que a sala é dividida em dois grupos: os não cotistas e os cotistas, tanto na sala como nos intervalos ou festas os cotistas sempre conversam entre e os outros nunca falam com a gente. Eu digo que a separação dos grupos já acontece no estacionamento, pois nós, cotistas, chegamos de ônibus, já os demais vêm todos de carro. [sic]

Thamira nunca notou uma diferenciação dos professores para com os cotistas, porém ela se lembra de uma determinada situação em que o professor pediu um voluntário para analisar uma determinada leitura, dois alunos se prontificaram, um cotista e um não cotista, e o professor escolheu o não cotista:

Teve um professor que notei uma situação estranha, onde ele passou uma tarefa de análise de leitura e pediu voluntários, dois alunos levantaram a mão, um cotista e outro não, ele escolheu o não cotista, poderia não significar nada, mas sabe quando você sente que não foi uma simples escolha. [sic]

Mesmo sendo um curso de humanas, Thamira nunca presenciou debates relacionados à questão social, e ela acredita que nem futuramente esse tema será debatido, pois tais assuntos deveriam ser abordados no primeiro semestre, cujas matérias iniciais têm como objetivo estipular debates importantes para a sociedade:

Eu estou no segundo semestre e nunca foi debatido nada a respeito de preconceito ou da questão de raça, eu acredito que não será mais debatidos, pois acho que esses assuntos são abordados já nas matérias iniciais. [sic]

Thamira não entende existir o pensamento de que não há negros no Ceará, pois em 2014, antes mesmo de entrar na UFC, ela convivia com diversos negros, e na própria UFC o movimento negro está cada vez mais forte, local onde ela teve o seu primeiro contato com tal movimento. Por ter vivido em um meio em que debates relacionados à questão racial não existiam, ela nunca teve contato com tal movimento, porém, ao ingressar na UFC, foi muito incentivada pelos colegas a participar do fórum para negros da universidade:

O primeiro contato foi na UFC, antes não me interessava muito, e já dentro da UFC eu tive o contato com o movimento e o fórum por incentivo de alguns colegas, que sempre me pediram para ir... Bem, ele está meio parado, mas esse ano já estamos planejando várias ações de debates. Ele começou ano passado por causa de um ato de preconceito que ocorreu com um aluno da Engenharia de Pesca. Mas no final do ano passado houve uma pausa. [sic]

Thamira percebeu, com sua vivência na UFC, que o grande debate é sobre as cotas sociais e raciais, pois no sistema de cotas só existem cotas social ou social-racial, a questão da raça é colocada em segundo plano perante a questão social. Antigamente, Thamira não concordava com a cota sendo somente racial, porém, a partir da sua própria experiência na sala do curso de Direito, onde existe somente ela e uma outra colega negra, percebeu que ainda continua sendo difícil para os negros entrarem na universidade, principalmente em cursos como Direito:

Na UFC só existe cota social ou social-racial, somente racial não existe. Antigamente achava certo a cota ser social-racial, mas como lhe disse, na minha sala só tem eu e mais uma colega negra, isso mostra que ainda há muita dificuldade dos negros entrarem dentro da universidade, eu acho que

se deve valorizar mais as cotas raciais, pois através delas os negros têm uma possibilidade de entrar na universidade. [sic]

Ela afirma que há o apoio financeiro da universidade para com os cotistas, com o objetivo de estes permanecerem em seus cursos, e esse incentivo vem através da disponibilização de bolsas. Porém, é muito difícil conseguir tais bolsas, ela mesma só conseguiu há pouco tempo. As bolsas são escassas e muitos cotistas não sabem que têm direito a elas:

As bolsas existem, sendo que é muito difícil conseguir, eu mesma só consegui há pouco tempo, além de existirem muito poucas bolsas, vários alunos não sabem que têm direito a recebê-las... Na UFC esse sistema de bolsas é muito precarizado e insuficiente, ainda mais com esses cortes que estão acontecendo. Todos estão bem apreensivos do que poderá acontecer.

Thamira acredita que o sistema de cotas é uma ação afirmativa de fundamental importância para a inclusão de alunos que jamais teriam a oportunidade de cursar uma universidade federal. Ela afirma que, se não fosse pelas cotas, ela não entraria na UFC:

Na UFC não, pois o curso que eu escolhi tem notas de corte muito altas, é aquela coisa, eu te falei, o sistema de cotas me deu a oportunidade de tentar Direito, pois nem passava pela minha cabeça conseguir entrar na UFC, se não fosse pelas cotas tenho certeza que não teria chances de passar no curso que eu queria. [sic]

6.3 Diego: aluno cotista de Medicina

Diego vem de uma família de retirantes da Paraíba. Ele faz parte da primeira geração de sua família em Fortaleza, a qual veio para a capital cearense na intenção de galgar melhores condições de vida. Ele foi a primeira pessoa de sua família a cursar o ensino médio e considera um privilégio ter cursado uma escola pública diferenciada, o CEFET:

Eu sou a primeira geração da minha família que tá em Fortaleza né, veio do interior, veio de Paraipaba, aí a primeira assim que veio pra cá problema de seca, retira de seca no interior do Ceará e veio pra Fortaleza ocupar os lugares, as profissões reservadas para as classes populares né, dona de casa, costureira, lavadeira, aí a minha família, então, é muito pobre e sem instrução. Eu sou a primeira pessoa da minha família que tem ensino médio. Aí então a minha trajetória em ensino fundamental em escola pública, ensino médio em escola pública, só que aí eu tive o privilégio de cursar uma escola pública, porque tem escolas públicas e escolas públicas, né, e eu cursei escola pública no CEFET, que hoje é o IFCE e antiga Escola Técnica, que é uma referência entre as escolas públicas, então, eu meio

que escapei desse estigma da escola pública, meio que escapei e não escapei completamente. [sic]

O CEFET constitui uma escola pública referência para as outras escolas públicas. Nessa escola, Diego percebia uma cultura diferenciada das demais escolas, existia o hábito de incentivar os alunos a prestarem o vestibular. O incentivo fornecido pela escola técnica foi de fundamental importância para ele, pois, por vir de uma família analfabeta, não tinha em casa nenhum incentivo para cursar o ensino superior. A dedicação dos alunos era tão famosa que muitos colégios particulares iam, na época do terceiro ano, oferecer bolsas para os alunos.

É a escola pública que a gente sabe que são as escolas públicas que são referências, tipo são os Liceus, são as escolas militares e o CEFET. Por tá numa escola pública diferenciada, eu sinto que lá havia uma cultura e isso eu to falando de dois mil e três, dois mil e quatro, havia uma cultura de incentivar os alunos a fazer o vestibular, coisa que não é, ainda era aquele vestibular tradicional, aquele antigo mesmo da UFC e que tinha literatura e tinha que ler dez livros pra prova da UFC e não era o ENEM. Então, nessa escola eu senti que havia um certo incentivo a cursar ensino superior, porque na minha família não tinha e imagina a minha mãe não tem o ensino fundamental completo, os meus avós são analfabetos, aí então não tinha em casa nenhum incentivo pra fazer ensino superior e encontrei no CEFET esse incentivo. Aí lá tem a, tem até uma coisa interessante que grandes colégios como FB, o Christus, os colégios grandes vão lá no CEFET no terceiro ano e pegam os melhores alunos e levam pra lá, aí o aluno que era bom no CEFET passa e leva o nome pro FB né, só que eu não era um bom aluno, tinha uns problemas e tal, era do movimento estudantil e não era muito envolvido com estudo, mas o CEFET me deu a oportunidade de querer estudar o ensino superior. [sic]

Na escola técnica, eles não direcionavam os alunos especificamente para um curso, incentivavam o estudo como um todo, afirmando que lá não era um fim, e sim o começo de uma nova vida. Para Diego, as escolhas de em que curso se inscrever e em que universidade vinham dos próprios alunos:

Lá eu não diria que tem assim um encaminhamento pra curso específico, lá tem uma certa cultura de incentivar ao estudo... Lá eles deixam bem claro que lá não é o ponto final, lá é só uma das etapas que você vai cursar na sua vida, na sua vida de estudo. Isso eu conheço de amigos de infância que vão nessas escolas pública de bairro e lá eles sentem que é o ponto final – vou chegar aqui e ter meu ensino médio e acabou e não tem mais esse incentivo. Havia esse incentivo mais generalizado, mais difuso e não mais específico – ó esse curso aqui você tem tais e tais opções de mercado de trabalho, e não, não tem isso, lá tem uma cultura de incentivar o estudo, até porque lá, como é uma escola técnica, lá não é só ensino médio, ensino médio, ensino técnico e ensino superior, então você convive com pessoas que tão cursando o ensino superior no pátio, aí você diz, rapaz, não acaba aqui o ensino médio, aí eu posso continuar cursando. [sic]

Diego não tinha nenhuma ideia de que curso iria escolher, porém, como sempre estudou muito na biblioteca das humanidades e sempre teve maior aptidão por essa área, optou por fazer o curso de História. Na época em que entrou na UFC, havia uma divisão clara entre os cursos de rico, que eram Medicina, Odontologia e Direito, e os cursos de pobre, como História:

Fui me matricular, fazer a inscrição do vestibular e não havia uma perspectiva de curso, o que cursar e nada, nunca tinha conhecido ninguém com ensino superior além dos meus professores. Tendo essa referência com meus professores, rapaz, eu vou fazer então alguma licenciatura, como gostava muito da área de humanas e o CEFET tinha uma biblioteca boa e sempre li muito na biblioteca de lá. Gostava muito de humanas, então resolvi fazer um curso de humanas e optei por História, fiz História e passei de primeira, aí é que tá, você vai ocupando esses lugares, você em escola pública, ensino fundamental em escola pública, ensino médio em escola pública e na época havia essa divisão bem clara, curso de rico e curso de pobre. Curso de rico era Medicina, Direito, era Odontologia, curso que só quem estudou muito, quem fez cursinho particular e quem tinha condições mesmo podia fazer, aí qual eram os cursos de pobre? Licenciaturas e eu fui fazer um curso de pobre, fazer História. [sic]

Após Diego começar a cursar História, sua família lhe cobrou o ingresso no mercado de trabalho, pois ele estava com 18 ou 19 anos. Ele buscou diversos trabalhos temporários a fim de sanar sua necessidade financeira, até que, posteriormente, conseguiu uma bolsa da UFC no valor de 200 reais. Essa bolsa veio a partir do seu encontro com a professora Bernadete, que o estimulou no próprio desenvolvimento de seu curso, já que naquele momento Diego pensava em desistir da História, pois não via um mercado de trabalho positivo para a sua profissão:

Fui fazer História, enquanto fazia História obviamente não tinha como me manter, porque você tem o quê? Dezoito, dezenove anos, a sua família já acha que você tá velho, aí tem que começar a trabalhar e fui atrás de bico e consegui uma bolsa na UFC, e me lembro que a bolsa da UFC na época era menos de duzentos reais e de trabalhar de assistente administrativo e mexer com papel, aí fui me mantendo no primeiro tempo já meio assim. Tive o baque com o ensino superior da UFC que esperava que era coisa diferente e meio relapso o curso, meio desestruturado e professores que não incentivavam muito, aí o que me salvou no curso? Encontrei a Bernadete, aí encontrei a Bernadete, ela foi minha professora numa disciplina e a gente manteve contato, ela gostou muito do meu trabalho no final da disciplina e a gente mantinha contato, aí ela abriu uma bolsa de iniciação científica e isso foi até um marco, porque eu já tava pensando em desistir da História e não tava vendo futuro, a precarização do trabalho docente e tal, já tava muito desestimulado pra aqui e minha família não entendia que eu tava fazendo a graduação e não tinha futuro ser professor. [sic]

Diego obteve, por intermédio da professora Bernadete Beserra, ensinamentos de suma importância, como o modo de funcionamento do mundo da pesquisa, a

importância do trabalho acadêmico, bem como a própria função da universidade. Esses ensinamentos foram o maior estímulo para Diego continuar no curso:

A Bernadete me mostrou o que era o mundo da pesquisa, incentiva ao trabalho e o que realmente é a obrigação acadêmica, a função da universidade eu aprendi mais nesse trabalho de iniciação científica do que cursando mesmo as cadeiras da universidade. Então, aí foi esse incentivo que me fez continuar e terminar o curso mesmo. [sic]

Posteriormente à conclusão da graduação em História, Diego ingressou no mestrado, sendo orientado pela professora Bernadete. Porém, Diego sempre almejou cursar Medicina, já que via a precarização da saúde a partir da experiência de sua própria família. Esse desejo vinha desde o ensino médio, mas, na época, achava que tal sonho seria impossível, pois não tinha preparo para competir com os demais concorrentes ao curso:

Terminei o curso e muito encantado pela pesquisa e encantado com esse mundo da etnografia, da antropologia e querendo me aproximar mais, aí fui então continuar e terminei a graduação e passei no mestrado e fui fazer o mestrado aqui com a Bernadete, né, foi um período maravilhoso, só que aí é que tá, retrocedendo um pouco, eu sempre quis Medicina, era vontade porque até pela história de problema de saúde na família, aí sabe como que é o SUS, você sente muito aflito e muito triste por não poder ajudar a sua família... Eu sempre quis pelo problema de saúde na família e tenho até hoje, sempre quis cursar, mas na época do ensino médio eu achava que não era possível, não tinha preparo nenhum pra aquilo. [sic]

No ano de 2008, dois temas geravam muita polêmica, esses temas consistiam na substituição do vestibular tradicional da UFC pelo ENEM e na adoção das cotas não somente sociais, mas raciais também, por isso o grupo de mestrado de Diego discutiu por diversas vezes essas temáticas. Assuntos como o que é ser negro no Brasil, a validade ou não das cotas e como seria a avaliação das cotas raciais foram abordados pelo grupo.

Isso era 2008, 2008 pra 2009 quando terminei a graduação, estava explodindo essa discussão. Eram dois temas bem polêmicos na época que era a substituição do vestibular tradicional da UFC pro ENEM e a adoção do sistema de cotas e não somente social, mas racial, aí isso causou muita discussão no nosso grupo de se era válido ou não a questão da problemática racial no Brasil, aí puxava o grupo da negritude, o que é ser negro no Brasil, a validade ou não das cotas ou como seria essa avaliação das cotas raciais, enfim. [sic]

No início, Diego era contrário às cotas raciais, porém hoje ele apoia e enaltece a importância dessa ação afirmativa. Muito da mudança de seu pensamento se deve às discussões trabalhadas no grupo:

Eu lembro que no início eu era muito refratário à ideia de cotas raciais e hoje não sou mais, sou a favor, mas enfim, foi a discussão do grupo que me fez mudar de ideia, aí eu lembro foi até uma coisa interessante que a Bernadete foi ficando contra... E eu fui ficando a favor com a partir... Conhecendo na pesquisa, conhecendo pessoas e fazendo entrevistas na época pra bolsa de iniciação científica, e eu me tornei a favor. [sic]

Após Diego terminar seu mestrado, ele se viu decepcionado com a falta de mercado de trabalho. Ele não entendia como ele, que tinha agora uma titulação de mestre, estava sem emprego, enquanto os seus demais colegas estavam empregados ou haviam passado no concurso do qual Diego abriu mão para entrar no mestrado. Perante essa situação, Diego viveu momentos de reflexão e de desilusão. Nesse período, o ENEM já havia sido adotado, a partir daí ele cogitou a possibilidade de cursar Medicina:

Aí então, terminei o mestrado e estava muito feliz com o mestrado, mas quando eu terminei o mestrado tive um baque muito grande pela questão da falta de emprego porque eu não tinha onde trabalhar, não tinha em lugar nenhum. Eu tinha abrido mão de dois concursos, eu passei pra professor do estado e professor do município e abri mão dos concursos pra fazer o mestrado, aí eu via colegas meus que se formaram comigo empregados nesse concurso, e eu que havia escolhido o mestrado, terminei o mestrado estava desempregado, aí eu passei um período muito mal, muito mal mesmo, estava chateado com tudo, com o mundo e não via esperança na vida e estava me perguntando, rapaz, o que vale a pena fazer graduação e mestrado e minha família passou esses anos todos dizendo que não valeria a pena fazer isso, e realmente eu vi que não valia a pena e to aqui desempregado, não to ganhando nada. Consegui com alguns amigos da época do mestrado dar aula assim em universidade particular, universidades pequenas, mas foi um período muito difícil. Aí já tinha mudado o vestibular tradicional pro ENEM né e, rapaz, será que vale a pena esse, cheguei tão longe e será que vale a pena continuar nessa carreira acadêmica que tá me frustrando, tá me deixando extremamente frustrado ou voltar aquele sonho antigo de fazer o ENEM e cursar Medicina? Aí, rapaz, vou fazer uma loucura, vou tentar os dois. [sic]

Diego tentou a seleção do doutorado e do ENEM para Medicina e obteve sucesso nos dois, encontrando-se numa difícil decisão de qual caminho deveria seguir. Diego optou pela graduação em Medicina aos 26 anos. Ele foi um dos mais velhos de sua turma:

Aí no mesmo ano eu tentei o doutorado, passei no doutorado e tentei o ENEM e passei no ENEM pra Medicina e teve um momento na minha vida que eu tinha duas matrículas na mão, uma matrícula do doutorado e outra matrícula da graduação e optei pela graduação e, escolha difícil, voltei pra graduação com vinte e seis anos de idade, e sou um dos mais velhos da minha sala, não sou o mais velho, sou o terceiro mais velho da minha sala e tem gente mais velha na minha, mas era um dos mais velhos e tal e voltar pra rotina de graduação assim foi uma decisão difícil, mas a carreira acadêmica estava me fechando e talvez por problemas meus que durante o mestrado, tipo eu sou orientando da Bernadete, então aprendi com ela a ser

polêmico e tal e que na FACED o clima político é muito estável e eu não me privei de comprar brigas e acabei comprando muita briga aqui e estava frustrado e eu cansado e desestimulado da minha carreira acadêmica, aí vou fazer graduação e é o que eu to fazendo até hoje. [sic]

Diego passou pela cota social, mas poderia ter usado a racial, já que é classificado como pardo. Essa opção veio do fato de sua nota ser suficiente para a nota de cota social. Apesar de ser fácil provar ser compatível racialmente com a cota, bastando o aluno se autodeclarar, ele optou apenas pela cota social, essa escolha veio apenas pela motivação do caminho menos burocrático. Diego foi um dos pioneiros após a implementação de cotas na UFC e dentro do curso de Medicina.

Na graduação eu passei pela cota social e podia ter usado a racial, mas não usei a de pardo né, e eu não sei, usei e nem lembro porque, não sei, porque eu estava vendo as notas de corte aí eu vi que a minha nota já era suficiente pra uma nota social, aí eu não quis usar a cota racial não por nenhuma trava moral, mas porque assim, acho o caminho mais fácil e até a documentação pra provar é fácil, racial é só o social declarado e não tem problema, mas não usei e nunca nem pensei muito porque eu não usei, mas é porque eu tava na época só vendo notas de corte e a nota de corte que já era suficiente, então eu já usei ela. Talvez tenha um motivo mais profundo, inconsciente psicológico porque não usei, mas não sei por que, mas eu não usei a cota racial. [sic]

Para Diego, a Medicina constitui um curso extremamente elitista, e esse pensamento vem desde os professores e é replicado nos alunos. Estes normalmente são jovens e pertencentes a uma elite social, tendo, em sua maioria, estudado em colégios particulares:

Então, analisar assim friamente, é um curso elitista, extremamente elitista, os professores têm essa cultura de elitista e os alunos absorvem muito facilmente, até porque a grande maioria é muito jovem e são aqueles privilegiados mesmo, passaram a vida toda estudando em colégio particular, aí passa de primeira no vestibular, entra muito jovens e entra nessa atmosfera de se formar num curso elitista. [sic]

Diego nunca viu nenhuma forma de preconceito por parte dos professores, mas não sabe se isso é por causa de alguma ordem política interna. Porém, já viu diversas ações de preconceito partindo dos alunos não cotistas, em sua maioria alunos veteranos que ingressaram antes da implementação das cotas. Estes olham os cotistas como privilegiados, já que entraram através do ENEM. Por esses veteranos terem passado pelo vestibular tradicional, se acham mais merecedores. Através de conversas em grupos de Whatsapp, Diego vê diversos pensamentos preconceituosos, como: “Depois das cotas a Medicina vai acabar, as humanas

invadiram a Medicina com as cotas. Esse povo deveria estar no Benfica e agora está cursando aqui no Porangabussu, tipinhos típicos do Benfica a gente vê agora no Porangabussu.” Para Diego, os alunos que ingressaram juntamente com os alunos cotistas não demonstram tanto preconceito, pois, pela convivência, ele vêem que os cotistas se esforçam tanto quanto os não cotistas:

Aí é que tá, não de professor. Por incrível que pareça, os professores respeitam, não sei se deve ter uma ordem política interna, mas de aluno e que tipo de aluno? Porque tem grupo de Facebook, grupo de WhatsApp e a gente convive com os alunos das turmas antes da cota, eles são extremamente preconceituosos em relação aos cotistas, extremamente, e como eles passaram no vestibular chamado difícil e até não somente ser antes da cota... Eles acharam que passaram num vestibular difícil e eles acham o ENEM fácil, eles já têm preconceito quem passa pelo ENEM. Quem passou pelo ENEM e por cotas aí eles dizem que, e eu já ouvi coisas do tipo, e se quiser até te mando o “print” de depois das cotas a Medicina vai se acabar; as humanas invadiram a Medicina com as cotas; esse povo que devia tá no Benfica e que agora tá cursando aqui o Porangabussú; tipinhos típicos do Benfica a gente vê agora no Porangabussú e principalmente de quem? Eu não atribuo tanto os alunos que passaram atualmente não pelo sistema de cotas, passaram na livre concorrência que convivem com colegas da mesma turma cotistas, eles até que convivem muito bem e até nunca soube de preconceito com relação a isso. Mas que tipo de pessoa é extremamente preconceituosa com cotistas? Aqueles que passaram antes das cotas. Se eu passei na livre concorrência e o cara da minha turma é cotista e eu vejo que ele se esforça tanto quando eu e até alunos da minha sala, alguns melhores são cotistas e não necessariamente são da livre concorrência, mas são cotistas como eu, aí eu imagino como eu sou da livre concorrência e eu vejo que o cotista se esforça e é tão capaz quanto eu, eu respeito, mas aqueles que não convivem e só tem ranço diário e passou no difícil e agora eles tão passando no fácil, é isso. [sic]

Diego percebeu que a divisão entre os grupos de cotistas e não cotistas em sua sala se dá quase de forma espontânea. Isso se deve ao próprio contexto de vida que cada um desses alunos tem dentro da universidade e fora dela. As próprias diferenças, tanto sociais como raciais, não permitem que esses grupos convivam entre si em ambientes de interação fora do espaço universitário, e isso prejudica uma possível convivência entre eles:

Vamos parar pra pensar, quem tem dinheiro pode ir no Órbita no fim de semana, pode andar em ambientes que a sua condição social favorece andar nesses lugares e não anda de ônibus, aí os cotistas pegam o mesmo ônibus e aí vão acabando se conhecendo, mas é uma divisão muito clara. Na minha turma a divisão é muito clara, tem oitenta alunos na minha turma e quarenta são cotistas e os quarenta cotistas andam juntos e os quarenta não cotistas andam juntos. [sic]

Diego percebe que, antes mesmo de entrarem na universidade, os alunos não cotistas já formam grupos, pois estes, em sua maioria, são filhos de médicos e, por

isso, entram já na universidade com grupos fechados. Diego percebe que é difícil para esses alunos compreenderem a vida e a realidade dos cotistas, pois eles nunca viveram a realidade da escola pública, muitos deles sequer pegaram um ônibus em suas vidas. Diego compreende que o próprio contexto familiar dos alunos não cotistas impossibilita que estes tenham maior consciência de realidades diferentes da sua. Diego acha que em sua sala não ocorre, propriamente, um preconceito, mas sim um distanciamento ocasionado pelo desconhecimento:

A parte não cotista quase todos são filhos de médicos. Ah, são filhos de médicos e os médicos convivem juntos, então antes da universidade eles já se conheciam e já cursavam os mesmos ambientes, aí a outra parte nenhum é filho de médico, e como é que vai tratar? O médico não vai colocar o seu filho numa escola pública, então é a galera que é filho de manicure, é filho de pedreiro, pega ônibus e vai pro terminal. Tem um pessoal da minha sala que vão de ônibus todo dia pra faculdade e tem alunos na minha sala que nunca pegaram um ônibus na vida, então são realidades tão diferentes que você acaba se agregando. [sic]

Perante sua trajetória no curso de Medicina, Diego já viu alguns colegas seus desistirem por não terem condições nem de pagar o transporte. Para Diego, é essencial ter uma política de acompanhamento aos alunos cotistas, para possibilitar que estes tenham sucesso dentro da universidade. Em relação ao pensamento de que os cotistas não teriam condições de acompanhar o ensino da universidade, Diego sempre teve noção de que os alunos que passam através do ENEM são alunos vindos de boas escolas públicas, como o CEFET e o Liceu, ou seja, esses alunos estão mais que preparados para cursar uma universidade. Diego destaca que, infelizmente, a própria seleção, mesmo utilizando o sistema de cotas, descarta os alunos das classes D e E. Diego garante que alunos oriundos dessas classes dificilmente entram na universidade e, quando entram, não conseguem se manter ali. Os que passam são em sua maioria da classe C, classe média baixa ou classe média, pois, além de terem mais condições de passar na seleção, têm mais condições de se manterem no curso:

Eu já vi cotistas desistirem porque não tinha como bancar o ônibus. A universidade garante o acesso e fora a discussão das cotas, garante o acesso, mas não garante o sucesso de ter uma política de acompanhamento pra ver se o cotista que você conseguiu e coloquei lá dentro e ele vai ter sucesso dentro da faculdade. Em questão de nível intelectual, nível acadêmico de conseguir comparar não vejo diferença, não vejo diferença, mas aí entra aquela minha discussão que eu falei de escola públicas. Tem escola pública e escola pública, os alunos de escola pública que entraram no ENEM são alunos das boas escolas públicas, escola pública não aquela de periferia, pequena e que não tem sentido nenhum pra

fazer universidade. É o cara que veio do CEFET, é um cara que veio dos Liceus, muito aluno do Liceu, muito aluno da escola militar, muito aluno com boas condições financeiras e muito boas condições financeiras porque como veio de escola militar bombeiro, polícia ou militar mesmo e tinha boas condições financeiras, filhos de militares, filho de coronel, filho de major, mas que passou a sua vida toda na escola pública aí passou como cotista. Então, já tem um viés de quem aluno de escola pública que entra no curso de Medicina. Esse aluno de escola pública que entra e como já tá numa escola boa, como as escolas boas meio que têm um corte entre classes C, D e E aí eu não diria que nenhum aluno da classe D e da classe E vai pra universidade, não vai de jeito nenhum, vai da classe C, classe média pobre, classe média, média esses conseguem se manter. Então, foi um ou outro que tinha uma condição financeira tão difícil que não conseguiu lidar. [sic]

Na Medicina, a maioria dos alunos não precisa de bolsas de iniciação científica, mas Diego percebe que quem faz esse curso não consegue se sustentar apenas com R\$200,00 ou R\$400,00 e, por ser um curso integral, fica quase impossível esses alunos terem um estágio ou trabalho, pois não têm tempo. Diego afirma que, além da compra dos materiais, que já são muito caros, ainda há os custos com transporte, alimentação e impressão para leitura, a bolsa fica inviável para tantas despesas. Diego tem alguns amigos que tiveram a bolsa emergência, mas esta só tem duração de 6 meses e só pode ser renovada por mais 6 meses. Diego vê que são insuficientes as opções para manter os cotistas que precisam de auxílio para continuar no curso:

Bolsa emergência e parece que é seis meses só e pode renovar por mais seis meses e pronto, acabou a bolsa emergência. Mas a Medicina é uma exceção, porque como já tem bolsa de iniciação científica em qualquer curso, mas como a galera não precisa, a grande parte do curso não precisa, acaba sobrando, mas é uma exceção. Eu não diria que se você depender mesmo da bolsa você só vai conseguir a de quatrocentos reais pra um curso integral e não dá, porque a Medicina você entra oito da manhã e sai sete da noite, então você não consegue fazer estágio, não consegue fazer nada assim que lhe dê suporte, como eu consegui ao longo da História, como eu consegui ao longo do curso de História. Então, quatrocentos reais pro curso integral acho muito complicado, porque tem que almoçar, tem que bater xerox, tem transporte e quatrocentos reais não dá. Se for depender só disso eu acho que não daria. [sic]

Diego acredita que uma das grandes falhas do sistema de cotas é colocar em um mesmo grupo as escolas públicas de elite e as demais escolas públicas. Por ele ter estudado nos dois tipos de escola pública, ele nota que há uma grande diferença entre as duas, principalmente quanto ao ensino e estímulo por parte dos professores. Por isso, ele acha que, ao colocar esses dois tipos de escolas públicas, excluiu-se, automaticamente, a chance dos alunos de escolas públicas normais de entrarem na universidade:

Acho que com um pouco de propriedade, porque eu fui numa escola dita de elite e meus colegas do curso de História e que atualmente tão trabalhando, eles trabalham em escola de periferia e pobre mesmo, assim, e não tem como comparar, não tem como comparar o tipo de professores dessas escolas e o tipo de alunos dessas escolas... Não tem como comparar o aluno que vai pra uma escola dominada pelo tráfico pra uma escola da polícia militar, é totalmente diferente, então tem uma clivagem tanto dos profissionais quanto nos discentes, e aí só pra fechar, isso vai dar repercussões no ENEM, porque é claro que os professores mais incentivados e mais interessados e os alunos que têm mais condições e eles são ambos de escola pública, mas são dois grupos totalmente diferentes e o resultado vai se repercutir em quem vai entrar no ensino superior e quem vai virar. [sic]

Diego acredita que um dos pontos que devem ser melhorados no sistema de cotas é a questão das cotas raciais. Para ele, o debate sobre a questão racial através das cotas ficou muito empobrecido ou quase inexistente. Diego não vê nenhum tipo de debate ou discussão a respeito das cotas raciais em seu curso nem em outros espaços, para ele o que se discute agora são as cotas no geral. Ele percebe que a questão racial é totalmente submetida ao fator social, ou seja, na UFC e no próprio sistema de cotas, o que realmente existe são as cotas sociais. Para ele, essa questão se simplificou a apenas uma autodeclaração em um questionário de seleção para a universidade, em que o aluno marca se é negro ou não. Porém, ele acha que apenas tal declaração exclui toda a reflexão e análise perante a construção de parâmetros de quem seria realmente negro e se realmente está havendo a entrada de negros na universidade:

Problemática da cota racial ficou totalmente diluída, não tem uma problematização, uma cultura, um incentivo ao debate da cota racial e da cota social, porque é muito amplo, e se é muito amplo, se é tão diluído assim se perde. Porque você marca lá um questionarizinho uma alternativa lá, o que você se identifica, é muito amplo. É, por um lado é bom, e pra tu é ruim e a gente vai passar aqui umas três horas debatendo isso de como seria essa avaliação da sua raça, de como você se identifica como raça, mas aí é que tá, não sei se foi uma jogada política, não sei se foi de propósito, não sei se foi sem querer, mas essa tática funcionou. Porque o grande problema era o que vai ser, quem vai ser preto, quem vai ser negro e como diferenciar isso, como essa ampla escolha ficou totalmente a critério do candidato, então se perde, é só mais um item que você tem que marcar no longo questionário de matrícula do ensino superior, então isso se perde, isso acho que empobrece a questão. Empobrece em que sentido: ah, não tem uma reflexão, não tem nenhum parâmetro pra ver quem é que, quem são só negros que tão entrando? Tá entrando negro mesmo ou tá havendo esse jeitinho brasileiro de, ah, todo mundo é pardo, todo mundo é pardo e se você usar essa definição todo mundo é pardo, todo mundo é negro e todo mundo pode entrar na cota de negro. Acho que esse debate se diluiu, não sei se foi de propósito ou foi sem querer, mas se perdeu e há muito tempo nem se discute isso na universidade, nos cursos e tal ninguém nem fala, ninguém nem menciona. A discussão é cota, qual o tipo de cota? Ah racial, isso ninguém fala, isso é indiscutível. [sic]

Diego percebe essa falha referente à abordagem à cota racial na sua própria turma, pois não existem negros na sua turma e dificilmente existam na Medicina. Os dois negros que estão na turma de Diego são negros vindos da África, não há negros cearenses. Para ele, só ter um sistema de cotas baseados em sua origem social não proporciona a representatividade dos negros na universidade, e, para ele, é obvio que existem muitos negros no Ceará, mas, infelizmente, para Diego, eles ainda estão limpando as praças da cidade ou mesmo fazendo a limpeza da universidade. Quanto aos povos indígenas, Diego percebe que a questão da representatividade dos negros é um grande problema, mas a questão dos índios também é muito séria, pois ele não vê nenhum aluno indígena na universidade, e ele sabe que existem diversos indígenas no Ceará:

[...] em dois negros na minha turma e não são nem do Brasil, nenhum dos negros, e isso é constante, a minha sala não é exceção, é constante do curso todo, lá a UFC tem intercâmbio com a África, então vem os negros, então que são esses negros que estão na Medicina? São os africanos e não tem negro cearense aqui e é obviamente que tem negro no Ceará. Você vai lá no centro da cidade e vê quem tá limpando a praça do Ferreira, você vê negro ocupando cargo de segurança, você vê negro aqui na UFC, os servidores que limpam os prédios da UFC são negros... Se a gente ainda vê um negro ou outro na faculdade, indígena nenhum, nenhum, e foi assim, olha que eu tenho amigo de Caucaia e aí eles são da juventude de Caucaia e tal, então eu sei muito bem que tem grupo de indígenas aqui articulados até politicamente em Fortaleza ou na região metropolitana de Fortaleza, mas na faculdade não tem. [sic]

Diego não vê preconceito racial no seu curso, pois não há como ter preconceito contra algo que não existe, ou seja, pelo fato de não existirem negros na Medicina, não é possível dizer que exista preconceito racial. A questão dos alunos negros africanos é diferente, pois eles são vistos como algo exótico e interessante para os demais alunos. Para Diego, o preconceito existente em seu curso é um preconceito pautado pela origem social:

Esse é o problema, porque você só pode ter o preconceito contra algo diferente, né, então não tem. O aluno negro que tá na Medicina é o aluno exótico, que é o africano, que fala outra língua, que fala com o sotaque muito carregado, aí você, ah, como que é a África e tal, você fica perguntando esse tipo de coisa, mas preconceito mesmo é social. É claramente social de você só convidar pessoas da sua classe social pro seu aniversário, só querer conviver e só dar bom dia pras pessoas da sua classe social, então o corte lá mesmo é social. [sic]

Ele percebe que muitas das opiniões contrárias às cotas raciais se devem à falta de conhecimento a respeito da questão racial. Diego, antes de seu mestrado,

também não concordava com tais cotas, mas após obter conhecimento sobre o assunto percebeu a importância dessa ação afirmativa. Ele acredita que o grande problema é a reprodução do senso comum de que as cotas raciais privilegiam um determinado grupo pela cor da pele em detrimento do próprio conceito de igualdade:

A gente do curso de humanas e... Tenho até formação nisso, aí no curso de humanas a gente pega e esqueceu o seguinte, o senso comum é prevalente e não é à toa que ele é o senso comum e que o nome é senso comum, porque a grande maioria da sociedade é levada com o senso comum. Nós de humanas a gente tem esse preparo, essa técnica, esse treino dessa reflexão crítica e a gente acaba se distanciando desse senso comum e esquece que muita gente que a gente considera inteligente ainda é levado ao senso comum. Meus professores da Medicina são levados ao senso comum, então essa galera da Medicina é levada ao senso comum, esses alunos jovens que entram na universidade eles pensam uma bobagem como essa que, ah, cota foi utilizando o negro e que o negro é um ser humano, nós somos todos a mesma raça, então se é tudo a mesma raça não pode ter cota racial, perde o sentido antropológico, o sentido de raça. Ninguém sabe esse conceito antropológico de conceito de raça e uma vez eu falei isso em sala de aula e o povo ficou chocado. Ah, raça existe em outra versão que não seja a versão biologicista. [sic]

Diego, por ter tido a experiência como aluno não cotista e agora como cotista, vê que o sistema de cotas foi um marco para toda a universidade, tanto para a inclusão de alunos que jamais imaginaram cursar uma universidade como a UFC, como a própria mudança na cultura de alguns cursos. Diego dá o exemplo da Medicina, que, antes da implementação do sistema de cotas, tinha a cultura de os alunos entrarem já planejando desde os primeiros semestres que especializações iriam cursar. Agora, diversos alunos, cotistas em sua maioria, estão modificando essa cultura, pois muitos deles almejam se tornar médicos de postos de saúde e, com isso, proporcionam um olhar mais humano entre o médico e o paciente. Diego percebe que tal fato afeta todo o curso de Medicina, tanto alunos como professores veem agora a importância de uma saúde mais voltada para a população, e isso só foi possível graças à entrada de alunos que viviam diretamente a precariedade da saúde pública:

Eu gosto de falar com propriedade porque eu já fui aluno da universidade como não cotista, quando eu passei na História, e sou aluno atualmente como cotista, então eu vivi esses dois mundos e posso opinar sem nenhuma dúvida que a cota foi uma política importantíssima pra melhoria do ensino superior e pra real função do ensino superior, que é colocar o povo representado, que é aquele que paga o imposto, na universidade. Exemplo, só pra deixar claro aqui e palpável. Os professores da Medicina atualmente tão com um grande problema, o problema é esse. Porque sempre que alguém entrava na faculdade de Medicina – opa, vou entrar aqui na Medicina e no primeiro semestre já decidi, eu quero ser neurocirurgião.

Então, vou fazer aqui a faculdade de Medicina e mais alguns seis anos de residência, então daqui a doze anos eu vou ser um neurocirurgião. Ah, eu entrei aqui e já sei, eu vou ser obstetra, eu vou acabar a faculdade de Medicina e vou fazer parto. Então, o curso era preparado pra esse tipo de gente que tinha longos anos pela frente pra se capacitar e ser um extremo especialista na área da Medicina. Agora essa galera que tá entrando causou o seguinte problema pros professores, eles estão interessados em coisas que até então o público, o aluno não tava interessado. O que eles estão interessados? Eu minha vida toda fui atendido em posto de saúde, sempre lidei com médico de posto, sei como é a realidade do IJF porque já fui paciente do IJF e nunca fui em hospital particular e, rapaz, sabe o que eu tive contato? Com médico de posto. Eu quero ser médico de saúde da família, eu quero lidar com essa galera que teve que trazer médico cubano, porque não tinha aqui, porque não tinha médico pra ir na casa das pessoas lidar com pobre. Tinha cirurgião que só trabalha no hospital terceirizado e com equipamento que veio dos Estados Unidos e tem esse tipo de profissional, mas não tem aquele cara que tá lá com o pé no chão querendo lidar com o problema, querendo ajudar aquela coisa cotidiana, toma o remédio da hipertensão, da diabetes, e lidando com o povo mesmo, e não tinha e por isso chamaram o médico cubano. Aí agora esses alunos que passaram a vida toda cotistas sociais de escola pública, pobre, negro e mais moreno que lidou com essa outra fase da Medicina e viu como essa fase da Medicina é precária, é subatendida, era desinteressada pelos profissionais médicos, esses caras querem ser esse tipo de médicos, querem entrar nessa realidade, então a faculdade não sabe como lidar porque não sabe como formar esse médico generalista, esse médico que vai cuidar do outro que tá lá no posto de saúde e que tem até um status menor ocupado que, ah, é medicozinho de posto. Tem muita gente que tá entrando agora que quer ser medicozinho de posto, que quer tá na sua comunidade, quer tá no seu bairro, quer tá ali no seu entorno – rapaz, eu venho aqui da periferia e eu quero trabalhar na periferia, é onde eu vivo, onde eu me criei, onde eu passei a minha vida toda e quero voltar pra cá e não quero trabalhar no hospital fazendo cirurgia, eu quero tá aqui lidando com esse povo, então isso forçou a universidade, essa entrada desse novo alunado forçou a universidade a ter que atender essa necessidade que é uma necessidade da sociedade, que havia esse abismo universidade/sociedade e a sociedade clamava por médicos ali no posto, e agora quando é que a universidade escutou esse chamado? Quando dentro da universidade tem representantes da sociedade que estava subatendida. [sic]

6.4 Sobre as trajetórias e as cotas

Em cada trajetória construída, podemos perceber a própria história do sistema de cotas sendo contada a partir das experiências desses alunos. Todas as discussões que permeiam essa ação afirmativa aparecem nas trajetórias como questionamentos desses alunos e fatos que vivenciaram ou viram. Cada trajetória mostra semelhanças e diferenças importantes que contam muito sobre essa ação afirmativa e o impacto que ela gera tanto nos alunos como na universidade.

Os três alunos vieram de origem humilde, mas tiveram vivências distintas. Thamira e Benjamim são negros nascidos em famílias em que existem tanto negros

como brancos, mas a questão racial nunca foi um tabu em suas famílias; seus pais sempre lidaram com essa questão da forma mais natural possível. Diego vem de uma família de retirantes; por serem muito humildes, a maior parte jamais cursou o ensino médio.

Thamira sempre foi incentivada por sua mãe a estudar nas melhores escolas, para que pudesse ter mais possibilidades de sucesso na vida, por isso sua mãe, mesmo se sacrificando financeiramente, colocou sua filha para estudar em colégios particulares. No ensino médio, Thamira conciliou o ensino da escola particular com o da escola técnica. Já Benjamim, apesar de ter sempre sido incentivado pelos seus pais a estudar e por isso frequentou, em determinado período de sua vida, escolas particulares, por causa de uma crise financeira em sua família, estudou a maior parte de sua vida em escolas públicas e concluiu o ensino médio na escola técnica. Diego, por vir de uma família em que a alfabetização era um luxo, teve pouco apoio de sua família para estudar. Um dos primeiros de sua família a concluir o ciclo educacional, ele frequentou escolas públicas, mas seu verdadeiro estímulo para continuar estudando veio de sua experiência na escola particular.

Percebemos que esses três alunos dão uma importante semelhança para sua entrada na universidade. Foi pelo fato de terem estudado na escola técnica que eles tiveram o grande incentivo para cursar uma universidade, bem como maior conhecimento sobre o sistema de cotas. Antes dessa escola, nenhum deles tinha muitas informações sobre como funcionava essa ação afirmativa.

Na trajetória de Diego, ele informa que a escola técnica é uma escola pública de elite que se diferencia das demais escolas públicas. A partir daí, percebemos que dentro do sistema de cotas já ocorre uma concorrência desleal, pois, ao colocar as escolas públicas de elite em um mesmo grupo com as escolas públicas normais, se cria uma concorrência desleal, uma vez que os alunos das demais escolas públicas, por terem um ensino de qualidade inferior às escolas de elite, ficam em desvantagem nessa concorrência.

Em relação à interação dos cotistas com os demais alunos, as trajetórias apontam algumas diferenças. Thamira, desde seu primeiro dia, percebeu que sua sala lhe olhava com estranhamento, pois só existia ela e mais uma aluna negra. Ela

acredita que há poucos negros em seu curso. Segundo Thamira, há uma divisão clara, na sala, entre alunos cotistas e não cotistas. Benjamim nunca vivenciou uma situação desconfortável em seu curso em relação à sua cor de pele ou origem social. Ele afirma que, em sua turma, a diversidade existe e todos interagem de forma natural. Diego, se assemelhando a Thamira, vê uma grande separação entre os alunos cotista e os não cotistas. No curso de Diego, ele sempre identificou atos de preconceito dos alunos veteranos em relação aos cotistas.

Identificamos que, em cursos novos, como Gestão em Políticas Públicas, a adoção do sistema de cotas e os próprios alunos cotistas são vistos como algo natural. Porém, nos cursos de Direito e Medicina, cursos estes dos mais antigos e ditos de elite, há um grande distanciamento entre os alunos cotistas e os não cotistas.

Os três alunos afirmam que o sistema de cotas prioriza, principalmente, a origem social, deixando, assim, em segundo plano a questão racial. Na trajetória de Thamira, ela relata que só existe ela e mais outra aluna negra em sua turma, já Diego relata que não existem negros cearenses em sua turma. Com isso, podemos concluir que a existência de cotas sociais não necessariamente possibilita a representatividade dos negros na universidade.

Os três alunos afirmam que é preciso melhorar o auxílio da universidade perante os alunos cotistas, objetivando que estes possam conseguir terminar seus cursos. Nas três trajetórias, vemos que há bolsas de assistência aos cotistas, mas essas bolsas têm número reduzido e são de difícil acesso.

Em todas as trajetórias, é relatado que o sistema de cotas tem um papel de fundamental importância para proporcionar maior inclusão e diversidade dentro da universidade. No caso de Diego, o sistema de cotas possibilitou que alunos de origem humilde tivessem uma chance de cursar um curso que durante muito tempo foi inacessível para eles; já Thamira e Benjamim afirmam que, se não fosse o sistema de cotas, jamais teriam conseguido entrar em uma universidade como a UFC.

Diante dessas trajetórias, fica claro que, como qualquer outra política pública, o sistema de cotas deve ser aperfeiçoado em alguns pontos. Porém, essa ação afirmativa tem grande importância para a construção de uma política da diferença dentro da universidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de inclusão estão ligadas ao próprio conceito de raça. Mas não há como falar em cotas sem passar pela complexidade da classificação racial e social. Contudo, no decorrer de toda a trajetória da implementação do sistema de cotas, o debate sobre se as cotas deveriam ser raciais ou sociais sempre permeou a discussão. Muitos afirmam que, na atualidade, as cotas se caracterizam como apenas sociais, e as raciais são colocadas em segundo plano.

Após a implementação da Lei de Cotas, em 2012, todas as universidades federais ficaram com a obrigação de implementar o sistema de cotas até agosto de 2016. Essa lei afirma que deve haver uma análise de demanda para essas cotas, ou seja, deve ser avaliado o mapeamento da demanda de negros, índios e pardos. O IBGE classifica pardos e negros em um mesmo grupo, pois se assemelham quanto à questão financeira.

Porém, no decorrer da elaboração de minha pesquisa, verifiquei que trabalhos que assumiam uma postura contra a implementação das cotas usavam como um dos seus argumentos o fato de que, no ano de 2005, o grupo dos pardos e negros havia obtido um bom percentual de aprovação no vestibular.

Diante desse fato, podemos questionar até onde pode ser prejudicial colocar no mesmo grupo os pardos e os negros, já que, mesmo que mostrem semelhanças em suas condições financeiras, cada um possui realidades e necessidades distintas. Ao fazer a devida separação de negros e pardos nos dados apresentados pelos trabalhos contra as cotas, percebemos que a porcentagem de negros que ingressaram na UFC é muita baixa e, mesmo com a adoção do sistema de cotas, a questão racial ainda é colocada em segundo plano.

A própria criação de ações afirmativas já é por si só um marco de grande importância, não apenas no meio universitário, mas em todos os campos da sociedade, pois, além de assumir que existem mazelas preocupantes na sociedade, essas iniciativas se tornam um meio de extrema importância para apaziguar e reparar falhas do passado e do presente.

Ao longo de toda a trajetória de minha pesquisa, percebi que o sistema de cotas é muito mais que uma ação afirmativa, é um modo de possibilitar uma maior representatividade para grupos que historicamente foram marginalizados pela sociedade. No caso das cotas raciais, estas representam um símbolo de

reconhecimento de identidade, pois, a partir das entrevistas realizadas, vemos que em algumas trajetórias a própria autodeclaração de negro do indivíduo já é um fato complexo, pois a todo momento é visto, ou de forma jocosa ou de forma violenta, que ser negro é algo negativo.

Ao analisarmos a história da sociedade brasileira, percebemos que teorias como a do mito da democracia racial e das três raças puras serviram de explicação para a origem de nossa diversidade racial. Com base nisso, durante anos se pensou que não havia preconceito, já que nossa sociedade era composta por um povo miscigenado, e esse pensamento ainda está presente. Podemos perceber isso no discurso daqueles que são contra o sistema de cotas.

Com o passar do tempo, debates a respeito da questão racial vêm surgindo como uma forma de afirmar que existem distinções e discrepâncias entre as raças, e, após anos de negação dessa questão, é necessário criar medidas que provoquem mudanças imediatas e em longo prazo, justificando a criação de ações afirmativas de inclusão.

Em toda a trajetória da implementação do sistema de cotas, o debate sobre a questão racial sempre existiu. A classificação racial como critério para as cotas proporcionou diversas opiniões divergentes. No decorrer desta pesquisa, percebi que a ideia de sermos um povo miscigenado e, por isso, haver como classificar quem é negro ou não ainda é muito presente, tanto na universidade como na sociedade. Muitos afirmam que o critério de cotas raciais não se justifica, pois na sociedade brasileira não haveria distinção entre raças. Porém, com base nos dados obtidos nas atas dos grupos de trabalho de 2005 e 2006, bem como na construção das trajetórias dos alunos cotistas, percebemos que a distinção racial existe e é imposta socialmente para aqueles que sofrem diretamente o preconceito racial. Percebi que um dos fatores que prejudicam a discussão desse fato é a própria negação de tal preconceito.

Nos relatos tanto dos alunos cotistas como dos professores que participaram dos grupos de trabalho, foi informado que as cotas sociais têm um caráter mais legítimo que as cotas raciais. Tal fato pode ser visto na própria estruturação do sistema de cotas, que prioriza a questão social em detrimento da questão racial. A partir dos relatos dos alunos cotistas, percebeu-se que, apesar de a política de cotas proporcionar uma maior inclusão para alunos de origem humilde, não necessariamente ela possibilita a inclusão de negros na universidade, pois toda a

complexidade da questão racial foi reduzida a uma autodeclaração que os alunos deve fazer no ato da seleção para o ensino superior.

Apesar de o sistema de cotas proporcionar maior inclusão aos alunos oriundos de escolas públicas, percebi no decorrer da pesquisa que, na própria seleção do sistema de cotas, contraditoriamente, há uma exclusão de grande parte desses alunos, pois dentro do grupo das escolas públicas estão inclusas as ditas escolas públicas de elite, como as escolas militares e as escolas técnicas.

A partir da construção das trajetórias dos alunos cotistas, percebi que todos os três alunos entrevistados tiveram o diferencial de estudarem nas escolas técnicas, e eles afirmam que, se não tivessem cursado tal escola, talvez não teriam obtido sucesso na seleção para a universidade. Diante disso, percebo que, atualmente, o próprio sistema de cotas gera uma concorrência desleal perante os alunos de outras escolas públicas, já que estes competem com alunos que têm uma educação diferenciada frente às demais escolas públicas.

Desde os debates ocorridos no GT de 2005 e no GTPAA de 2005/2006, era afirmado que, para a política de cotas obter sucesso, seria de vital importância que a universidade tivesse meios que auxiliassem financeiramente os alunos cotistas. Desde a implementação dessa ação afirmativa, a UFC fornece bolsas de auxílio para os alunos cotistas, objetivando que estes possam concluir seus cursos no tempo solicitado. Porém, com base nos dados fornecidos através dos relatos dos alunos cotistas, percebo que tais bolsas são escassas ou seu valor é insuficiente para proporcionar o custeio da permanência do aluno na universidade. Foi-me informado que diversos alunos desistem de seus cursos, pois não têm condições financeiras de permanecer na universidade; um exemplo é a situação dos alunos cotistas de Medicina, que consiste em um curso integral, impossibilitando que os alunos trabalhem. Como já foi mencionado pelos integrantes do GT e do GTPAA, é impossível que a política de cotas, verdadeiramente, seja eficaz, se a universidade não proporcionar suporte para que essa ação afirmativa se sustente.

Em suma, ao longo de todo o trajeto de minha pesquisa, percebi através dos relatos tanto dos professores como dos alunos cotistas que o sistema de cotas proporciona uma nova realidade para a UFC, já que, a partir dessa ação afirmativa, alunos que nunca cogitaram ingressar em uma universidade federal agora têm uma possibilidade de serem inseridos no ensino superior. Cursos que anteriormente eram

compostos por alunos oriundos de escolas particulares e de classe social privilegiada agora dividem suas salas com alunos vindos de realidades distintas.

Teve-se como base a teoria elaborada por Neusa Gusmão (2011), que afirma que a diferença é algo que se produz socialmente através de um sentido simbólico e histórico. Já a diversidade está atrelada à cultura e está ligada às condições objetivas da vida, aos sentimentos, às emoções e às representações do que o indivíduo vivencia. Podemos afirmar, em caráter simbólico, que realmente o sistema de cotas promove a existência da diferença dentro da universidade, porém a existência das cotas não nos dá a garantia de que ela promoverá a diversidade, pois a presença de negros e pobres dentro do espaço acadêmico não garante que estes sejam, em termos culturais, emocionais e físicos, respeitados e incluídos como os demais alunos.

Pessoalmente, acredito ser de fundamental importância a existência de ações afirmativas como o sistema de cotas. Se um dia almejarmos ter uma “Política da Diferença” na UFC, é preciso termos a consciência de que essa mudança é um processo lento, mas que poderá ter um grande impacto tanto na promoção da diversidade como da própria valorização da importância da questão racial na UFC.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C.M.M. de. A recusa da “Raça”: Anti-Racismo e Cidadania no Brasil nos anos 1830. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, 2005.

_____. de. **Onda negra, medo branco**: O negro no imaginário das elites. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. **Racismo e anti racismo na perspectiva de estudantes universitários de São Paulo**. 2003. 127f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. Coleção Brasileira. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Nacional, 1959.

BASTOS, Ana Claudia Marques. Cotas nas universidades: a defesa de uma professora parda. In: HOLANDA, Cristina Rodrigues (Org.). **Negros no Ceará**: história, memória e etnicidade. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará / SECULT/ Imopec, 2009, p. 233-239.

BELLONI, Isaura. Política de ação afirmativa para a democracia e a igualdade. In: MORHY, Lauro (Org.). **Universidade em questão**. v. 1. Brasília: UnB, 2003, p. 455-468.

BENTO, M. A. Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira**: será esse o caminho? v. 92. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **As cotas na universidade pública brasileira**: será esse o caminho? Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **Coleção Educação Para Todos**: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: MEC/UNESCO, 2004.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

_____. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 4.228, de 13 de maio de 2002. Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

_____. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO. ENEM: **relatório Pedagógico 1999**. Brasília, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO. ENEM: **Relatório Pedagógico 2000**. Brasília, 2000.

INEP/MEC. ENEM: **Relatório Pedagógico 1999**. Brasília, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO. SEEC. **Censo Escolar 2000**. Brasília, 2000.

BRASIL. **Plano Nacional de Direitos Humanos II**. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

_____. **Plano Nacional de Direitos Humanos III**. Brasília: SDH/PR, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique (Coord.). **Corpo e alma do Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CANDAU, Vera Maria. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Vera Maria. **Culturas e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 13-38.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2005.

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita. Cotas para estudantes negros no Brasil. Fórum de Antropologia do/no Brasil. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DISCRIMINAÇÃO RACIAL , XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. III, 31 de ago. a 8 de set. 2001. Durban – África do Sul. Anais... Durban – África do Sul, 2001.

Disponível em: < <https://www.oas.org/dil>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

COSTA, André. **Escritos sobre racismo, igualdade e direitos**. Separata. Fortaleza: Instituto Afirmação de Direitos Igualdade e Justiça, 2009.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Coleção Florestan Fernandes. São Paulo: Difel, 1972.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Brasília: UnB, 1963.

_____. Sobrados e Mucambos. In: Santiago (Org.). **Intérpretes do Brasil**. vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilera, 2000.

FRY, Peter. **A persistência da raça**: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Politics, Nationality and the Meanings of Race in Brazil**. Daedalus, vol. 129, n. 2, 2000, pp. 83-118.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1926.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AÇÕES AFIRMATIVAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: O CONTEXTO PÓS-DURBAN. 20-22 set. 2005. **Anais...** Brasília: Ministério da Educação, Câmara Federal, 2005. Disponível em: <www.fflch.usp.br/sociologia/asag/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia, Diversidade e Educação: um campo de possibilidades. **Revista Eletrônica Ponto e Vírgula. Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências sociais da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, 2011, p. 32-45. Disponível em: <www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n10/artigos/pdf/pv10-04-gusmao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. Desafios da Diversidade na Escola. **Revista Mediações**, Londrina, vol.5, n. 2, p. 9-28, jul./dez. 2000.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para discussão nº 807. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IBGE. Estudos sobre a composição da população do Brasil segundo a cor. Estudos de Estatística Teórica e Aplicada. **Estatística Demográfica**, Rio de Janeiro, n. 11, 1950.

JACCOUD, Luciana (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial**: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

_____. **O combate ao racismo e à desigualdade**: o desafio das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: IPEA, 2008.

LOPES, Cristina (Org.). **Cotas raciais**: por que sim? 2. ed. Rio de Janeiro: IBASE/Observatório da Cidadania, 2006.

MACEDO, Elizabeth. **Por uma Política da Diferença**. Cadernos de Pesquisa, vol. 36, n. 128, maio/ago. 2006, p. 327-356.

MAGGIE, Yvonne. Anti-racismo contra leis raciais. **Interesse Nacional**, São Paulo, ano 1, n. 3, , out./dez. 2008, p. 29-38.

_____. **Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas**. Horizontes Antropológicos, ano 11, Porto Alegre, 2005, p. 286-291.

McCARTHY, C. **Racismo y curriculum**. Madrid: Morata; La Coruña: Fundación Paidéia, 1994.

McLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MOEHLECKE, S. **Ação Afirmativa**: História e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, nov. 2002, p. 197-217.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, São Paulo. v. 19, n. 1, nov. 2006. p. 287-308. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 11 maio 2015.

ORTIZ, Renato. **Cultura e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PENHA-LOPEZ, Vânia. **Pioneiros**: cotistas na universidade brasileira. São Paulo: Paco, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, C.L.A. Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo, n. 15, 1996.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Os mestiços brasileiros. **Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, 1890.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**: trajetórias, limites e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SCHWARCZ, L. M.; MAIO, M. C. A Pedagogia Racial do MEC. **Folha de São Paulo**. Opinião, Tendências/Debates, São Paulo, 16 jun. 2005.

SCHWARCZ, L. M. Questão Racial e Etnicidade. In: MICELI, Sergio. **O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

SILVA JÚNIOR, L.C. A criação de reserva de cotas para estudantes “negros” e pardos” nas universidades brasileiras: uma tentativa de resgate histórico ou uma violação à igualdade social? **Revista Persona**, Buenos Aires, v.69, nov./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistapersona.com.ar/Persona69/69Craveiro.htm>>. Acesso em: 01 maio 2015.

SOUZA, J. **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SOUZA, Jesse. Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. **Estud. afro-asiát.** [online]. Rio de Janeiro, n.38, p.135-155, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200007>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Anuário estatístico 2009**: base 2008. Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/images/stories/_files/auniversidade/anuario_estatistico/anuari_oestatisticoufc_2009.pdf>. Acesso em: 08 out. 2015.

_____. **Anuário estatístico 2010**: base 2009. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/images/stories/_files/auniversidade/anuario_estatistico/anuari_oestatisticoufc_2010_base_2009.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2015.

_____. **Anuário estatístico 2015**: base 2014. Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.ufc.br/portal/images/stories/_files/auniversidade/anuario_estatistico/anuari_oestatisticoufc_2015_base_2014.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

_____. Reitoria. **Ata da reunião do Grupo de Trabalho (GT)**, realizada no dia 4 de março de 2005. Fortaleza, 2005.

_____. Reitoria. **Ata da reunião do Grupo de Trabalho Políticas de Ações Afirmativas (GTPAA)**, realizada no dia 6 de março de 2006. Fortaleza, 2006.

_____. Reitoria. **Relatório final do Grupo de Trabalho Políticas de Ações Afirmativas (GTPAA)**, realizado no dia 7 de agosto de 2006. Fortaleza, 2006.

_____. **Ata da 11ª Sessão Extraordinária do CEPE**, realizada no dia 17 de junho de 2005. Fortaleza, 2005.

VALENTIM, D. **Políticas de ação afirmativa e ensino superior**: a experiência da UERJ na perspectiva dos professores da Faculdade de Direito. 2005. 188f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

APÊNDICES

Apêndice 1**Modelo de questionário adotado****Nome:****Telefone para contato:****E-mail:****QUESTIONÁRIO****1. Sexo:**

- Masculino
 Feminino

2. Idade:

_____ anos completos.

3. Estado Civil:

- Solteiro(a)
 Casado(a)
 Separado(a) / Divorciado(a)
 Viúvo(a)
 Vivo com companheira
 Vivo com companheiro

4. Naturalidade:

- Brasileiro(a)
 Estrangeiro(a) naturalizado(a)

Qual país? _____

5. Estado de origem: _____

Município de origem: _____

6. Em seu município de origem, você morava na região:

- Urbana (cidade)
 Rural (fazenda, sítio, chácara, aldeia, vila agrícola etc.)

7. Município em que você mora hoje: _____**8. Em que bairro você mora:** _____

9. Com quem você mora? (múltipla escolha)

- Pais
- Cônjuge
- Companheiro(a)
- Filhos
- Sogros
- Parentes
- Amigos
- Empregados domésticos
- Outros
- (ou) Sozinho(a)

10. Quantos irmãos você tem?

- Nenhum
- Um
- Dois
- Três
- Quatro
- Cinco
- Mais. Quantos ao todo? _____
- Não sei.

11. Quantos filhos você tem?

- Nenhum
- Um
- Dois
- Três
- Quatro
- Cinco
- Mais. Quantos ao todo? _____
- Não sei

12. Atualmente você:

- Apenas estuda
- Trabalha e estuda
- Apenas trabalha
- Está desempregado(a)
- Está de licença ou incapacitado de estudar / trabalhar
- Está aposentado(a)
- Não trabalha nem estuda

13. Qual é o seu trabalho ou sua ocupação principal? _____

14. Qual sua renda individual mensal?

- Menos de 1 salário mínimo (até R\$787,00)
- De um a dois salários mínimos (entre R\$788,00 e R\$1.576)
- De dois a cinco salários mínimos (entre R\$1.576 e R\$3.940)
- De cinco a dez salários mínimos (entre R\$3.940 e R\$7.880)
- De dez a quinze salários mínimos (entre R\$7.880 e R\$11.820)
- De quinze a vinte salários mínimos (entre R\$11.820 e R\$15.760)
- De vinte a quarenta salários mínimos (entre R\$15.760 e R\$31.520)
- De quarenta a sessenta salários mínimos (entre R\$31.520 e R\$47.280)
- Mais de sessenta salários mínimos (acima de R\$47.280)
- Prefiro não declarar

15. Qual é a sua renda familiar mensal?

- Menos de 1 salário mínimo (até R\$787,00)
- De um a dois salários mínimos (entre R\$788,00 e R\$1.576)
- De dois a cinco salários mínimos (entre R\$1.576 e R\$3.940)
- De cinco a dez salários mínimos (entre R\$3.940 e R\$7.880)
- De dez a quinze salários mínimos (entre R\$7.880 e R\$11.820)
- De quinze a vinte salários mínimos (entre R\$11.820 e R\$15.760)
- De vinte a quarenta salários mínimos (entre R\$15.760 e R\$31.520)
- De quarenta a sessenta salários mínimos (entre R\$31.520 e R\$47.280)
- Mais de sessenta salários mínimos (acima de R\$47.280)
- Prefiro não declarar

16. Qual o grau máximo de escolaridade de seu pai?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

- Amarelo (oriental)
- Indígena
- Prefiro não declarar

24. Você acredita que as formas de preconceito étnico (por cor da pele) no Brasil:

- Ainda são muito fortes e prevalentes, e não vão mudar
- Ainda são muito fortes e prevalentes, mas estão diminuindo
- Não são mais tão prevalentes, o preconceito tem diminuído consideravelmente
- Não são mais tão prevalentes, mas ainda vai demorar muito tempo para diminuir
- Quase não há mais preconceito
- Não há preconceito

25. Você identifica algum preconceito de classe ou de raça no Ceará? (múltipla escolha)

- Não
- Sim, contra brancos
- Sim, contra negros
- Sim, contra afro-descendentes de um modo geral (negros, pardos, mulatos e cafuzos)
- Sim, contra índios
- Sim, contra pobres

26. Qual a sua opinião a respeito dos programas de cotas nas universidades públicas?

Apêndice 2

Entrevistas realizadas com professores participantes do GT de 2005 e do GTPAA de 2005/2006

Entrevista com René Barreira

Em 21/06/2016, fui até a residência do professor René, o qual me recebeu prontamente e muito interessado em participar da pesquisa, pois, segundo ele, poucas pesquisas haviam sido feitas em relação a esta trajetória do debates de cotas. Afirmei ao professor que esse momento consistia não em uma entrevista formal, mas em uma conversa informal na qual poderíamos abordar todos os pontos relevantes aos acontecimentos de 2005.

Ao começar nossa conversa, narro que, ao iniciar minha pesquisa, verifiquei que, antes da adoção da Lei de Cotas, houve uma série de debates relacionados às cotas e à questão racial dentro da UFC. Referente a isso, o professor relembra que foi instituído, em 2005, um GT que tinha como objetivo discutir se deveríamos adotar ou não o sistema de cotas, e, ao final, foi enviado um relatório para o Conselho Universitário; porém, na opinião da maioria dos conselheiros, seria melhor a UFC esperar a decisão do Congresso Nacional perante o trâmite da Lei nº 3.627/2004. O professor relata que, durante essas discussões, vários setores se manifestavam favoráveis às cotas como uma estratégia de democratização da universidade; em contrapartida, outros setores achavam que as cotas poderiam comprometer a qualidade de ensino das universidades. René afirma que sempre apoiou que a universidade se empenhasse na democratização dos cursos, mas que também deve haver um empenho não apenas no acesso à universidade, mas também na permanência dos alunos na universidade. René afirma que, além das cotas étnicas, devem existir as cotas sociais, e, em relação ao receio da queda de nível educacional na universidade decorrente da existência de cotas, diversos estudos mostram que tal afirmativa é irreal e que a adoção de cotas de maneira alguma compromete a qualidade do ensino, e que, além disso, diversas atividades são realizadas com a finalidade de obter o nivelamento dos alunos.

O professor informa que o motivo de as cotas sempre terem sido uma estratégia de democratização da instituição é o fato de que a educação sempre foi

seletiva no âmbito econômico e social, haja vista o déficit de matrícula no ensino superior. Essa discussão coincidiu com a expansão do ensino superior, através do aumento do número de vagas e da criação de novas universidades federais, bem como da criação e implantação de dois programas de inclusão: o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), através dos quais houve um aumento na oferta do ensino superior, não apenas nas instituições federais, mas também nas estaduais e particulares.

Comento com o professor que, ao analisar a ata do GT realizado em 2005, percebi que departamentos como o da Faculdade de Educação foram amplamente favoráveis à implementação das cotas, porém departamentos dos cursos ditos de elite afirmavam que não bastava adotar as cotas, deveria haver meios para que o aluno permanecesse na universidade, principalmente na realidade de cursos como Medicina e Odontologia, que são cursos caros, nos quais sempre se verificou a entrada de alunos de classes sociais privilegiada, por isso foi proposta a criação de uma bolsa de auxílio. Diante disso, o professor comenta que os setores contrários afirmavam que as cotas prejudicariam a qualidade do ensino e que esses alunos de baixa renda não obteriam permanência por muito tempo em seus cursos. Como solução para isso, foram criadas várias ações afirmativas, como: expansão do programa de residência universitária, restaurante universidade, bem como bolsas de manutenção para que esses estudante historicamente excluídos da universidade tivessem condições de concluir o curso no tempo necessário de 4 a 5 anos.

Exponho para o professor que um fato que me chamou a atenção na ata do GT foram as declarações do departamento de Engenharia, que colocam em pauta o assunto, ainda hoje polêmico, da não existência de negros no Ceará. Esse pensamento justificaria a não adoção das cotas, por não haver sentido em implementar essa ação afirmativa em um local no qual não haveria contingente necessário de negros para tal. Porém, na própria ata, pelas palavras da professora Fátima Vasconcelos, e em minha própria pesquisa, comprova-se que tal afirmativa é irreal. Para o professor Renê, esse pensamento de que não existem negros no Ceará é uma visão estereotipada, porém logicamente que nosso contingente é menor no que o de outros estados.

Comento com o professor que notei que, antes mesmo de toda a discussão em relação ao sistema de cotas, a UFC já teve experiências com as

ações afirmativa. O professor Renê informa que, durante sua gestão, foi ampliada a presença de estudantes africanos e afrodescendentes oriundos de diversos países, como Cabo Verde, Guiné Bissau dentre outros, isso possível através do programa do MEC. Após isso, veio a implementação da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). O professor relembra que ele e Maria Elias integraram a comissão nacional que foi responsável pela implementação da Unilab. Inicialmente, foi proposto que 100% das vagas seriam para alunos vindos diretamente da África, porém o professor discordou dessa porcentagem e propôs que fossem destinadas 50% das vagas a africanos e o restante para alunos daqui. Diante disso, Renê afirma que houve dificuldade para a implementação da Unilab, e o papel do Estado foi decisivo, através da Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior (Secitece), com a destinação de 7 milhões de reais para a desapropriação de mais de 100 hectares de terra em Redenção e para a reforma do centro administrativo municipal. Esse apoio foi de fundamental importância para que a Unilab fosse implantada. Segundo o professor, tal ação se tornou um grande símbolo da ideia da universidade inclusiva.

Relembro junto ao professor uma ação afirmativa que ocorreu antes dos debates das cotas, que foi a Lei do Boi, e pelo que notei, junto à própria ata do GT de 2005, tal ação afirmativa, que destinava 50% das vagas para filhos de agricultores, não foi recebida com sucesso, pois houve um grande preconceito por parte dos outros alunos que ingressaram pela seleção normal. Pergunto ao professor se tal experiência influenciou negativamente o pensamento do corpo docente perante a adoção de cotas. O professor Renê afirma que não poderia emitir opinião sobre esse fato, já que não participou desse período.

No decorrer da conversa com o professor Renê, destaco o caráter ímpar de sua gestão, já que foi nela que houve pela primeira vez debates relacionados à possibilidade da adoção do sistema de cotas e assuntos relacionados à questão racial. Pergunto ao professor, já que não havia muitas informações, como era a questão dos alunos indígenas, já que estes vinham de uma educação diferenciada, e tomando a UnB como comparação, onde tais alunos eram inseridos na universidade sem uma devida adaptação ao corpo acadêmico, questiono o professor se a UFC tinha alguma preocupação com essa temática. O professor destaca que o foco era a inclusão étnica como um todo e relembra que, durante sua gestão, foi implantado um curso de graduação junto

com o MST (Movimento dos Sem Terra) chamado Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Esse programa, criado pelo MEC, possibilitou a criação de um curso de pedagogia ofertado na própria Faculdade de Educação destinado a integrantes do MST. A experiência junto ao MST não foi apenas com esse programa, já que eram ofertados cursos de férias para integrantes do Movimento, como forma de inclusão social.

Seguidamente, relembro ao professor que, após o GT realizado em 2005, no decorrer desse ano e no ano de 2006, foi criado o GTPAA, que visava realizar atividades relacionadas à temática da adoção das cotas. Porém, tais ações não obtiveram sucesso em relação à implementação do sistema de cotas, e apenas em 2012 foi implementada a lei que já estava em trâmite no Congresso desde 2004. Questiono o professor sobre a questão de a lei ser federal e qual a importância de se analisar a realidade de cada universidade. O professor afirma que é muito importante o fato dessa lei estar no âmbito federal, até por causa da facilidade de sua própria estruturação, porém se deve ter o cuidado de analisar a complexidade de cada realidade social em que a universidade está inserida.

Exponho para Renê Barreira o questionamento que obtive do professor Gabriel, do departamento de Estatística, que argumentou acerca da falha ao desconsiderar escolas públicas de elite, como escolas militares, visto que estas têm o direito de participar do sistema de cotas. O professor comenta que essa questão confirma a importância de se levar em consideração a rede de ensino, em detrimento de qualquer outro fator. Outro fato que o professor coloca é o de diversos alunos que são bolsistas em escolas particulares, pagando um pequeno valor de mensalidade, mas são excluídos da lei por terem frequentado escolas particulares; ou seja, esses alunos, que muitas vezes vêm de origem humilde, são esquecidos pelo formato da lei.

Na continuidade de nossa conversa, coloco em pauta o estudo que realizei com base nas teorias de Gilberto Freyre. O professor Renê concorda comigo que o dito mito da democracia racial proporciona grandes prejuízos para nosso contexto social. Segundo o professor, é incompreensivo acreditar em tal mito, já que é nítida a discrepância de oportunidade que existe na sociedade. **Acerca desse assunto, ressalto que muito me surpreendeu o discurso do departamento de Informática, na ata do GT de 2005, pois um determinado**

professor afirmava que não enxergava tal preconceito racial; porém, ao analisar brincadeiras com cunho de preconceito, o professor percebeu que, mesmo de forma jocosa, tal preconceito é muito presente. Com isso, pergunto ao professor se ele acredita que o sistema de cotas seria uma espécie de arma contra o preconceito racial. O professor afirma que o sistema de cotas pode ser a maior arma contra o preconceito, já que a universidade se torna um espaço de maior integração, de uma ação compartilhada. É importante encontrarmos, no meio universitário, pessoas de diferentes classes sociais e etnias, este deve ser um espaço de convivência democrática. **Outro fator que questiono ao professor Renê é a percepção dos próprios professores universitários perante essa nova realidade, especialmente professores que lecionam em cursos como Medicina e Direito, os quais culturalmente nunca vivenciaram esta realidade. Pergunto ao professor se, em 2005, já havia algum planejamento para o desenvolvimento de ações que preparassem esses professores para a realidade das cotas.** O professor relata que, nesse período de 2005, não houve essa preocupação em preparar os professores, pois estavam muito mais preocupados em democratizar o ensino, mas que essa carência do preparo do professor é uma verdade, pois, com a entrada de outras etnias nas universidades, é importante dar um enfoque a esse fato. **Quanto a esse assunto, comento com o professor que esse questionamento surgiu desde minha graduação na UnB, onde percebia que os professores, muitas vezes, se sentiam perdidos diante dos alunos indígenas e cotistas; havia um receio de como se relacionar com esse novo contexto.**

Comento, ainda, minha experiência de estágio à docência junto aos alunos do curso de Gestão em Políticas Públicas e afirmo que muito me surpreendeu o fato de que, apesar de serem jovens, se mostraram pessoas engajadas nas mais diversas causas. Como a sala era formada por 50% de alunos cotistas, afirmo que me surpreendi que naquele meio a interação entre cotistas e não cotistas acontecia sem a existência de discriminação ou qualquer tipo de segregação. Tal surpresa se deve ao fato de que, no período em que frequentei a UnB, percebi um “campo minado” entre cotistas e não cotista, mas, em minha experiência com esses alunos de Gestão em Políticas Públicas, notei um meio pacificado entre os alunos. Digo ao professor que acredito que isso se deve ao fato de aquela turma ser a primeira turma após a

adoção do sistema de cotas e de serem alunos já oriundos do ENEM. O professor argumenta que isso se deve ao fato de o sistema de cotas proporcionar uma maior interação entre indivíduos diferentes. **Narro ao professor o caso de racismo que ocorreu no ano de 2015 com um aluno de Engenharia de Pesca, o qual sofreu agressões verbais por meio das redes sociais por parte de outros alunos do mesmo curso. Diante do caso, a UFC divulgou uma nota que afirmava o desconhecimento da existência de atos de racismo dentro do espaço universitário. Tal fato se assemelha a um episódio ocorrido na UnB, em que alunos oriundos da Angola sofreram preconceito racial e a universidade emitiu uma nota semelhante à da UFC. Pergunto ao professor se o sistema de cotas pode ser um meio para combater episódios como esses.** O professor me responde seguramente que sim e me demonstra o exemplo da criação da Unilab, situação em que se defendeu que não houvesse apenas estudantes africanos, mas também estudantes brasileiros, a fim de evitar uma segregação, pois, se tivéssemos apenas estudantes africanos, ocorreria, seguramente, uma segregação, por isso o pedido de reservar 50% das vagas para africanos e deixar o restante para brasileiros.

Indago ao professor qual é o seu pensamento em relação à importância da adoção do ENEM. Ele, então, afirma que sempre foi a favor do ENEM, mesmo tendo havido resistência em alguns setores das universidades, inclusive nas três universidades estaduais. Em sua experiência como Secretário, juntamente com o governador Cid Gomes, se empenhou para que fosse concretizada a adoção do ENEM pelas universidades. Para o professor, o ENEM sempre foi um grande avanço no sistema de acesso ao ensino superior.

Ressalto para o professor que a UnB relutou bastante em aceitar o ENEM, já que esta universidade muito se orgulhava de seu processo seletivo. Diante disso, o professor também lembra o caso das universidades de São Paulo, que, no primeiro momento, foram contra essa mudança. **Eu e o professor Renê comentamos que o ENEM vem para democratizar o acesso, e como foi me dito pelo professor Gabriel, do departamento de Estatística, a UFC, ao contrário da UnB, teve no ENEM sua principal ferramenta de aumento no número de vagas, e não pelo sistema de cotas.** Nesse momento, o professor Renê afirma que, além disso, houve a importante expansão, com interiorização da UFC para a região de Sobral e para a região sul do estado.

Renê comenta que, no período em que foi vice-reitor, foram implantados em Barbalha e em Sobral os cursos de Medicina, e, quando se tornou reitor, introduziu cinco novos cursos. Posteriormente, os campi da UFC que já existiam no Crato, em Juazeiro e em Barbalha se transformaram em três universidades federais, mas, mesmo assim, um dos menores investimentos para ensino superior público se dá em nosso estado, bem inferior a outras regiões do país. Renê afirma que isso se deve à omissão de nossa elite política, que não lutou para a criação de novas universidades, pois hoje, além de termos três universidades, a UFC vem expandindo e consolidando sua interiorização.

Renê relembra que, quando houve a criação dos cursos de Medicina e a interiorização da UFC, muitos setores foram contra, pois temiam o comprometimento da qualidade do ensino. Porém, com o tempo, percebeu-se que isso não ocorreu, já que se concretizou a expansão de forma muito bem conduzida, o que proporcionou a presença da UFC em diversas regiões, não apenas de cursos de graduação, mas também de mestrados e doutorados.

Pergunto ao professor se, em sua gestão, que se diferenciou pela implementação de discussões referentes à temática diversidade, como reitor, ele encontrou barreiras para implementar todas as ações que foram criadas e discutidas. O professor me afirma que, com exceção das cotas, as demais ações e implementações não tiveram tantas barreiras, já que ele era oriundo do movimento estudantil; em seguida integrou o movimento docente; durante dois anos foi dirigente da Adufc e, posteriormente, exerceu 2 mandados de diretor do Centro de Humanidades; foi vice-reitor e seguidamente reitor; ou seja, tinha todo um histórico para que obtivesse uma boa relação com os três segmentos (corpo docente, discente e servidores) e, além disso, uma excelente relação com os movimentos sociais.

Ao final de nossa conversa, pergunto ao professor se ele acredita que o sistema de cotas deve sofrer melhorias e se deve permanecer. O professor afirma que deve permanecer, pois é muito cedo para se pensar em uma universidade sem cotas, já que se defende a democratização de oportunidades e acesso à universidade. Porém, o ideal é que cheguemos a um dia em que não se necessitará mais das cotas, mas tal dia ainda está muito distante. O professor lembra que o acesso por si só não é suficiente, deve haver um conjunto de ações afirmativas que possibilitem a esse aluno a plena permanência dentro da

universidade, para que obtenha um bom desempenho, como o restaurante universitário, o pleno acesso aos meios digitais, a expansão das residências universitárias e, também, que cada estudante cotista tenha uma bolsa auxílio em sua permanência universitária. Para o professor Renê, tal bolsa é um ganho tanto para o aluno como para a própria universidade.

Encerro minha conversa com o professor Renê enaltecendo sua importância não apenas na discussão do sistema de cotas, mas de toda a temática da diferença dentro da universidade. Ele se oferece para auxiliar na pesquisa no que for preciso.

Entrevista com Professora Fátima

Professora, a senhora colocou um ponto interessantíssimo que eu vi e posso até lhe mostrar depois. Eu peguei a ata da discussão de vocês, realmente tem pontos bem diversos no debate. Eu vi que, por exemplo, o pessoal do Direito que participou e o pessoal também da Estatística ficou um pouco preocupado com como se daria o funcionamento do sistema de cotas, achando que a UFC não estaria preparada para aquele momento ao assumir o sistema de cotas. É tanto que o relato da senhora eu acho até engraçado, pois lembra bastante o que a senhora está falando agora, o espanto, e a senhora até coloca aqui no depoimento que acha que tem resistência. Eu fui ao momento, ao encontro da Matilde Ribeiro com o reitor e vinha bastantes pessoas, o pessoal da comunicação, e realmente o reitor naquele momento colocava fim à questão crítica. Eu acho que foi o argumento mais levantado na reunião do CEPE, de que eu também participei, era a questão de que isso reduziria, poderia reduzir a qualidade do ensino. A ideia, e ninguém tinha lido o documento para afirmar isso, porque antes do documento qualquer pessoa que entrasse na universidade e tirasse acima de zero, não tendo concorrência, entraria em qualquer curso. O que define praticamente o patamar de acesso até aquele momento é a concorrência, então, ou seja, é bem o neoliberalismo mesmo, “né”. Então, com a proposta que nós fizemos no grupo de estudos, nós iríamos instituir sete como a média mínima para entrar, então a gente teria uma linha de corte, certo? E, apesar disso, o argumento principal era: “ah, vai cair a qualidade do ensino e tal”. Então, os cursos mais valorizados, Medicina, saúde, Direito, esses são os que apresentam, assim, mais, “né”.

Resistência. Eu acho que foi quase unânime, embora a gente contasse com a Ana, com o Luís Antônio, quer dizer, eram duas pessoas importantes na administração. A Ana participou de debate, convidou, por exemplo, a juíza, acho que era a reitora da Universidade de Paraná e era a juíza, e que lá no Paraná as cotas foram só cotas raciais e não foram sociais, isso durante o decreto, certo? **Certo.** Então, foi importantíssimo ela trazer essa discussão, o porquê do reconhecimento e que realmente a questão do racismo exigia cotas raciais. Então, qualquer aluno de escola particular no Paraná pode entrar na Universidade Federal do Paraná por cotas, mesmo que estude em escola particular, porque a compreensão é que a questão é de ordem racial.

Sim. Tem até a parte do departamento de Medicina que foi representado também nessa discussão e também de Odontologia. Eles alegavam que a preocupação de cotas também seria como se mantieram esses alunos após ingressar na universidade. Se a universidade proporcionaria uma bolsa auxílio, por se tratar de cursos caros. Mas isso estava previsto, todas as universidades do país que tinham adotado cotas, inclusive a UnB, receberiam verbas adicionais para implantação, então esse é mais um argumento falso, “né”. Então, esse argumento não procede, porque, na realidade, já existia ajuda para alunos de escola pública. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis já fornece bolsas, residência, “né”. E como isso já existia e não precisaria existir uma coisa muito a mais, mas isso era evidente, e a Matilde colocou, inclusive, “olha, a universidade quer adotar e o Governo Federal vai estimular, ajudando”, porque realmente esse argumento procede no sentido assim, e no documento que nós elaboramos também consta isso, que haveria tutorias, “né”. A gente se preocupou com essa parte e dentro da própria equipe isso era uma preocupação.

E, como você mesma coloca, é uma coisa estabelecida, não é? E até no caso da UnB, por exemplo, que tem especificidade dos alunos indígenas que vêm de uma educação e é uma outra questão aí. “Hurrum”. É colocada essa questão da tutoria para ele justamente, enfim, “né”, até se ajustarem dentro da universidade como um todo. De dispositivos administrativos, até, “né”. **Uma coisa que eu não vi na discussão, mas na formulação da minha própria pesquisa eu encontrei polêmicas em volta disso. É que, nessas primeiras universidades que adotaram o sistema de cotas, por não existir um padrão de seleção, posteriormente, quando foi implementada a lei por si só e colocando a**

obrigatoriedade da adoção do sistema de cotas até dois mil e dezesseis, “né”, agosto agora. Por exemplo, a UnB elaborou uma comissão no sentido de que deveria ser olhada a característica fenotípica dos indivíduos, e essa comissão avaliaria se esse indivíduo se encaixaria na etnia negra, indígena ou não, “né”. Não foi abordado isso aqui, e eu queria saber um pouco da senhora. Ah, mas isso foi a primeira coisa, e quem é negro foi a primeira pergunta, “né”. Aí a gente respondia: “olha, chame um policial e leve pra favela que ele sabe bem direitinho quem é negro e quem é branco, é bem rápido e eles não têm a menor dúvida. O sistema carcerário é bem claro, é o melhor sistema de triagem étnica”. Então, esse é outro argumento falso, todos esses argumentos são absolutamente falácias, “né”, digamos assim, tentar barrar a inserção da classe esfoliada, “né”, que sempre foi esfoliada, então sempre vem. Isso apareceu, mas logo os juristas e as pessoas que vieram aqui, por exemplo, quem foi uma pessoa que me falou muito? O Ivair, que era CEPIAS e que ele é do Rio de Janeiro. Duzentos processos foram abertos na UERJ quando foi implantado o sistema de cotas lá. Então, o primeiro vestibular, ainda era vestibular, “né”, já duzentos processos; desses, seis talvez tenham tido alguma procedência, o resto por lá foi barrado, “né”. Então, como se adotou o sistema da autodeclaração, é exatamente a questão da concepção do que é autodeclaração, certo? Quem é que pode dizer quem é você, “né”? Eu posso dizer que você é negro, por exemplo, você aceita? **Não, porque eu não me identifico, “né”.** Então, porque você pode dizer: “eu não sou negro”. **É verdade.** Ou não índia, como a gente, muito à vontade, a gente diz: “aquele cara é índio”? Mas aquele cara já usa short e fica com radinho ouvindo celular, e isso é ser índio? Quem é você para dizer isso? **Lógico.** “Tá” entendendo? Então, assim, mas isso nós entendemos do ponto de vista teórico, porque isso acontece, não é? Quer dizer, assim, o grupo dominante se arvora o poder, “né”, de definir o outro, o outro que se quer estranho. Porque o branco em geral não se define como étnico, étnico é o indígena e o negro. **Verdade.** Até o asiático. **Que já tem uma marginalização aí, “né”?** Mas o branco não é étnico, e, se ele não é étnico, ele supostamente estaria no lugar absoluto com modelos para definir quem é o estranho [risos], ele seria sempre o não-estranho, o não-estrangeiro, o não-diferente, o modelo, portanto. Então, essa discussão chegou, mas isso não foi muito aprofundado, como nenhum desses aspectos foi muito aprofundado pela comunidade acadêmica, porque a comunidade acadêmica ficou mais na defensiva, na resistência. Então, mesmo que exista como rebater esses

argumentos, nós incansavelmente e em muitos debates fizemos isso, não é uma questão de ordem racional, “né”? Não é uma falta de compreensão, é uma falta de aceitação, “né”. Não existem razões para uma pessoa não compreender os fundamentos..., existem razões e interesses para perpetuar o sistema de privilégios, então, você sustenta argumentos que não se sustentam, não é? **Com certeza.** Então, acho que foi um pouco isso, “né”? É tanto que, para os debates, a gente chamava a administração superior, a gente ia. A gente chegou a fazer um trabalho de ir às direções de centro. A cada direção, e eu participei de dois no Centro de Humanidades, nos colegiados, nas direções de centro, nós levamos a discussão como uma forma, já que eles chegaram num debate, a gente ir lá, e foi bastante incisiva a atuação do gestor. Mas a gente, em todos esses lugares, encontra sempre uma resistência até em discutir, em abrir a discussão.

A senhora acredita, professora, que muito desse fator, dessa resistência, é muito ocasionado, eu vejo muito isso na pesquisa, principalmente que eu morei muito tempo fora do Ceará, mas eu vejo muito isso aqui em Fortaleza e dentro da academia também: a negação de que exista racismo, muito pela questão de não se acreditar que existam negros. Eu acho que isso é outra falácia. É tão engraçado como esses argumentos são cômodos, você “tá” entendendo? A historiografia de fato, por algum tempo, ignorou, “né”, mas teoricamente hoje também a gente já compreende isso. Negar a existência de negro, negar o racismo pela não existência de negro é uma condição muito confortável para o latifúndio que enriqueceu à custa do trabalho escravo, e que tal a gente dizer que eles nunca nem existiram, ah que legal, “né”? Então, assim, não faz o menor sentido, certo? Uma vez que a historiografia esqueceu, hoje não, a historiografia já resgatou, e se a gente andar em qualquer lugar do Ceará, a presença negra é notória. Então, é um conjunto de manifestações e de coisas, a gente tem não sei quantas comunidades e para mais de vinte, e se a gente vir o mapa étnico do Ceará, a gente fica espantado como tem mais de oito etnias indígenas e mais não sei quantas comunidades quilombolas, e as comunidades quilombolas a gente nem identifica as etnias negras, porque realmente elas se perderam, “né”, e a gente não poderia dizer, assim, uma etnia. Em Pernambuco, talvez até a gente, “né”, verifique um pouco, e aqui a gente vê menos, mas não faz sentido você dizer que não tem. Eu acho que, na realidade, reconhecer o racismo é reconhecer que a nossa herança é escrava, não é? E que a nossa riqueza, esse é o problema, é, olhe, tem origem do

trabalho escravo, então tudo que ameaça o lucro precisa ser afastado. Esse é o fundamento básico de se ler o Carlos Moore, e ele vai mostrar a associação entre racismo, “né” e a... marxista, por exemplo, que ele vai dialogar e vai mostrar como o racismo é parte estrutural constitutiva do sistema capitalista, ele não é uma questão de cor. **Com certeza.** Ele não é uma questão de cor, podia ser amarelo, vermelho, a questão é essa, tanto que agora a gente caminhava para muito perto de uma indenização. **Eu me surpreendi muito.** Quando a gente chegou perto disso, houve toda essa reviravolta no país, quer dizer, todas as nossas conquistas estão perto de se realizar, e aí deu no que deu. “Tá” entendendo? Então, eu acho que é importante, assim, a gente, “ó”, é difícil, especialmente para a população de pele clara, não é admitir isso, porque isso não é uma coisa de um passado tão longínquo não, “tá” entendendo? Isso é bem, assim, anteontem... Se a gente for à Junta Comercial, os atuais fazendeiros ainda estão, e lá é possível perfeitamente reconhecer, “tá” entendendo? É muito recente.

Eu me surpreendi muito, professora, quando eu comecei a fazer a pesquisa e falei primeiramente com algumas pessoas ligadas à Estatística, por exemplo, até pegar dados de vestibulares passados, e me deparei com esse discurso da falta de entendimento do porquê de criar sistema de cotas se nós não tínhamos a etnia negra presente no Ceará. Isso me assustou muito, e vendo, pegando aqui a ata de vocês de reunião, eu esqueci agora quem falou, mas eu achei muito bacana que um professor até argumenta, é só olharmos para nós mesmos, olhar para qualquer pessoa que está do seu lado e identificar total a herança e sim da etnia negra, a presença do negro no Ceará. Por isso que eu lhe fiz essa pergunta, porque eu sinto que ainda hoje, ainda... Não, e basta que você vá na favela e no presídio. Então, de onde vieram essas pessoas? De marte? Não, elas estão aqui, só que elas estão. Eu advogo uma tese e é uma coisa que eu sustento no meu trabalho e eu encontro também apoio em outros pesquisadores, a Neuma, Eliane Cavaleira, de que há uma... eu chamo de invisibilidade seletiva, certo? Quer dizer, tudo aquilo que poderia alçar a população negra a uma condição de inclusão, de inserção, de êxito ela é propositalmente apagada, e tudo aquilo que poderia apontar para uma situação de desvantagem, de exclusão, “né”, de coisas, assim, negativas, elas são bastante... **Valorizadas, “né”. Se dá muita visibilidade. Então, essa coisa que, por exemplo, que a gente sempre soube que o Dragão do Mar é um herói cearense, mas há pouco tempo que a gente**

descobriu que ele era negro, “né”, porque antes ele era só o Dragão do Mar, não é?

Sim. O beato José Lourenço também é negro, mas ele é só beato José Lourenço não é? Então, há uma invisibilidade, mas essa invisibilidade ela acontece na escola, ela acontece em todos os lugares, isso é um dispositivo do racismo. O racismo funciona com esse dispositivo, quer dizer, que acaba acreditando realmente que os negros fazem tudo errado, eles não dão para certas coisas, porque não é para ele concorrer para essas coisas, e alguns são até, agora a gente até sabe ver na internet, e todo dia nas redes sociais tem mostrando como a população negra foi se beneficiando dessas oportunidades educacionais de bolsa, os programas de bolsas de Pibic, “né”, monitoria. Em todo momento a gente vê estudantes se destacando, “né”, e ao mesmo tempo essa estudante que ia para uma universidade americana e até o passaporte foi impedido. Eu esqueço agora o nome dela, mas até o passaporte que ela levou... e todo mundo nas redes sociais postando, torcendo para que ela fosse, e ela não tinha dinheiro e depois não tinha o passaporte. É uma coisa de impedir mesmo, e se a gente for examinar a história, a gente também vai ver que os negros foram impedidos de estudar, impedidos de ter acesso à educação, e os mesmos motivos e interesses que fizeram isso no passado eles continuam ativos no presente, e também a questão de não perder privilégio. No momento em que a gente tem um país inclusivo, então a gente tem direito, mas o direito é uma coisa quase imoral no Brasil, “né”, você vê que o direito é uma coisa ofensiva, as pessoas preferem ter... privilégio, e isso alimenta muito essa desigualdade, “né”. Mas eu acredito que nós estamos vivendo outro momento, um momento em que não dá mais pra retroceder, “né”. **Sim.** Uma das coisas que tu não falaste aí, mas que passou também e acho que eu ouvi isso na reunião do CEPE, agora não tenho bem lembrança se foi na reunião do CEPE, porque foram tantas discussões, mas uma das coisas que dizia, olha, até num programa que eu participei na TV, o entrevistador disse assim: mas olha, professora, mas não iria atizar o ódio racial? E você tá dizendo o quê, que a gente não deve falar em cota para que os racistas não fiquem desconfortáveis? É isso? Então, ele ficou assim incomodado, porque eu fui logo em cima. Porque, ora, agora que a gente, “né”, essa política deu resultado, mostrou, “né”, que de fato havia uma necessidade latente, “né”, disso, então o ódio racial realmente aumentou nesse sentido, a manifestação “né”. Quer dizer, a gente começou a ver coisas bárbaras que a gente não imaginava que ainda estivéssemos na era medieval “né”, quer dizer, assim, manifestações muito, muito primitivas.

Então, isso mostra que quem tinha essa preocupação tinha preocupação de não ser incomodado, e isso obriga na medida em que o movimento negro, “né”, faz essas demandas, conseguem impor uma pauta dentro do governo de políticas públicas para isso. Então, a resistência veio de uma forma poderosa, “né”, e isso dentro e fora na sociedade em geral, a gente “tá” vivendo uma crise de barbarismo, “né”. Quer dizer que não é uma regressão, é caindo a máscara. Tem até um texto do Guimarães que é bem interessante, que ele diz, o título é Tirando a Máscara. Exatamente, porque realmente caiu a máscara, e agora, enquanto o negro se mantinha no seu lugar, entre parêntese, “tá”, então os racistas podiam desfilarem confortavelmente, e aí saíram da zona de conforto, “né”.

Eu coloco muito na minha pesquisa, professora, a questão até de Gilberto Freire mesmo. Ele nunca falou da democracia racial por si só, mas foi algo estabelecido dentro da obra dele e dessa quase harmonia racial que existia dentro do Brasil, e foi uma coisa que foi disseminada até internacionalmente, que o Brasil seria isso, seria essa harmonia racial, essa miscigenação proporcionaria isso. A senhora acha que isso muito influenciou para essa questão racial que a gente tem na situação? Esse pensamento de acreditar que, com a nossa miscigenação, essa mistura, a gente teria essa falsa, essa utopia dessa harmonia racial? Eu acho que o racismo, no primeiro momento, “né”, ele é pensado como uma questão econômica, “né”, e teoricamente também a gente vê isso, e para a manutenção desse sistema de produção... é necessário criar teorias, porque você sabe que nenhuma violência se mantém só pela força, é preciso construir a força simbólica, “né”. Então, foi necessário construir um pensamento, “né”, primeiro, que desqualifique que o negro não é humano, e isso, no primeiro momento, a igreja é o braço ideológico, “né”, da escravização, mas logo depois a ciência vai também se ocupar disso para justificar. Então, é claro que o trabalho do Gilberto Freire contribui para isso. Mas eu vejo uma coisa interessante, a gente costuma estudar muito os nossos autores, e claro, a gente tem que pensar que o Gilberto Freire, “né”, é alguém ligado à elite canavieira. **Sim.** E a elite canavieira, ela tem uma importância muito grande, especialmente em Pernambuco, na manutenção de privilégios ainda hoje, “né”, quer dizer, quando ela perdeu, o açúcar perdeu a centralidade pelo café, em São Paulo, e a elite canavieira, ela vai começar a trabalhar bastante na preservação de um acervo cultural que ela vai tomar pra si como guardiã, “né”, como um poder. Porque ele é um polo cultural

importante no Nordeste, ele é um contraponto importante dentro do Brasil, vamos combinar, e isso não tem como negar, “né”. Mas tem, você vai a Recife, por exemplo, você vai lá visitar o Instituto Brennand, e o que é aquilo, “tá” entendendo? Aquilo ali recebe dinheiro público, aquilo é acervo, “né”, dos homens dos engenhos, entendeu? Então, naturalmente que era bem importante, o Gilberto Freire fez um trabalho importante, e eu acho que tem a ver com o contato, “né”, com a formação dele fora do Brasil, “né”, com o contato na França e em outros lugares. Mas, de qualquer forma, a França, se você tomar a França, apesar de ter legado para a gente o estado moderno, os ideais de fraternidade, igualdade e “tarara”, ela não abriu mão da escravidão. **Lógico.** “Né”, disseram “não, vou acabar com...” e foi uma questão de meses, aí depois retomou tudo de novo, porque se trata da reprodução da riqueza. Como é que aquela sociedade “tava” organizada para produzir? Então, assim, eu não acredito de modo algum nesse mito, acho que foi e se tentou construir esse mito da democracia racial e se tentou o enfraquecimento. A gente sabe dos teóricos que trabalharam, e havia a ideia de que embranquiçar a sociedade pela miscigenação iria melhorá-la, é uma ideia racista, porque, se não fosse miscigenado, então seria ruim? Ora, não há uma tese mais racista do que essa. Agora, por outro lado, eu adoro ter conhecido a obra do Gilberto Freire, porque, embora a intenção dele fosse essa, e a pesquisa dele é tão importante, é tão bem perfeita, que ela me dá mais dados sobre racismo do que qualquer outro pensamento antirracista. **É verdade.** Tudo que ele fala, ele só trouxe à tona, então, hoje, eu acho que ele deveria ser estudado como um testemunho do sistema escravista e de como o racismo vai se estabelecendo, porque ele faz uma etnografia muito bem feita e tudo, até porque ele conhece, ele foi usineiro, ele “tá” dentro da usina, então ele é herdeiro desse patrimônio, então isso é importante. Porque, então, eu reconheço a importância dele como pesquisador, porque pensou o Brasil e deu uma contribuição para a gente compreender. Porque o Brasil não conhece o Brasil, e o Gilberto Freire foi uma das poucas pessoas que deu uma enorme contribuição para o Brasil conhecer o Brasil. [risos]. Essa é a nossa história, então, como livro de história, precisamos tomar, assim como uma peça sociológica, um livro de história, e é absolutamente importante a obra dele, então eu não acho incontornável você não conhecer, mas daí a dizer que realmente a gente, muitos. Eu tive professores na França que realmente achavam, mas, “como o Brasil...!”. A França é racista, reconhece, “né”, é mesmo. Então, “mas vocês...!”. Todo mundo acha isso, aqui, um

paraíso, “né”, assim, visto de longe, “né”, e não basta que a gente chegue um pouquinho mais perto e a gente vê que esse telhado é de vidro e isso realmente não se mantém, “né”.

Um outro fato para a questão das políticas públicas, professora, eu notei aqui que tinham alguns departamentos aqui, e na Estatística também comentei isso, que eles ficariam um pouco receosos de adotar naquela época o sistema de cotas pela experiência que a UFC teve, por exemplo, com a Lei do Boi, que foi aquela política pública de inclusão que destinaria vagas para filhos de fazendeiros e agrônomos. No texto era que tinha produtor rural, e produtor rural era fazendeiro, e eles entraram na agronomia e na veterinária, “né”, os cursos para eles. Mas eu não via essa preocupação, nós foi que levamos isso lá para a reunião do CEPE: “Olha, vocês estão sendo contra a cota, mas a UFC já adotou cotas”. Existiam cotas assim e parece não ter provocado nenhum problema, porque como se alegava a questão de baixar a qualidade e que a pessoa entraria como se fosse com uma vantagem, a gente alegou isso e lógico que eles não “tavam” preocupados, eles não viam uma relação entre uma coisa e outra. **Tem um, me foge à memória o nome do professor, mas ele dá o relato de que alguns alunos foram discriminados pelos alunos que entraram por seleção normal, entre aspas.** Você vá no curso de Medicina e pergunte quantos filhos de fazendeiro tem hoje entre as cinquenta ou setenta vagas, aí você tem uma resposta como eles foram discriminados. E a mesma coisa na agronomia, chegue no estacionamento da faculdade de Medicina, não precisa entrar na faculdade, de lá você já vai saber, não é? **Verdade.** Então, onde “tá” essa discriminação?

Eu entrevistei um cotista de Medicina. Sim. Foi interessantíssimo. E aí, Victor? **Foi muito interessante, muito interessante, porque, assim, eu quis, primeiramente eu quis fazer as entrevistas. Fiz o meu trabalho de campo com o pessoal que eu dei aula pelo estágio do mestrado em Gestão em Políticas Públicas, curso novo que abriu, e foi interessantíssimo. Sendo que eu queria ter a fala de cursos de elite. Sim. Por isso que eu entrevistei o Diego, que foi até aluno da Bernadete antes de entrar como cotista. Na Medicina? Na Medicina, e também uma aluna de Direito. Na Medicina é bem mais gritante do que o Direito, apesar de no Direito também a Tamires me colocar relatos um pouco até assustadores com relação à falta de conhecimento do professor, e que isso também foi uma coisa que me chamou muita atenção, que se olha**

muito para a questão do corpo de alunos, mas se esquece também do corpo docente em si. O professor, olhando esse novo contexto que é colocado dentro da sala de aula, de como o aluno se vê em relação a isso. O Diego me relatou que, no primeiro momento, realmente houve já, como você fala, no próprio estacionamento, uma segregação ali, mas que, com o tempo, ele “tá” se adaptando em relação a isso. Mas teve um determinado professor que ele sentiu uma falta de acreditar que aquele aluno poderia realmente prosseguir dentro do curso, não por falta que ele pudesse pagar ou não os equipamentos, mas por falta de competência. Isso me chocou um pouco de existir ainda esse contexto, principalmente do professor, enfim. Isso é sério, “né”, porque é o que a gente chama potencial reguladora para pelo menos na educação infantil, na educação fundamental, que a gente trabalha, o trabalho prova que a expectativa do professor em relação ao aluno é muito determinante. **Com certeza.** Então, quando você não aposta no aluno, você tende a não fazer exigência, contornar, ou você, então ele não vai ser desafiado, “né”. Os alunos que são considerados bons eles são cada vez mais desafiados, então eles são cada vez maiores. **Sim.**

Eu ouvi nesse relato justamente isso, que ele colocava essa questão: “ah, que esses alunos sofreriam esse preconceito etc.”. Mas eu achei isso tão..., e como você mesma coloca, professora, um argumento tão frágil, e como a senhora mesma colocou, professora. E quando eu li esse argumento dessa preocupação que esses alunos tinham e um momento tão frágil, quer dizer, que você não quer implementar uma política de inclusão, porque você tem medo desses alunos sofrerem essa discriminação, e aí fica aí? E o Direito, ia dizer também? Eu falei com Tamires. Tamires, quando entrou, não sei por humanidade, mas no primeiro semestre, ela “tá” no terceiro semestre agora. Ela no primeiro momento se sentiu desconfortável, porque primeiro ela reconheceu pouquíssimos alunos negros dentro da sala de aula, e isso me deixa um pouco triste em relação a isso, porque, mesmo com o sistema de cotas, Tamires... É muito recente. Muito recente. E ela sentiu um pouco desconfortável no primeiro momento de não se identificar com a sala que estava lá posta. Mas, diferentemente da Medicina, ela viu uma aceitação mais do professor, do corpo docente, em relação à Medicina em si, mas sentiu um desconforto perante os alunos, os colegas. Foi interessante ter essa visão. Esse aluno da Medicina já é final, ou não, também é iniciante? **Iniciante.** É tudo

iniciante, porque você pegou cotista, “né”, de 2012 para cá. **Sim, é tanto que, na minha pesquisa, eu não coloco juízo de valor e se a cota “tá” servindo ou não, se ela está aqui na universidade, porque é um tempo muito curto e não tem como você avaliar se isso realmente vai causar um impacto, por exemplo, de diversidade por grau.** Na UFC, eu acho que talvez é porque o sistema implantado não visou a correção... comunicação. Você olhou aquele mapazinho? **De como é feito.** A UFC só aceitou as cotas raciais, é só uma fachada. Quando você faz aquele cálculo, ela inclusive vai perpetuar sub... **Sim, sim. Um dos meus entrevistados alunos** ela não só corrige, e aquilo que podia ser uma correção o Sigaa é impedido. **Eu até ia perguntar a sua opinião em relação à própria estruturação da política pública implementada na UFC e nas demais universidades, “né”, que é justamente isso que descaracteriza.** Eu acho que a UFC apenas adotou cotas sociais, entende? E tentou fazer um arranjo para que realmente ela pudesse estar coberta. Mas você viu alguma coisa a mais do que isso? A gente tem uma secretaria de acessibilidade, você viu alguma tutoria para, não. Por que é que teve, se tinha também no GT, a inclusão de deficiente chegou a ter uma secretaria, e nós já temos até o curso de libras. O que avançou, e que foi ótimo, eu acho excelente, é um trabalho excelente da professora... minha colega lá do GT, acho ótimo como isso tem acontecido, mas por que não aconteceu em relação a tudo que..., e esse debate que era as cotas raciais, então, “né”, a política de assistência estudantil também cresceu enormemente para os alunos da escola pública, mas o recorte inicial foi evitado do mesmo jeito que antes no GT, e continua sendo evitado, e é uma pena ser evitado. Eu não considero que houve qualquer progresso nesse sentido. O que vai acontecer é que eu acho que qualquer progresso eu acho que “tá” sendo muito limitado, é bom dizer. Em relação à administração e como a administração superior suporta face a isso, porque claro que para os estudantes foi bem importante... mas, que eles sejam muito, eu acho que o percurso dele tem uma incisão muito importante, certo? E isso, por exemplo, daqui uns anos, “né”, e ainda “tá” muito cedo, mas é importante, por exemplo, para os alunos da escola pública, os alunos negros compreenderam que isso “tá” acontecendo, “né”. A gente avançou bastante em relação à educação indígena do que é a racial. Nós já temos cursos diferenciados de graduação para... em educação indígena, “né”, e, no entanto, tudo mais e quem já trabalhava com isso continua trabalhando, mas assim, dentro da UFC eu não vi abrir muito mais espaços para isso. E agora fora eu acho que aquele

GT do ano de 2006 foi o ano decisivo para a gente, porque **eu vi que aconteceram vários seminários também no ano de 2006**. É, foi o ciclo de debates, que foi em 2006. Nós começamos nos reunindo em 2005, em 2006 eu acho que a gente já começou o ciclo de debates. E fora da UFC, aí, sim, muita coisa tem acontecido. Acho que o movimento social “tá” muito mais organizado em torno disso, muitas inovações. Eu participei de vários seminários da economia do negro e eu organizei junto com o Bernardo a... os congressos, “né”, que tiveram aqui antes da conferência nacional, as conferências estaduais e regionais e realmente bastante, a gente conseguiu, “né”, mas é muito frágil ainda. Em Pernambuco, começou bem depois, no Ceará começou cedo isso, a gente começou cedo esse debate aqui e, depois que a gente começou, Natal implantou cotas antes da lei, Maranhão implantou cotas antes da lei. **Bahia também**. Bahia já tinha a federal da Bahia, porque a estadual já estava, e a gente aqui ainda discutindo. Aí eu fui vendo que Pernambuco já avançou muito em relação, a universidade não. Acho que a universidade lá é mais ou menos como aqui, e isso ainda é uma novidade. Mas o movimento social especialmente porque lá é muito forte a questão da rede de terreiros, “né”? Porque, como nós somos uma cultura, a cultura negra pernambucana, ela é sobretudo religiosa, “tá”. A presença da religião negra e como a religião é um cimento social mais sólido para uma comunidade, então ela rapidamente avançou. Então, na primeira conferência nacional, “ah”, tinha muitos estudiosos, pesquisadores, mas as vedetes foram redes de terreiros, ou seja, as autoridades religiosas do abalo orixás, porque eles são o movimento social negro mais antigo, vamos chamar assim, “né”. Então, você vê o carnaval em Recife, por exemplo, o carnaval como uma festa profana, “né”, que a gente e, nossa, um dos carnavais de rua mais vigorosos, mais perenes na sua estrutura tal como começou. A religião de matriz africana ela tem uma presença muito forte, não é? Porque cada maracatu é um terreiro, “né”, então eles já, portanto, já estão ali, “né”, como agremiação, e eles ainda fazem a cerimônia religiosa no meio da folia. Isso é uma demonstração de força muito grande, “né”.

Um dado assim que eu até vi e até coloquei na pesquisa, que na Bahia quase que foi um pioneirismo e foi uma das primeiras do Nordeste, a estadual inclusive. Eles fizeram em 2006 uma pesquisa, e inclusive até Data Folha publicou, sobre justamente esse tabu de que o aluno entraria e não conseguiria acompanhar. A Deuseres que era a reitora. **Justamente, e foi muito**

bacana o resultado. O resultado foi animador. **Porque, na sua grande maioria, os alunos conseguiram atingir notas iguais ou até maiores do que os de ingressos por seleção normal. Colocando aí que, na verdade, essa questão do que antecede etc., a nota em si não vai definir como você será um aluno dentro da universidade etc.** É, e até isso é hipócrita. Veja lá, eu defendo muito isso aqui, porque aqui é todo mundo saindo na defesa do aluno da escola pública. Por que é que um aluno da escola pública despreparado não ameaça a qualidade na universidade e o negro na mesma condição ameaça, por quê? Pergunta que não quer calar, não é verdade? Porque, para mim, é mais grave defender cota, eu nunca defendi cotas para alunos da escola pública e jamais faria essa defesa, porque acho que isso é capitular diante do fracasso da... Eu vi a secretária de educação defender isso publicamente, e ela devia se envergonhar de fazer uma coisa dessas, porque o que a gente “tá” dizendo? “Olha, a escola ‘tá’ ruim e pode continuar pior, a gente faz cotas”. A questão do negro é diferente, ele, mesmo tendo a escolaridade boa, ele será discriminado, e isso é desfavorável, desfavorece o serviço. Essa que é.

Eu dentro da minha pesquisa faço muito debate entre o Peter... e o que é um teórico fantástico e que realmente apoia a questão das cotas raciais. Frain, no entanto, coloca, e eu queria até lhe perguntar, professora, a sua opinião em relação a isso. Quando você faz a questão das cotas para a escola pública, ele diz que a preocupação aqui do Brasil é dar continuidade em relação à política pública em si. Se faz essa política pública, dá possibilidade desse aluno da escola pública, por assim dizer, da cota social, de entrada na universidade, mas não cria ferramentas para a melhoria dentro da escola em si, para que não precise existir, como a senhora “tá” colocando. É, mas o que eu acho pior é que, assim, a mesma pessoa, tudo bem que o sujeito é fracionário, era a era, “né”, da dissolução do sujeito. Mas, me diga mesmo, a mesma pessoa depende que adotar cotas raciais, não é? E não deveria ser feito, porque se deveria melhorar era o ensino público, mas as cotas sociais poderiam, sim, as mesmas pessoas, as mesmas coisas. Eu não sou, espera aí, aberta totalmente na lógica formal, mas vamos combinar, é demais, “né”? **Com certeza.** É totalmente em desacordo. Então, assim, a gente tem, e como eu disse, eu acho que a UFC fez a opção pelas cotas sociais, “tá” adotando largamente, tem a política voltada para isso, e realmente cristalizando o recorte racial. A gente “tá” praticando e construindo a inclusão exclusiva, e uma coisa que na França a exclusão excludente, a inclusão

excludente, uma coisa que na França se fez. Você adota todo mundo e tem que ir para a escola, a escola pública é para todos, mas a própria escola dentro faz os seus mecanismos de segregação, “né”, então a gente tem pouco isso aqui e lá menos, porque pelo menos pública para todo mundo, “né”, são poucas escolas particulares na França. Ou a não escola, muitos pais adotam a não escola, “né”, a política da não escola e não frequenta a escola. Mas aqui é mais grave, “né”, a gente já tem o próprio sistema, já é dividido em público e privado, e agora eu acho que avança, “né”. O privado avança a passos largos. **Sim.**

Um dado quando eu fiz, não foi nem uma entrevista, foi uma conversa informal mesmo com o André Jales, que é o responsável pela questão dos dados estatísticos em relação aos vestibulares e, enfim, a seleção em si da UFC. Ele me relatou uma problemática das cotas adotadas pela UFC, porque, como a senhora bem colocou, é fechada a questão das cotas sociais em escolas públicas etc. Sendo que, como foram feitas essas cotas, não se pensou que existiam escolas públicas ditas de elite também, como é a questão da escola militar. Mas é muito insignificante para o que o ensino público vai alcançar? **Certo.** Aí tem o Pedro II, no Rio de Janeiro, e a Escola Militar aqui, mas o que isso significa na massa de alunos que precisam de acesso à escola numericamente, “tá” entendendo? Eu acho que até se pensou, o nosso GT discutiu muito isso, e foi um dos primeiros pontos que foram abordados. “Espera aí, gente, e o Pedro II, pessoal lá do Rio de Janeiro, a elite que estuda naquele colégio. Minha gente, quantas pessoas estudaram ali? Quantas vagas tem aquele colégio militar?” Tudo bem, ia acontecer, a gente tem a Escola de Economia Doméstica ali, o NDC, que a gente pode dizer que é uma escola modelo, “tá” certo? E quanto atende? Tem duas classes de educação infantil, e o que significa? Numericamente, não representa, e se existisse, “né”, porque o que é vergonhoso é existir num colégio militar a possibilidade desse aluno pleitear cota como estudante de escola pública. O que é vergonhoso é o ensino obrigatório ser majoritariamente privado, e, se é obrigatório, é obrigado o Estado a oferecer, e como é que ele é majoritariamente privado? **Uma contradição, “né”.** Isso é aberrante! Eu lembro de uma estudante americana que veio aqui e eu levei na minha turma de formação intercultural para fazer um intercâmbio. “Como é a sua experiência lá com os nossos alunos? Espera aí, como? Quer dizer que vocês não estão pagando aqui na universidade, e vocês pagaram para fazer o ensino médio? E não é obrigatório?” A cabeça dela não

conseguia entrar nem a ferro, sabe? Ela disse: “como é que funciona um negócio desse?”. O ensino é obrigatório e obrigatório para o Estado. É obrigatório o pai colocar na escola e o Estado oferecer, aí como é que a gente a maior parte é privado? É uma situação tão incompreensível para qualquer racionalidade, aí a gente vai se escandalizar com o Colégio Militar? Isso não quer dizer nada, “tá” entendendo? Os alunos do Colégio Militar passariam com cotas ou sem cotas, eles são muito bem preparados, e na última avaliação acho que do MEC é considerado acho que os “top” de linha aqui é o Colégio Militar, entende? Então, eles já teriam como passar. Eu acho que a questão mesmo é como se fazer uma política de combate à discriminação racial realmente, a gente “tá” longe disso ainda, estamos nas preliminares.

Algumas impressões que eu tive quando eu “tava” no campo, e ainda “to”, “né”, quando eu “tava” junto com os alunos de Gestão em Políticas Públicas, eu entrevistei dois alunos, um cotista negro, e o que eu achei interessante é que eu não sei se ocasionado isso pelo sistema de cotas, não daria para avaliar a partir... foi comentada e para uma pesquisa de mestrado. É que eles relataram que eles próprios se sentem mais à vontade em se identificar como negros do que antigamente. Não sei se... Com certeza esse é um dos objetivos. **Isso eu achei fantástico.** Esse é um dos objetivos. Eu “tava” num debate sobre... racismo na Faculdade de Direito faz uns dois meses e uma aluna disse assim: “professora, e eu posso dizer que eu sou negra?”... “Tente, se você conseguir convencer alguém disso, porque você ‘tá’ em dúvida sobre o que você é”. Aí outra aluna também colocou uma outra coisa assim, que era o fato daquele dispositivo da invisibilidade seletiva. Era... excelente e ela... muito bem, e ela disse assim: “quando eu digo que eu sou negra”. Mas você não é negra, você é morena. Então, quando o aluno vai ver, ele fica moreno, “tá” certo? “Mas você nem é negra. E se você é muito bonita, aí você também é morena, você não é negra”. Então, há uma estropiação aí de identidade. Então, existe sempre isso e é um terreno. A identidade teoricamente avançada é um terreno de disputa, nenhuma identidade está feita. A identidade, e eu concordo com a proposta do... que a identidade é uma trincheira, portanto, é um território de luta, e ela só existe enquanto passe a outra... é aí que os seus controles se... e não existe como uma substancialidade, como uma coisa prévia formada. Então, eu acho importante que muita gente que não se dizia negro hoje se sente mais à vontade, “né”. A gente vê até com relação aos traços

étnicos, as pessoas trabalhando pela afirmação disso, quer dizer, é uma conquista, e não é uma coisa de resgate do passado, é uma conquista, “né”, de uma posição, de um lugar face às outras identidades. Então, eu vejo como um progresso essa coisa das pessoas, agora eu vejo que às vezes as pessoas ficam, como é que eu diria, encabuladas de se dizerem branca. [risos] Eu acho isso muito engraçado. As pessoas ficaram um pouco em dúvida, e quando, às vezes, quando eu pergunto a pessoa, a pessoa faz assim, “será que eu sou?”. “Eu não sei, o que você acha? Fala alguma coisa.” Então, você percebe claramente que a pessoa não tem dúvida quanto à sua cor e se trata mesmo, “né”, de posicionamento, quer dizer, porque a pessoa aí ficou em dúvida, “né”? Ela não sabe, e será que você vai receber mesmo isso assim? Ou seja, toda a movimentação colocou em questão essas identidades, “né”, porque é uma coisa positiva da gente se pensar, “né”, porque a gente é ou não é. Porque muita gente pensava a partir da consangüinidade, “né”, herança consangüínea, e uma vez que isso caiu por terra, agora eu vou pensar em termos de quê? Então, eu devo afirmar, certo? Então, eu vejo isso como uma coisa positiva, você ficar em crise sobre a sua identidade, e no Brasil de hoje é legal. **E eu achei, o que a senhora tá falando... o questionário que eu apliquei na própria turma. A antropologia não é muito fã de questionários, mas eu digo que eu senti que eu deveria aplicar esse questionário pelo curto tempo que eu teria pelos alunos e porque eu ver realmente a reação deles. Uma das perguntas, eu perguntava o que o aluno se identificava, o que ele se autoafirmava em termos de etnia, e muitos “não sei se eu sou negro, se eu sou pardo, não sei se eu sou pardo ou sou branco”. E tem a questão do pardo em si, que é uma coisa assim, por exemplo, assim foi colocado muito em polêmica a origem... e depois eles colocaram pardos e negros no mesmo grupo. O IBGE faz assim, “né”, pardos e negros. E o IBGE coloca que é porque eles se assemelham em relação à situação socioeconômica, é o que o IBGE fala, “né”. Mas, na realidade, pardo é uma categoria antropologicamente problemática, porque ela é antropologicamente vazia, ela não remete a uma memória histórica, ela não permite, “né”, aqui as identidades culturais estão definidas, mas é como aquela história que eu te falei do policial, coloque um pardo entre brancos que ele é negro, coloque entre pretos que ele embranquece. Isso mostra claramente que a identidade é relacional, “né”. **Totalmente.** Depende de, ponha um pardo tentando conquistar um emprego que tem dois brancos candidatos, aí ele é um negro retinto. Vai entender, entende? Ele é**

negro retinto, aí você vai ter. Agora, se ele tiver dependendo das circunstâncias, ele pode embranquiçar. Então, eu considero que ele é, digamos assim, uma espécie híbrida, “né”? Porque é um pouco assim, esse projeto de embranquecimento no Brasil após escravidão é que criou acho que essa categoria aí, “né”, como se isso indicasse alguma coisa, mas até aí se tem uma ideia de identidade étnica como uma coisa racial, “né”, ligado a uma questão biológica, e lógico que isso podia se sustentar por muito tempo, “né”, mesmo que nos Estados Unidos negros são negros mesmo, “né”, mas quando houve a guerra civil, eles passaram a contar nada, cortavam-se soldados, “né”? Então, é muito circunstancial, “né”. O que vale é terminar ou não. A gente tem um exemplo bem claro que é a suprema corte brasileira, “né”? Com licença. [atendimento telefônico]. Então, a gente tem uma suprema corte podre, ela agora mostrou todo o seu lado, mas você sabe, foi preciso que um negro chegasse lá para botarem na... o negro que tava justamente fazendo justiça, então vamos contar. Incomodou para “caramba”, “né”, então aí agora “tá” lá o Levandoski pousando de monarque espanhol, “tá”, e sem ninguém enfrentando ele, não, sabe, a gente fala assim: “a suprema corte, ninguém...” **Algo intocável, “né”.** “Né”, quer dizer, era tudo intocável, mas quando o Barbosinha disse para o Gilmar: “Olha, você envergonha essa corte todinha”. E o cara não tem nem... e todo mundo se trava lá por excelência. Então, assim, tem um pouco, é uma coisa difícil mesmo.

Professora, é tanta coisa que a gente fica, é tão complexo, “né”, e tão rico esse assunto, mas um dos fatores que eu vi na minha pesquisa também, e que também foi colocado por vertentes que são contra o sistema de cotas, a questão da aplicabilidade dessas cotas em si dentro da UFC. Eu vi que a dúvida em relação de alguns departamentos era como se daria esse gerenciamento do sistema de cotas, já que a UFC vive uma realidade diferente das demais realidades de outras universidades, e como se criaria uma lei única para todas as universidades, se cada uma tem uma realidade distinta. E como foi feito, realmente, e em 2012 foi publicada a lei, e a lei é para todos. Mas muitos colocam tanto aqui, como alguns autores, como o Peter... coloca que é incompreensível ter uma lei onde você diz que vai ter sistema de cotas, sendo que você tem porcentagens para negros, índios diferentes em cada estado. Mas o próprio... diz que é proporcional, e é exatamente, então, havia uma incompatibilidade aí. Se na Bahia 80% é negros, então o número de cotas deve se

aproximar disso, e no Ceará é 65%, por aí, então deve se aproximar disso, “tá” entendendo? Isso aí não daria problema não e a gente tem diretrizes curriculares, currículos, regulamentos para o país inteiro. E um país continental como o Brasil, que eu acho problemático mesmo, qualquer política pública no Brasil realmente você lida com uma realidade histórica, antropológica bastante diversa, mas isso pode ser uma riqueza ao invés de ser um problema. **Sim.** Ao invés de ser um obstáculo, isso poderia ser ao contrário, alavancar. **Uma coisa que eu pensei e como o sistema, não sei se eu, talvez no futuro, a gente possa ver isso, e eu queria saber até a sua opinião. Quanto ao sistema de cotas, isso também não modificaria o próprio currículo beneficentemente?** A proposta de políticas afirmativas é uma proposta de repensar a concepção de currículos mais do que incluir... porque a questão é que o currículo foi feito, “né”, o currículo, considerando que história é um agente do Estado, portanto um aparelho de reprodução, “né”, ele, bem, ele vai reproduzir a estrutura que existe, “tá” entendendo? Então, para pensar, rever isso, isso tem sido um problema para os professores de história, porque eles compreendem que é um item, uma informação a mais, e não é. Quando você produz certos elementos, você reconfigura a leitura que você faz da sociedade e da sua... “né”, e do próprio papel da escola. Então, eu acredito que nós já, teoricamente, já trabalhamos com novas ideias de currículo, mas estamos longe de pensar o currículo como realmente essa experiência que são significativas que o aluno experimenta na escola, na academia e seja lá onde for. Então, a gente “tá” sempre atualizando, eu sempre “to” atualizando a minha disciplina. A gente tem que “tá” sempre revendo as práticas, as metodologias, os conteúdos, porque é muito dinâmica a realidade social. E realmente a ideia de currículo como grade, “né”, quer dizer, grade é o conjunto de disciplinas, é bastante ultrapassada, mas ainda “tá” muito em vigor, “né”, e a própria dificuldade do consenso entre nós, por exemplo, faz com que acabe isso virando disciplinas, e quando a gente tem um tema que alguém lhe julga importante, aí virou uma disciplina disso, uma disciplina, então a gente já tem tanta disciplina que os alunos não têm mais horário e daqui uns dias vão estudar de madrugada para dar conta das diversas disciplinas, dos diversos temas. Então, na realidade, é porque falta um certo consenso, “né”, em torno do que é primordial no perfil de cada currículo e sobre quais são os eixos principais que a gente poderia trabalhar, “né”, então a gente lida com o conjunto de regulamento, e isso em todo curso, e não é só o nosso, não. Se for para a psicologia, do mesmo

jeito. Então, a gente tem um monte de disciplinas, eu fiz o curso de psicologia para eu ver, meu Deus, ainda “tão” ministrando essa disciplina no currículo. Mas é do currículo obrigatório e coisas que cientificamente já não dizem mais nada, “né”, e ainda “tão” lá, “né”. Então, é sempre difícil mexer com... É um pouco isso que você tinha colocado antes, “né”, mas se é possível a gente ter, como também o MEC “tá” querendo discutir, a base nacional, e a base nacional não quer dizer uma unidade, e a primeira coisa a base nacional tem que ser diversa. A única base nacional que eu compreendo que a gente precisava discutir é o ensino obrigatório ser totalmente público, essa é a base nacional, e eu entendo isso como base nacional, e como ela vai ser e como vai acontecer, desde que sejam dados os recursos para que tudo seja uma educação de qualidade, é claro que o Estado vai se adequar a isso. **Na minha pesquisa, professora, já dá para ver alguns dados bem interessantes, e como eu peguei uma turma, um curso novo como Gestão em Políticas Públicas, onde a primeira turma é uma turma de cotistas, cinquenta por cento dos alunos são cotistas e cinquenta não são.** Essa turma é em que curso, Victor? **Gestão em Políticas Públicas.** Mestrado? **Não, graduação.** Espera aí, só um minuto. **Um curso de graduação.** De graduação todos cotistas? **Cinquenta por cento cotistas.** Olha que coisa boa para ti. **Cinquenta por cento cotistas, e eu tive essa experiência, dei aula juntamente com o professor Alcides sobre Introdução à Antropologia e foi fantástico. Mas eu vejo e começou justamente esse curso quando foi implementado o sistema de cotas, e por isso foi a primeira turma, “tão” na segunda turma e “tão” no segundo semestre, mas é a primeira turma que entrou com o sistema de cotas. Sim, sim. E interessantíssimo a diferença, por exemplo, quando eu entrevistei um aluno de Medicina, um aluno de Direito que já tem uma cultura elitista já estabelecida e um curso novo que já foi imerso dentro dessa nova realidade de cotas. E quanto diverso se torna o aluno e quanto esses mesmos alunos que se sentem mais confortáveis em se identificar como negros é mais acentuado em cursos como esses, que já tem a política de cotas e a cultura de cotas já estabelecida. Foi superinteressante.** No caso, vocês seguiram uma curiosidade. Vocês seguiram aquela distribuiçãozinha que tem lá no site da UFC. **Sim.** Mesmo assim, cinquenta por cento, então significa que entraram negros? Não, “né”? Cotistas e pelo sistema universal também entraram? **Na verdade, não, mas pelo sistema de cotas, sim. Esse sistema de cotas ele é ramificado, “né”, por exemplo, o Benjamim, ele é**

negro, mas ele não estudou em colégio, público, então ele entrou. Sim. A renda dele se equiparava na questão social em si.

Entrevista com Ana Lório

E desafiadora, mas muito interessante. Ela teve algumas resistências em alguns setores da universidade, “né”, setores mais reacionários e tal, mas teve muita aceitação também. No começo foi difícil, “né”, inclusive, assim, pela própria inexperiência nossa com relação ao tema. A Pró-Reitoria de Graduação, ela deu suporte, “né”, a pedido do professor Renê, e também porque nós defendíamos isso, na época eu estava no FORGRAD, que era o Fórum de Pró-Reitores de Graduação das universidades brasileiras, e uma das bandeiras de luta, “né”, era exatamente o trabalho com as políticas afirmativas, “né”, e nós tínhamos na época a experiência da UERJ com o laboratório de políticas públicas, que você pode até ter acesso, LPP/UERJ, e lá conta a estória que desde 2000 a UERJ foi uma das primeiras universidades a implantar, e eu acho que é bom você ter esse registro, e tem muito material interessante no *site* deles, “né”. Então, isso foi uma ajuda grande para a gente, para poder a gente constituir não só a comissão, mas, digamos assim, as áreas, “né”, de atuação dessa comissão. Eu penso que o trabalho foi muito lento, a cada fórum a gente ampliava o número de participantes, mas ainda era muito pouco, “né”, as reuniões nos departamentos elas não foram muito numerosas, digamos assim, mas eu acho que a comissão fez um trabalho muito bom, tanto que deixou sementes, “né”, que posteriormente se transformou na Secretaria de Acessibilidade. Infelizmente, parece que o trabalho com algumas deficiências eles tiveram efeito mais positivo, mas as cotas elas tinham mais, sobretudo cota raciais e tudo mais, elas tinham uma dificuldade de aceitação, mas a comissão não desistiu e fez um trabalho muito bom, até que veio a Lei Federal e obrigou praticamente a implantação em todas as universidades, e a universidade aderiu logo cinquenta por cento de cara, “né”, com uma outra gestão. Então, eu acho que foi um trabalho pioneiro, “né”, inovador, e nós tivemos participações muito interessantes, a cada fórum a gente chamava alguém, seja do Ministério Público, seja o próprio portador de alguma necessidade, de alguma deficiência, “né”, então tínhamos sempre mesas redondas muito interessantes, com temáticas inovadoras, então o grupo trabalhou muito bem. Eu tenho, digamos assim, eu posso dizer, o orgulho de ter participado dessa

comissão. A professora Célia Gurgel era a presidente e ela foi uma batalhadora, “né”, a professora Fátima Vasconcelos também participou, foram pessoas batalhadoras e inspiradoras, “né”, com relação a isso, vencendo as dificuldades que a própria universidade tinha, realmente setores que não vale a pena a gente citar, mas setores muito conservadores que não aceitavam isso, “né”. O argumento é de que iria competir com, ia tirar vaga, “né”, de mérito, como se não pudesse existir mérito nos ingressantes por cota, “né”, então esse era o principal argumento e que a gente tinha que derrubar, “né”, porque há mérito também nas cotas, então eles não “tão” entrando não é por favor, “né”, eles têm mérito. Agora, realmente, eles entram em condições de desigualdade muito grande com relação aos alunos da escola particular, “né”.

Professora, quando eu peguei a ata de 2005, bem no início mesmo, e que faz até um aparato e você bem colocou que existem departamentos, principalmente departamentos da educação, os departamentos das humanas que se mostraram amplamente favoráveis às cotas. Isso. E os departamentos de Informática, de Medicina, Odontologia, que se mostraram um pouco receosos em relação a... Isso é o que eu disse, são as resistências, “né”. **Eu, professora, sou formado pela UnB, onde essa realidade existiu desde 2004, tanto que vocês até...** Isso, a UnB ela foi inspiradora e nós chamamos vários professores de lá. **Eu vi que a ideia de que realmente trazer esses personagens externos à UFC até pra se desenvolver o debate. Quando eu conversei com o professor Renê.** Certa vez, nós trouxemos uma procuradora do Paraná, do Ministério Público, e que foi uma mulher, assim, exemplar, sabe? Batalhadora mesmo, e ela veio contar a experiência de Curitiba, muito interessante, quer dizer, Brasília, Curitiba. Nós trouxemos o LPP pra cá, o Laboratório de Políticas Públicas, para mostrar como é que foi essa experiência, e isso deu um “up” muito grande para o nosso trabalho aqui na universidade, “né”, saber que outras universidades, “né”, também já estavam, “né”, aderindo e que estavam bem, “né”. A UERJ foi a primeira e que ela já tinha inclusive dados de como esses alunos estavam se saindo nos cursos e, diga-se de passagem, estavam se saindo muito bem, a Bahia também, “né”. **Quando eu notei todos esses questionamentos, mesmo com adoção de 2004, a UnB ainda gera alguns questionamentos com relação às cotas em si.** Isso, com certeza. **E eu notei alguns semelhantes que foram colocados em pautas nesse GT e posteriormente nas ações, que é seqüenciado, “né”, o GT,**

por exemplo, a questão, como a senhora bem colocou, o fator desses alunos serem privilegiados por essa questão de ter essas vagas específicas, e também como foi colocado, salvo engano, pelo departamento de Medicina e Odontologia, que são cursos relativamente caros, “né”, e como esses alunos... “hurrum”, e eles não teriam. **Como esses alunos dariam prosseguimento ao curso.** Isso. **Como foi essa temática, professora?** Pois é, o que a gente percebeu é, assim, que não basta, quando você tem uma política afirmativa, “né”, você não basta só dar um pontapé para entrar, “né”, eles veem condições de defasagem, e não é culpa deles, “né”, é pela própria condição socioeconômica, e também pelas condições da própria escola pública, “né”, que também tinha que se aparelhar melhor, e tudo isso que a gente sabe da escola pública, mas não é culpa do estudante, e o estudante tem o seu mérito. Agora, uma vez que a universidade o aceita, ela também tem que criar condições para que ele permaneça, “né”, então não é somente condições de acesso bem sucedido, mas de permanência bem sucedida e de conclusão do curso bem sucedido. Então, as bibliotecas dos cursos têm que ser melhor equipadas, “né”, porque, se o estudante não tem dinheiro para comprar um livro de Odontologia ou de Medicina, que é muito caro, a biblioteca tem que ter esse livro, “né”, então, se ela não tinha, porque a maioria dos estudantes compravam, ela agora vai ter que ter, “né”. Então, a universidade, o programa de bolsas de estímulo, não só de extensão, mas de monitoria também, esses alunos também têm que ter acesso, “né”, e não só a bolsa de trabalho, mas bolsas de monitoria, de pesquisa, “né”, da mesma forma que outros, então, eles não podiam ser segregados dentro da universidade. Então, a principal resistência era essa, “né”, porque não adianta só concordar com o ingresso, mas como a universidade vai se comportar, “né”, com esses alunos dentro da universidade. Então, a gente viu que aí foi ampliado o programa de estágio, “né”, de bolsas, então, tudo isso para poder facilitar a permanência, “né”, bem sucedida desses estudantes aqui na Universidade Federal. **Outro fato, professora, que eu notei. Eu acho que ainda tem um longo caminho a percorrer, mas muita coisa já foi elaborada e foi fruto do trabalho, “né”, dessa comissão.**

Posteriormente, esse GT de 2005, no decorrer do ano de 2005 e no decorrer do ano de 2006, foi criado o GTPA, que foi uma comissão que foi feita e que elaborou diversas ações voltadas para essa temática e debates etc. Isso. E um deles, que sempre vinha à tona pelas atas, “né”, de reunião que eu notei

foi a questão também que, infelizmente, pelas entrevistas que eu já realizei, ainda existe esse pensamento, infelizmente mesmo, que no Ceará não haveria necessidade de ter a questão das cotas raciais. Isso, porque o Ceará não tem negro. Não teríamos negros, e eu vi que essa temática foi constantemente abordada e, infelizmente, eu notei que ainda existe esse pensamento. Existe, porque nós não somos como a Bahia e tal. Sim, mas existe uma população que é negra, que é parda e que é discriminada, e que não tem acesso, então, por menor que seja o percentual, esse percentual tem que ser respeitado pela universidade, eu acho que essa não é uma discussão e, infelizmente, como você diz, ela acontece, mas ela não cabe, “né”, porque não importa qual seja o percentual, “né”. Esse percentual tem que ser valorizado, “né”, e se não tem negros, tem pardos, que a mistura também já aconteceu, “né”, mas os pardos também sofrem tanto quanto os negros, “né”, e temos negros, sim. **É engraçado, professora, porque, assim...** Então, foi interessante vir à tona essa discussão, porque a todo momento era mostrado que nós tínhamos, “né”, não só na colonização, mas que não perdemos esse percentual, “né”, ao longo do tempo, o negro não foi sumindo do estado do Ceará. **Lógico. É tanto que, eu não me recordo o nome do professor, que ele bem coloca que essa afirmação é utópica, “né”, de ver que não temos negros no nosso estado, porque, ele bem até coloca, é só olhar para cada um aqui e ver essa herança, essa caracterização.** O professor Eurípedes Nunes ajudou muito nessa discussão, professor da história, e o professor Henrique Cunha, “né”, também, eles trabalham, o Henrique Cunha, principalmente, trabalha com essa temática já há algum tempo, é negro, também, então é muito ligado ao movimento, “né”, a professora Zelma Madeira da UECE também esteve aqui, então foram pessoas do movimento negro também que nos ajudaram muito, “né”, nessa discussão.

Uma coisa que eu notei bastante, professora, é justamente isso, essa própria dificuldade até do próprio IBGE, inclusive, de indicar isso... em situar, “né”. **A própria classificação racial, eu notei que alguns trabalhos são poucos, por incrível que pareça, porque o campo é mais amplo possível na discussão aqui na UFC, e alguns trabalhos realizados em prol dessa implementação de cotas, mas em sua maioria eram trabalhos contra o sistema de cotas e utilizavam o argumento que antes da implementação de cotas a porcentagem de pardos e negros era até alta. Já era alta, então não havia necessidade. Sendo**

que, quando você tirava a porcentagem dos negros com os pardos, era muito pequeno. Caía bastante. **Quase irrisório, e até coloco isso na minha pesquisa, um gráfico que justamente é quase irrisório. Eu vi até um prejuízo e noto que, quando você coloca no bolo de pardos e negros, fica uma coisa muito difícil de você identificar a real necessidade de um negro. É. E eu não sei se isso foi abordado por vocês em relação dessa diferenciação racial.** Não, quando a gente tratava, a gente tratava sempre pardo, negros e pardos, “né”, mas porque já se dizia que era tão poucos que a gente tinha que incluir para poder fazer um volume. Mas eu concordo com você, e se a gente for para casar isso, cruzar isso com o nível socioeconômico, aí você vai ver a grande quantidade de negros, “né”, e pardos também que não conseguem entrar na universidade, mas não por questão de mérito, porque simplesmente não consegue ter acesso, “né”. Então, eu acho que o casamento disso com o socioeconômico foi muito interessante, como aconteceu na Bahia, “né”, um colega nosso na Pró-Reitoria também em discussão lá e a gente fez, digamos, uma série histórica e mostrando, por exemplo, no curso de Medicina da Bahia, “né”, só tinha um negro, um aluno negro no curso de Medicina numa série histórica de dez anos, “né”, então a necessidade de cotas era urgente, e quando a gente ia discutir, dizia, mas, assim, tem que casar com o socioeconômico, porque a grande maioria “tá” lá, “tá” fora, “né”, e não consegue mesmo nem, às vezes não consegue nem se matricular no vestibular, porque não tem o dinheiro, “né”, para fazer isso. Então, a universidade ela tem que dotar, como eu disse, de condições não só para entrar, mas de fazer com que esse aluno permaneça de forma bem sucedida, essa é a minha maior preocupação hoje, “né”, porque a discussão aparentemente ela “tá” morna, “né”, “tá” abafada e parece que já se resolveu tudo, mas não se resolveu ainda. Então, eu acho que não pode morrer essa ideia, e a universidade tem que continuar trabalhando nessa ideia de receber bem os alunos que tem, “né”, então dotar melhor as bibliotecas com material, salas melhor equipadas, orientação, a tutoria, “né”, acadêmica, que eu acho que é interessante. A gente vê, por exemplo, o pessoa que chega de Cabo Verde e que tem dificuldade muitas vezes no idioma português, “né”, e não é outro não, é o português, porque o português que a gente fala aqui é diferente do português deles, e eles não têm um acompanhamento, não têm, “né”, então são estudantes que mostram que a gente precisa, e também não é só questão material, mas é o pedagógico também, que tem que ajudar na permanência bem sucedida, como eu te falei, “né”, com orientação,

com acompanhamento, com o sistema de monitoria eficiente, um sistema de tutoria acadêmica, “né” para que esses alunos possam deslanchar dentro da universidade, é um empurrãozinho que precisa, mas eles precisam mesmo, “né”.

Um outro ponto, professora, que foi questionado nas discussões foi a questão do medo, das cotas gerarem uma segregação entre os alunos, tanto que foi colocado até no GT de 2005, no primeiro mesmo, a questão da Lei do Boi, uma ação afirmativa que tinha que ser feita antes... Isso no curso de agronomia... **Na agronomia, e que foi não aceita positivamente, porque houve uma discriminação entre os alunos etc. Em relação a esse debate, professora, como é que a senhora vê? A senhora realmente acha que o sistema de cotas pode gerar essa segregação realmente etc.?** Se a universidade estiver preparada para receber, não, “né”. O que aconteceu com a Lei do Boi foi um erro, porque realmente os filhos de agricultores não estavam conseguindo entrar, e quem entrava eram os filhos de fazendeiros, que podiam entrar pela via normal, mas se beneficiavam da Lei do Boi. Então, assim, ela acabou sendo mais elitista do que, “né”, no caso das cotas, eu acho que as cotas ela não tem essa semelhança, “né”, e mais uma vez eu mostro a necessidade da universidade se preparar, e o preparar pedagogicamente e preparar inclusive as pessoas que estão dentro para receber, “né”, para receber essas pessoas que vêm, porque elas não são inferiores. **É verdade.** Elas não são.

Tanto que até perguntei quando entrevistei o professor Renê, eu fico curioso não só pela questão do corpo discente em si, mas o corpo docente. Quando eu fui entrevistar esses alunos de Direito e Medicina, eu fui muito curioso para saber a reação dos professores perante eles, “né”, porque é uma realidade completamente nova. Sim, com certeza. Eles vivenciaram e eu perguntei para o professor Renê se havia esse debate, e ele me informou que, na verdade, que era tão início da conversa. É, “tava” iniciando. Que ele não se preocupou muito em relação a debater. Não é que não tenha se preocupado, eu acho que não houve tempo. O que a gente queria nesse momento era pelo menos que entrasse, “né”, mas que a universidade criasse depois disso condições para que eles ficassem, e essas condições é, por exemplo, a Secretaria de Acessibilidade, ela faz muito isso, de vez em quando ela promove cursos, debates sobre inclusão, “né”. Então, ainda “tá” um pouco abafada a ideia de cotas, elas precisam ter uma projeção maior, “né”, e por outro lado eu acho que, com relação aos alunos, eu acho mais

tranquilo, porque o entrosamento acontece, “né”, claro que tem alguns cursos que vão continuar sendo elitistas e que vão se agregar em toda e qualquer diversidade, “né”, então quem não é do espelho eu não aprovo, eu não me identifico, é o narcisismo mesmo, “né”. Mas o corpo docente ele precisa desse acompanhamento pedagógico, então eu sinto falta na universidade de uma instância que oriente professores não só com relação a isso, mas até mesmo no cotidiano da sala de aula, “né”. Quando eu “tava” na Pró-Reitoria, eu recebia alunos reclamando de professor expulsando o aluno porque veio de bermuda para a sala de aula, “né”. O menino vai de bicicleta de Caucaia para o Pici e não pode ir de bermuda, e que estória é essa? Então, assim, vamos fazer uma pesquisa de qual é a influência do uso da bermuda na inteligência do sujeito, então não é por aí, “né”. Então, eu acho que tem limites de traje, então existe todo um acordo pedagógico que pode ser feito, “né”, mas os professores muitas vezes não fazem, e aí a defasagem é porque ser professor do ensino superior não tem profissionalização, eu não tenho nenhum curso que me transforme em professor universitário ou professor do ensino superior. Pela LDB é após a pós-graduação que faz isso, só que a pós-graduação prepara o pesquisador, não prepara o professor. Então, para ser professor, eu tenho que ter conhecimento específico, mas eu tenho que ter conhecimento pedagógico de didática, de história da educação, de estrutura e funcionamento de política, de psicologia, porque esse aluno que eu recebo é um ser humano, “né”, que precisa ser tratado, então eu não tenho, e aí não existe nenhum curso que prepare o professor universitário, a pós-graduação não faz isso, e essa é uma bandeira de luta hoje que eu defendo “né”, é que o professor da educação superior ele tenha uma profissionalização igual a outras profissões, “né”. Essa profissão parece que se dá muito por imitação do que outros, “né”, fizeram com você, então eu vou dormir pedagoga, psicóloga e acordo professora universitária, “né”. Isso foi uma professora universitária que disse, a professora Lea Nastazio, e ela descaracterizou muito bem, de repente eu faço um concurso e me torno professor universitário, mas não existe uma preparação para a carreira, “né”, e dentro da universidade não existe uma perspectiva de desenvolvimento profissional docente, “né”, então um professor recém-ingresso ele tem necessidades que precisam ser supridas, com cinco anos ele já tem outras necessidades que a universidade também precisa suprir, “né”, então não é por conta própria que eu vou adquirindo isso, “né”. Então, eu vejo que no bojo de todas essas circunstâncias estão também, digamos, essas instâncias na

universidade que não preparam para receber o seu professor da mesma forma que não preparam para receber o aluno, “né”, então o professor não é recebido, acompanhado, acolhido. Existem alguns projetos, mas não existe uma perspectiva de desenvolvimento profissional na universidade, então eu sinto falta disso aí.

Outro ponto que eu verifiquei, professora, e que até acho que “tá” até muito ligado à senhora, é que diversas ações afirmativas e ideias de ações afirmativas surgiram antes mesmo desse próprio GT. Sim. Em relação a essa política de inclusão, eu que acho o que mais tem se desenvolvido e se desenvolveu nesse período além da questão racial e social foi a questão dos alunos deficientes antes mesmo da criação dos GT. O que a senhora... Inclusive, na nossa gestão, ocorreu o primeiro curso de letras libras, “né”, porque a gente se preocupava muito, e interessante, não tem muitos cadeirantes, não tem muitos cegos, não tem muitos surdos na universidade, e o que tá acontecendo que eles também não “tão” conseguindo entrar, “né”. E aí a gente vai ver o que acontece com cada segmento desse e ver as dificuldades, “né”, que eles têm para, inclusive, de acesso à universidade, então a política afirmativa é de uma maneira geral, “né”, e assim, eu tenho a honra de ter podido oferecer o primeiro curso que deu origem ao que hoje é o curso de letras libras permanente aqui na universidade e que foi em convênio com a Universidade de Santa Catarina, que formou a primeira turma de professores interpretes, “né”, para libras aqui no estado do Ceará. Depois disso, então, foi criada a Secretaria de Acessibilidade, a mesma pessoa que coordenou trabalhava comigo na pró-reitora, a professora Vanda coordenou o curso de letras libras, “né”, e que coordena hoje a Secretaria de Acessibilidade e é também coordenadora do curso de letras libras da UFC. Então, assim, eu acho que foi uma semente, “né”, que germinou. **É, foi um marco, “né”, professora, em relação à inclusão. Exatamente. E a proporcionar a diversidade dentro da universidade como um todo, “né”.** Porque a questão é assim, eu vejo que não há desigualdade, há diferenças, e isso não caracteriza desigualdade, mas diferenças existem onde você vá, até eu em relação a mim mesma eu tenho diferenças, hoje eu sou uma coisa e amanhã eu sou outra, então eu tenho que conviver com essas diferenças. Imagina o outro, “né”, que não é o que eu espero que ele seja, é o que ele é, mas a gente projeta muito as nossas expectativas no outro e acaba não aceitando essas diferenças, “né”. É uma questão do ser humano, mas que pode ser aprendida, se ela for bem trabalhada ela é bem sucedida, então eu vejo a necessidade disso ser

abordado na instituição de forma permanente e não é um programa, não é um projeto, mas é a institucionalização desse trabalho, “né”, pedagógico, acadêmico, com relação às diferenças.

Um outro ponto e inclusive eu conversei com a professora Fátima Vasconcelos e ela colocou toda a importância da adoção do sistema de cotas, porém ela falou no déficit em relação à estruturação das cotas, enfim, da lei realmente de cotas principalmente adotada aqui na UFC, pelo fato de que ela enxerga o sistema de cotas aqui na UFC muito pelo fator apenas social, na verdade. É. O caráter racial ele fica em segundo plano. Fica secundarizado, exatamente. E isso para a professora Fátima é um prejuízo. Eu concordo com ela. É um prejuízo realmente a questão racial, “né”. Isso. Eu acho que o cruzamento ele é necessário com o socioeconômico, mas é preciso ver a condição de cada estudante que “tá” pleiteando o pari, “né”, porque o fato racial ele realmente, digamos assim, é necessário que seja ponderado, “né”, ele não pode ser secundarizado, é um e outro ao mesmo tempo, mas ele não pode ser secundarizado. Eu acho que o fato de ter, digamos assim, casado com o social foi muito mais pra amenizar, “né”, as arestas aqui na universidade, mas a questão racial ela precisa ser melhor enfrentada, acho que ela ainda não foi na universidade. É verdade. É embrionário. Sim, na pesquisa eu vejo que esse fator desse debate sobre a questão racial ainda é algo que... Só por curiosidade, os estudantes que você entrevistou eram negros? Não, não todos, um era negro. A de Direito era negra e o de Medicina era pardo, e interessante que a de Direito, que é negra mesmo e se identifica como tal, eu acho que foi um dos pontos mais interessantes, porque antigamente ela era contra as cotas. Mas havia uma parte do movimento negro que era contra, “né”. Sim, e interessante que ela falou assim: “João, quando eu entrei na universidade, no primeiro dia de aula, eu identifiquei motivo, a importância dessa cota racial.” Porque na sala dela só existia ela negra e outra aluna negra, e quando ela entrou dentro da sala de aula... e ainda tem a condição de ser mulher, “né”. Tem. Houve um estranhamento da sala perante a ela e uma identificação quase emotiva da colega perante a ela. Isso foi superinteressante. E na questão do aluno de Medicina, que é pardo, ele é pardo, mas ele me colocou um dado muito interessante, que apesar de realmente ter aberto bastante portas em relação para a Medicina de alunos socioeconômicos inferiores em relação aos demais, ainda é muito

incipiente a questão da abordagem dos negros. Ele fala que: “João, infelizmente, de alunos da minha sala negros só tem dois, mas são africanos, não são aqui do Ceará, não são brasileiros.” E no curso de Medicina isso é emblemático, porque os alunos africanos eles não concorrem com as vagas, então eles até são aceitos, porque as vagas deles são extras, são duas em cada curso que a universidade disponibilizou, e elas não entram no cômputo do vestibular.

Ele colocou justamente isso, não dá nem para identificar se existe uma segregação racial, porque esses dois alunos são vistos como exóticos e de outro país etc. Até bom a gente ter tocado nisso, professora, porque até volto a falar do professor Renê, da importância de algumas ações que vocês implementaram bem nesse período, como a questão da Unilab, por exemplo, de colocar a diversidade para esses alunos etc. Ou seja, eu vi, professora, que, na minha pesquisa, que a questão das ações da questão de cotas, da pesquisa de cotas na verdade, foi um ponto e toda uma gama que, na questão de vocês, vocês implementaram dentro da universidade, e isso que eu acho, assim, fantástico, “né”. É, a gente acho que tocou em pontos muito importantes e que revelava a vulnerabilidade da universidade, “né”, perante isso, e foi muito bom fazer esse enfrentamento, eu acho que realmente foi um marco, “né”. Infelizmente, “né”, vocês... É, eu lamento que a coisa tenha sido amornada, “né”, de lá para cá. Vocês fizeram um trabalho de um ano e meio, “né”, de 2005 até 2006, onde vocês colocaram... até 2007, quando a gente saiu. Vocês entregaram um relatório, “né”, para o CEPE. Isso. Sendo que, infelizmente, ou felizmente, não sei, queria até perguntar para a senhora isso. Porque eu coloco até uma frase da senhora na minha pesquisa que eu achei muito bacana e que foi o fato da importância de você ter um mapeamento dentro daquela região da universidade para identificar a real necessidade de negros, pardos etc. E o CEPE bem colocou isso e até ... na sua fala, que eles não se sentiam confortáveis em realmente ter essa verificação da real necessidade da universidade e preferiam esperar a questão da lei que “tava” tramitando desde 2004 para ver realmente o que aconteceu, sendo que essa lei foi só implementada em 2012. 2012. Mas é muito cômodo, “né”, você “não, agora eu vou esperar a lei, porque realmente eles vão entrar de qualquer jeito e não precisa”. Mas eu continuo defendendo que isso precisa ser feito para a gente ver a real necessidade, e a própria lei ela diz isso, “né”, que cada estado, cada região precisa fazer esse levantamento, “né”, porque isso foi

uma coisa que a gente defendeu em Brasília, lá no MEC, e realmente constou na lei para determinar o seu percentual, “né”, e que ele seja condizente com a região. Eu vejo a necessidade, ainda, mas é como eu disse, as coisas ficaram amornadas por conta da lei, “né”, a tão esperada lei, e a gente não sabe o que é isso vai dar, porque o tempo “tá” acabando, “né”, o prazo “tá” acabando, e como é que vai ficar depois desse prazo, “né”? **Eu “to” até bem, a minha pesquisa não faz juízo de valor, “né”, se ela é boa ou ruim etc.** E eu acho que nem deve. **Mas eu “to” bem curioso.** Mas eu também “to” curiosa com relação ao que virá depois, “né”. **Porque, quando a lei foi feita, foi colocado uma data, “né”, que é até agosto desse ano.** Desse ano, exatamente. **Todas as universidades teriam que ter adotado, enfim, vamos ver o que vai acontecer, “né”.** E o sistema de cotas ele também tem um prazo, “né”, de dez anos para acabar, enquanto isso a universidade pública tem que melhorar, “né”, e aí, como é que isso vai ficar? Eu não “to” vendo movimentação nesse sentido, porque parece que, com a lei, aquietaram-se os ânimos, mas também não há o desenvolvimento da política pública exatamente, “né”. **Professora, no decorrer da minha pesquisa, eu vi que outro fator extremamente importante que vocês debateram e vocês implementaram foi a questão da interiorização da universidade, que isso realmente foi de fundamental importância a questão...** fator de inclusão, “né”, que você não precisa deslocar esse pessoal todo para a capital se você pode fazer com que a universidade vá para lá, “né”. **E eu vi também que teve departamentos que foram contra também para a questão do mesmo argumento com relação o de cotas, foi o argumento da questão da interiorização da universidade, foi a questão de... dividir o financeiro. Dividir o financeiro, a questão de isso prejudicar a qualidade de ensino da universidade. Eu queria saber como isso, porque eu acho tão assim...** uma loucura, “né”, assim, a gente debatia mostrando números de universidades que já tinham feito isso e que estavam sobrevivendo, “né”. Então, o Ministério da Educação ele garantiu o apoio inicial e depois a universidade tinha que sobreviver sozinha, mas as coisas estavam acontecendo, então a gente não podia ficar de fora, “né”. Se você for pensar, Minas Gerais na época tinha acho que seguramente umas quatorze universidades federais dentro do estado de Minas, e o Ceará tinha uma, “né”, o Piauí só tinha uma, então, se não era possível ter outra universidade, que pelo menos pudesse ter campi, “né”, unidades avançadas e interiorizada. A UECE fez isso há muito mais tempo, se no caso das estaduais a situação é complicada, isso não se

aplicava às federais, “né”, então o governo Lula que deu um apoio muito grande às universidades e tinha esse argumento inclusive, “né”. Então, foi a partir da própria política nacional que a gente conseguiu vencer, mas realmente alguns departamentos se negaram a participar da discussão, “né” e acho que “tá” assim até hoje. **É, com certeza.** Porque os cursos, “né”, nessas áreas não acontecem. **Eu vi ao final da minha pesquisa que, na verdade, apesar de que o principal e deixa em segundo plano questões tão realmente importantes, como é o fator racial, o fator do deficiente etc, mas eu vi que realmente a questão principal é essa possibilidade da inclusão como um todo, que até o professor Renê juntamente com a senhora e a gestão daquele tempo defendiam que não existia essa diversidade, a oportunidade desse aluno e do próprio corpo de gestão da universidade conviver com diversidades que anteriormente nunca haviam ingressado no ensino público, “né”, ou ensino superior. Porque os departamentos... “ah, por que não se desenvolve um ensino fundamental etc. para depois se desenvolver o ensino superior?”, sendo que... as coisas na sociedade não funcionam assim, você não pode esperar que um setor melhore para o outro melhorar, você tem que melhorar tudo junto, “né”, quer dizer, é concomitante, não pode, então alguém tem que dar o ponto de partida para acolher o diverso, “né”, e esse diverso ir se aperfeiçoando, melhorando e, “né”, recebendo, sendo bem acolhido e bem sucedido, como eu te disse antes, “né”. **Com certeza, professora.** A permanência bem sucedida. **E eu vejo pelas entrevistas com os alunos, principalmente com os alunos negros, a questão do desconhecimento ou a falta, não sei, até de vontade dos indivíduos da gestão da UFC em debaterem tais assuntos como esse, até como a questão do preconceito racial, por exemplo. Se não me engano, acho que, no começo desse ano ou final do ano passado, ocorreu uma situação de preconceito racial com um aluno da Engenharia de Pesca, onde houve discriminação etc, e a UFC colocou uma nota onde descaracterizou que não existia.** Que não tinha preconceito. Preconceito existe, “né”, e ela tem que assumir como tal e combater, assumir que eu digo que existe, “né”, como tal, não é assumir o preconceito, mas assumir que ele existe e lutar para combater, “né”, porque não se admite. Agora eu fico preocupada porque, fora da universidade, também nós estamos vivendo uma onda conservadorista, radical, “né”, que me preocupa muito, então esse cenário, “né”, talvez até contribua, e eu espero que não, “né”, para refecer essas ações na**

universidade, espero que não, “né”, que a luta contra o preconceito prevaleça, “né”, mas eu fico assustada com essa onde conservadora, radical que a gente “tá” vivendo, “né”. **Muitos colocam que o sistema de cotas, na verdade,..** de intolerância, “né”, é isso que me preocupa muito, a intolerância, e isso aí só se combate com educação, com ações educativas, pedagógicas e, como eu disse, falta isso na universidade. **E tanto alunos como alguns professores me indagaram que o sistema de cotas vem justamente para combater tudo isso e que seria uma arma se utilizada realmente com bem comum devido ao cuidado, “né”, pode ser feita com uma arma extremamente importante para o combate e para a promoção da diversidade, “né”, dentro da universidade.** Exatamente. **Até pelo fato, e eu tive essa experiência fazendo estágio à docência com os alunos de Gestão em Políticas Públicas, por eles terem surgido esse curso juntamente com o próprio sistema de cotas e a implementação aqui na UFC, é quase que homogêneo a aceitação dessa turma, e não se diferencia muito aluno cotista e de não cotista.** Isso, porque em algumas áreas isso é tranquilo, “né”, para a própria formação das pessoas mais humanas e tal, e em outras áreas já fica mais difícil, “né”, então por isso eu vejo, eu vou insistir, a necessidade da universidade ter, “né”, uma instância educativa, “né”, para orientar essas pessoas que não tiveram essa formação, porque tá muito no pessoal. Se eu já sou, digamos, condescendente ou sou mais tolerante e tal, eu permaneço na universidade, então eu vou contribuir para o sucesso, mas, se eu não sou, eu não tenho como mudar, você “tá” entendendo? Porque não existe, digamos, uma instância que me ajude a mudar, que me ajude a ver de outra forma, “né”. **Seria como uma forma de mantimento de formação para a questão até avaliativa dessa política pública, “né”.** Com certeza. **E proporcionar realmente melhorias na própria política como um todo, “né”.** Exatamente. **Eu vi muito isso quando eu estudava na UnB, a gente tinha uma porcentagem até relativa de alunos indígenas, e a questão dos alunos indígenas era até mais complexo, porque eles vinham de uma educação diferenciada, e a UnB tinha essa preocupação de fazer essa tutela, digamos assim, com esses alunos e também esse desenvolvimento com o professor em si, “né”.** Quer dizer, não é que eles não possam progredir, eles precisam de ajuda, mas isso não significa que dê mérito para eles, ao contrário, é uma forma de ser acolhido e de compreender o sistema no qual eles estão inseridos. Nós não temos aqui índios, “né”, nós tivemos agora, eu vi no jornal, uma colação de

grau de um curso indígena, mas é uma turma especial, ela começou e acabou nela mesma, “né”, da mesma forma que nós tivemos o Pedagogia da Terra, que foi para áreas de assentamento do MST, mas começou e terminou nela mesma. Não existe uma coisa permanente na universidade para receber essas pessoas. **Já finalizando, professora, outros dois fatores foi uma questão que bem no começo da minha pesquisa eu fui falar com a pessoa responsável que faz a mensuração de dados do ENEM. Ele me falou que ele identifica uma falha dentro do sistema de cotas, que é o fato de você colocar na seleção de escolas públicas etc. escolas ditas de elite, mas são escolas públicas, como é o caso dos colégios militares. Corpo de Bombeiro, Colégio Militar, isso. Que acaba sendo desigual perante as outras escolas. Isso. E eu queria ver se para a senhora realmente existe essa problemática realmente.** Existe, claro, escolas públicas e escolas públicas, e elas não podem ser tratadas da mesma maneira, “né”. No Direito, a gente chama isso de discriminação positiva, tem aquela que é negativa, por exemplo, o pequeno empresário ele não tem uma ajuda fiscal, “né”, para poder sobreviver. Porque é injusto ele pagar a mesma quantidade de imposto que uma grande empresa, então ele tem um suporte fiscal, “né”, isso não significa que ele seja melhor e nem pior do que a grande empresa. Ele não é inferior, mas ele precisa dessa ajuda, “né”, então, isso é discriminação positiva. Então, teria que ter também no rol das escolas públicas um fator diferenciado, “né”, porque uma coisa é eu ter um Colégio Militar, que é público, mas tem um funcionamento completamente e uma verba completamente diferente da verba que as escolas públicas têm, “né”. Então, o Corpo de Bombeiros, “né”, que tem todo um tratamento diferenciado e um financiamento diferenciado, então ele não pode entrar no mesmo bolo, digamos assim, das outras escolas públicas que não têm. Teria que ter um peso diferenciado, realmente. **Outra questão foi a própria adoção do ENEM. Diversas universidades foram contra, como a própria UnB, USP, Universidade de São Paulo, até porque eram universidades que eram empoderadas do orgulho de seus vestibulares super específicos etc. Mas essa pessoa ligada aos dados do próprio ENEM da UFC fala que a importância da adoção do ENEM em si, mas no caso da UFC, por exemplo, o desenvolvimento da inclusão também se deu não só pelo ENEM, mas a questão da abertura já na gestão da senhora e do Renê na abertura de novas vagas e cursos novos dentro da universidade. Exatamente. Que a coisa tem que ser simultânea, como eu te falei. Eu não posso**

esperar que um setor melhore, então, ao mesmo tempo que eu amplio as vagas, eu também “to” ampliando as oportunidades, “né”, então isso é um fator de inclusão sem tirar o mérito de uma instituição como a Universidade Federal, mas ela não pode continuar com elitismo que ela vinha praticando, “né”, então eu acho que são coisas que, digamos, simultâneas e tem que acontecer mesmo, eu vejo isso como um fator. Eu não sei se o ENEM, eu acho que ele precisa de alguns ajustes, “né”, sobretudo, por conta de uniformizar um país que tem diversidades regionais, então isso é questionável, “né”. Eu acho que devia ter um fator que seria de identificação do país como o Brasil, mas também um fator regional. Tinha que ter os dois pesos na prova, e eu não vejo isso acontecer, a prova é elaborada nacionalmente. Ora, mas nos parâmetros curriculares e em todas as orientações curriculares o indivíduo tem que conhecer a história do seu estado, da sua região, e onde entra isso? Se ele não é avaliado, ele não é cobrado, e isso não é dado, “né”, nas instituições escola. Então, eu saio entendendo muito bem de Brasil, de Europa e tal, mas eu não entendo nada de Ceará, eu não sei quase nada do Ceará, então acho que isso também é um fator de exclusão, “né”. Uma prova que acaba sendo mais excludente do que incluyente. Mas essa é outra questão, “né”, e acho que tem a ver com a inclusão, mas eu não sei se, assim, ainda não tem pesquisas com relação a isso para verificar os efeitos do ENEM na adoção de cotas, “né”. Eu acho que o início foi muito mais conturbado, porque a escola pública não “tava” se preparando para o ENEM, “né”, hoje eu já vejo que isso acontece, eu vejo muitos cartazes em escolas públicas mostrando o sucesso dos alunos, mas eu acho que ainda é um número muito reduzido, “né”. **Ao final da pesquisa e só para a gente debater aqui, professora, e finalizando mesmo. Eu visualizei dois dados muito positivos em relação ao sistema de cotas. O primeiro foi a questão até abordando a questão racial, porque você ter mais essa possibilidade de cota, de acesso. De cores na universidade, eu acho isso muito bonito. Eu vejo que os alunos negros estão se identificando como tal, negros. Isso, com a sua negritude, e isso é muito positivo. Dentro desse período que eu fiz estágio à docência com esses alunos de Gestão em Políticas Públicas, eu apliquei um questionário, e dentro desse questionário eu perguntava como eles se identificavam e dava o livre arbítrio para eles falarem, e realmente muitos deles se identificaram como negros, e isso é muito bacana, não só na questão de cor, seja na questão da sua própria... africana e até pela questão do cabelo em si, como eu vi a aluna que**

eu entrevistei de Direito, e ela fala com propriedade que hoje em dia, sim. Antigamente, no ensino fundamental, ela fazia chapinha, porque não se via igual os outros, e hoje em dia ela assume o seu cabelo afro, e o sistema de cotas, segundo ela, deu toda essa propriedade de ver a importância dela se identificar como tal, negra. Isso eu acho extremamente positivo, “né”, seja branco, negro, eu acho que você tem que se identificar com a sua origem, com a sua raça e sem precisa discriminar os outros, se discriminar negativamente, “né”. **E outro fator que eu verifiquei ao final de extrema importância foi realmente a possibilidade do acesso dessas pessoas que têm uma condição financeira bem diferente, super abaixo em relação aos alunos que durante anos e, senão durante a maior parte da história da universidade, no ensino superior.** Ficaram à margem dentro da universidade, isso também é muito interessante. **Eu vi realmente no... conversando com um aluno de Medicina, esse diferencial que é grandioso porque você hoje em dia tem metade da turma de alunos realmente que nunca teriam condições de...** exatamente que não pertencem à elite. **E é impressionante que ainda existe esse argumento, “né”, e bacana que o Diego, o aluno da Medicina, ele me falou foi que ele não via tanta diferença dos professores perante ele não, mas via muito dos alunos perante ele, descredibilizando, achando que ele não conseguiria. Mas é aquela questão, “né”, não necessariamente você não teve aquela educação igual no ensino fundamental não vai te definir como o aluno que você será dentro da universidade.** Com certeza, não, não define. Aí é você e a universidade lhe recebendo bem, “né”, o resto deixa para lá, eu acho que tem que deixar de lado para poder a gente sobreviver, “né”, mas lutar contra sempre, “né”. **Muitos, muitos não, na verdade, todos os alunos que eu entrevistei eles detectaram a falha de não ter bolsas suficientes para os cotistas. Queria saber se isso já era uma preocupação, e eu acredito que sim, “né”?** É o que eu te falei da universidade ter condições de manter esse aluno. Então, tinha que ampliar mais ainda o número de bolsas, “né”, de suportes bibliográficos, suporte em material, equipamento, então tudo isso tinha que ter sido previsto para universidade ter mais condição de receber. Eu acho que foi uma grande vitória, “né”, mas ainda há um grande caminho a percorrer em relação à permanência bem sucedida desses alunos, “né”, desse suporte que muitas vezes falta até para o transporte para ele ir todo dia para a universidade, então a bolsa com certeza ajudaria, mas é preciso que a universidade cuide disso, “né”.

Perfeito. Professora, acho que é só, foi mais ou menos rápido. Eu que agradeço.

ANEXOS

Anexo 1

Tabela de notas de corte 2015 da UFC



Resultado oficial – Notas de Corte Sisu 2015 na UFC – Universidade Federal do Ceará.

UFC – Notas de Corte Sisu 2015 na Universidade Federal do Ceará – Janeiro				
Câmpus	Curso	Turno	Disputa	Nota

A seguinte tabela foi retirada do site: [www.http://blogdoenem.com.br/ufc-sisu-2015-univ-federal-ceara/](http://blogdoenem.com.br/ufc-sisu-2015-univ-federal-ceara/).

Fortaleza	Gestão de Políticas Públicas	Int.	Ampla Concorrência	675,38
Fortaleza	Gestão de Políticas Públicas	Int.	Cota racial até 1,5 sm	617,54
Fortaleza	Gestão de Políticas Públicas	Int.	Cota racial renda livre	624,68
Fortaleza	Gestão de Políticas Públicas	Int.	Esc. Pública até 1,5 sm	622,82
Fortaleza	Gestão de Políticas Públicas	Int.	Esc. Pública renda livre	642,2

Fortaleza	Medicina	Int.	Ampla Concorrência	789,9
Fortaleza	Medicina	Int.	Cota racial até 1,5 sm	725,86
Fortaleza	Medicina	Int.	Cota racial renda livre	743,52
Fortaleza	Medicina	Int.	Esc. Pública até 1,5 sm	732,78
Fortaleza	Medicina	Int.	Esc. Pública renda livre	756,16

Ao analisarmos essa tabela, percebemos que a nota de corte da ampla concorrência para as cotas não é tão diferente como está no pensamento de muitos. Devida às diferenças de ensino e de oportunidades dos cotistas perante os não cotistas, podemos concluir que, proporcionalmente, esses alunos que ingressaram pelas cotas estão aptos a ingressar na vida universitária.

Anexo 2

Gráfico do MEC de distribuição de cotas:

A fim de melhor compreender como é feita a divisão das vagas perante os tipos de cotas, voltamo-nos ao gráfico explicativo fornecido pelo próprio site do MEC.

Fonte: MEC

